

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

CARLA MICHELE RAMOS TORRES

**O PENSAMENTO PROGRESSISTA NA REVISTA *MOVIMENTO* DA UNIÃO
NACIONAL DOS ESTUDANTES (1962-1963)**

**PONTA GROSSA
2019**

CARLA MICHELE RAMOS TORRES

**O PENSAMENTO PROGRESSISTA NA REVISTA *MOVIMENTO DA UNIÃO*
NACIONAL DOS ESTUDANTES (1962-1963)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Área de concentração: História e Política Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Isabel Moura Nascimento.

**PONTA GROSSA
2019**

T692 Torres, Carla Michele Ramos
O pensamento progressista na revista *Movimento* da União Nacional dos Estudantes (1962-1963) / Carla Michele Ramos Torres. Ponta Grossa, 2019.
167 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento.

1. Pensamento progressista. 2. União Nacional dos Estudantes. 3. Imprensa
estudantil. 4. Revista movimento. I. Nascimento, Maria Isabel Moura. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

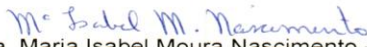
CDD: 981.062

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA MICHELE RAMOS TORRES

O PENSAMENTO PROGRESSISTA NA REVISTA MOVIMENTO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (1962-1963)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientador (a) Prof. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG


Prof. Dra. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi - UNESPAR


Prof. Dr. José Claudinei Lombardi - UNICAMP


Prof. Dra. Gisele Masson - UEPG


Prof. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG

Ponta Grossa, 04 de junho de 2019.

Aos meus pais, Neide e Rowilson,
Pessoas de fé e de extrema bondade...

Ao meu marido, Mário Torres,
Base de amor e de partilha...

e

Aos meus filhos:
Pedro Henrique e Carlos Henrique,
Raios de sol e esperança de um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma produção acadêmica exige, além do esforço pessoal do autor, a colaboração de muitas pessoas e entidades. Foram quatro anos de pesquisa e o resultado desta tese dependeu de vários fatores, entre eles: cognitivos, psicológicos, afetivos, racionais, físicos e até mesmo financeiros. Portanto, tenho muito a agradecer...

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Moura Nascimento, pelo tempo que se dedicou a este trabalho, por acreditar no seu valor acadêmico e por apontar os melhores caminhos. Como uma verdadeira mestra soube dar atenção, escutar minhas dúvidas e direcionar questões.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, Prof^a. Dr^a. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, Prof^a. Dr^a. Gisele Masson e Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Silva Oliveira que, com suas considerações e indicações, contribuíram para que este trabalho fosse finalizado da melhor maneira possível.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa "História, Sociedade e Educação" dos Campos Gerais, pela leitura do trabalho e discussões teóricas que auxiliaram na elaboração da pesquisa. Em especial à Prof^a. Dr^a. Gláucia Andreza Kronbauer que com seu entusiasmo me cativou a participar do grupo de pesquisa, abrindo as portas para o doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa que com sua eficiência profissional colaboraram para a construção deste estudo e para a minha formação intelectual.

Aos colegas do doutorado que cooperaram com suas opiniões sobre a minha pesquisa e pelos momentos de convívio social que nos fortaleceram na caminhada.

Aos centros de pesquisa e documentação que proporcionaram as fontes históricas para a realização desta pesquisa: Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista.

Aos meus pais Neide e Rowilson que não tiveram a mesma oportunidade que eu, mas com amor souberam me apoiar em todos os momentos para que eu alcançasse esse conhecimento.

Ao meu esposo Mário Torres que acompanhou diariamente a realização desta pesquisa, pelos mimos que fazia, transformando a vida numa passagem agradável e repleta de esperança. Por ser aquele que me fez aprender a valorizar os pequenos instantes do dia.

Ao meu filho Pedro Henrique que, nas horas de muito cansaço, solicitava minha ajuda e me desviava por alguns minutos da produção da tese.

Ao meu filho Carlos Henrique que, ainda na barriga, fez-se fonte de energia para a mamãe finalizar a tese.

Ao Instituto Federal do Paraná – Campus Irati que possibilitou meu afastamento parcial e integral para a realização do doutorado e sempre apoiou a minha pesquisa por meio de editais de fomento.

Aos meus colegas de trabalho do Instituto Federal do Paraná - Campus Irati que me incentivaram na realização do curso por meio das substituições, de bate-papos e de discussões mais profundas sobre o tema do meu trabalho.

À Aline Monique Carvalho (*in memoriam*), uma amiga e irmã muito especial, que sempre me fez pensar que a vida é muito curta e, por isso, o que interessa são as ações que você constrói nesse mundo.

Enfim, quero agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Sem a colaboração das pessoas e instituições destacadas anteriormente, o trabalho se tornaria mais árduo.

TORRES, Carla Michele Ramos. **O pensamento progressista na revista *Movimento da União Nacional dos Estudantes (1962-1963)***. 2019, 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019.

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo histórico da educação brasileira pela imprensa estudantil e possui como objeto de estudo o pensamento progressista na revista *Movimento da União Nacional dos Estudantes (UNE)*, edições de 1962 e 1963. Com base na fundamentação teórica do materialismo histórico dialético, os procedimentos metodológicos da pesquisa, de caráter documental e bibliográfico, seguiram as seguintes etapas: elaboração do estado do conhecimento; revisão bibliográfica; mapeamento do impresso *Movimento* e a seleção de matérias, bem como a leitura e análise crítica dos artigos relevantes para o desenvolvimento da tese; e a triagem de fontes secundárias para subsidiar a construção teórica. A pesquisa partiu das seguintes problemáticas: Quais as condições materiais que produziram as ideias progressistas e suas contradições? Como e por quais motivos o pensamento progressista foi apropriado pela UNE no início da década de 1960? Quais princípios liberais estiveram presentes no periódico estudantil *Movimento*? Constituíram-se como objetivos específicos: analisar a atuação da UNE enquanto setor progressista nas campanhas nacionalistas e desenvolvimentistas que marcaram os diferentes governos democráticos entre 1945 e 1964; caracterizar a revista *Movimento* no contexto de suas onze publicações no ano de 1962 e 1963, procurando verificar os pilares teóricos do pensamento progressista da entidade universitária presente nas páginas do periódico e sua relação com os princípios liberais de John Locke e Adam Smith; examinar como a questão da educação brasileira foi problematizada pela UNE em sua revista *Movimento*; observar qual era o entendimento da entidade universitária sobre o problema do analfabetismo e a relação entre essa forma de consciência e as condições históricas do Brasil naquele período; averiguar a concepção da UNE acerca do ensino superior brasileiro e seu projeto de reforma universitária; identificar as contradições do pensamento progressista da entidade estudantil a partir da materialidade dos estudantes universitários; investigar a concepção de libertação nacional com base na crítica ao imperialismo e ao latifúndio, por terem sido os dois temas mais abordados no impresso *Movimento*, bem como as características da revolução brasileira. Nessa investigação, o objetivo geral foi desvelar a influência da ideologia liberal no pensamento progressista da UNE e contrastar as ideias progressistas com os pressupostos marxistas. Por meio desse estudo, foi possível defender a seguinte tese: o pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento* da UNE, possuía princípios liberais e foi fruto das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente no Brasil no início da década de 1960.

Palavras-Chave: Pensamento Progressista. União Nacional dos Estudantes. Imprensa Estudantil. Revista *Movimento*.

TORRES, Carla Michele Ramos. **Progressive Thinking in the Magazine *Movimento* of the National Union of Students (1962-1963)**. 2019, 167 pp. Doctoral Thesis in Education – Ponta Grossa State University, 2019.

ABSTRACT

This thesis presents a historical study of Brazilian education by student press and aims to analyze the progressive thinking of the National Union of Students (*UNE*, in the Portuguese acronym) and its dissemination by the *Movimento* magazine - 1962 and 1963 editions. Based on the principles of dialectical, historical materialism, the research methodological procedures of a document and bibliographical nature, included the elaboration of the state of the art, a literature review, the mapping of the *Movimento* magazine, the selection of content, as well as the critical analysis of relevant articles for the development of the thesis and, the screening of secondary sources to support the theoretical framework. The study started from the following research questions: What are the material conditions that produced the progressive ideas and their contradictions? How and why the progressive thinking was adopted by the *UNE* in the early 1960s? Which liberal principles were present in the *Movimento* student magazine? The specific aims were: to analyze the performance of *UNE* as a progressive sector in the nationalist and developmental campaigns that marked different democratic governments from 1945 to 1964. In addition, the *Movimento* magazine was characterized in the context of its 11 publications in 1962 and 1963, aiming to identify the theoretical support of progressive thinking of the university entity in its pages and its relation with the liberal principles of John Locke and Adam Smith. The study also examined how *UNE*, in its *Movimento* magazine, treated Brazilian education. The study sees specifically what the understanding of the university entity about illiteracy and the relation between this form of conscience and the historical conditions of Brazil in that period were. In addition to the educational issue, the investigation verified the conception *UNE* had about Brazilian higher education and its project of university reform. While examining these educational issues, the study tried to identify the contradictions of the progressive thinking held by the student entity from the materiality of university students. Finally, the conception of national liberation based on the criticism to imperialism and to large states were analyzed as they have been the two most common themes in the *Movimento* magazine, as well as the characteristics of the Brazilian revolution. This investigation tried to disclose the influence of liberal ideology in *UNE* progressive thinking and contrast the progressive ideas with Marxist assumptions. The study allowed the defense of the thesis that progressive thinking, published in the *Movimento* magazine from *UNE*, had liberal principles and was the result of historical contradictions inherent to the capitalist form of production in Brazil in the early 1960's.

Keywords: Progressive Thinking. National Union of Students. Student Press. *Movimento* Magazine.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- Dissertações selecionadas no Estado do Conhecimento em 2018.....	21
QUADRO 2	- Matérias da revista <i>Movimento</i> de autoria do corpo editorial	42
QUADRO 3	- Matérias da segunda edição da revista <i>Movimento</i> da UNE	44
QUADRO 4	- Matriculados e concluintes do ensino primário brasileiro em 1960	79
QUADRO 5	- Número de escolas, matrículas e conclusões do ensino primário no Brasil em 1950 e 1960	80
QUADRO 6	- Matrícula geral no Ensino Superior do Brasil	93
QUADRO 7	- Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 1950 no Brasil	123
QUADRO 8	- Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 1960 no Brasil	123
QUADRO 9	- Número de sindicatos por categoria no Brasil	137

LISTA DE SIGLAS

AP	Ação Popular
C.A.	Cooperativa Agrícola
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CPC	Centro Popular de Cultura
DCT	Departamento de Correios e Telégrafos
EUA	Estados Unidos da América
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
FNB	Frente Nacionalista Brasileira
FPB	Frente Progressista Brasileira
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MPA	Movimento Popular de Alfabetização
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPE	União Paranaense dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: FORÇA PROGRESSISTA UNIVERSITÁRIA	26
1.1 A REVISTA <i>MOVIMENTO</i> DA UNE	37
1.2 O PENSAMENTO PROGRESSISTA BRASILEIRO NO IMPRESSO <i>MOVIMENTO</i>	51
2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA REVISTA <i>MOVIMENTO</i>	64
2.1 ALFABETIZAÇÃO: FRENTE DE LUTA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	69
2.2 REFORMA UNIVERSITÁRIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	86
3 A REALIDADE BRASILEIRA EXPRESSA NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO <i>MOVIMENTO</i>	109
3.1 O ANTI-IMPERIALISMO E O ANTILATIFÚNDIO: CAMINHOS PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL	110
3.2 A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A FRENTE ÚNICA	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	150
ANEXO A: CAPAS DA REVISTA <i>MOVIMENTO</i> (1962-1963)	162

INTRODUÇÃO

A História, na qualidade de ciência humana e de patrimônio cultural dos diferentes povos, preocupa-se em investigar os indivíduos num determinado tempo e espaço a fim de compreender suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. É claro que ao longo da história da humanidade o seu campo de conhecimento passou por muitas transformações, conforme as particularidades de cada época e sociedade.

As mudanças no campo da História podem ser identificadas quando observamos, por exemplo, o tempo em que Heródoto, por meio das narrativas épicas, procurou descrever os sujeitos e a sociedade, enquanto no medievo as escritas teológicas enalteceram, por meio da concepção sagrada, o mundo e os homens. Destacamos, também, o papel da História para as comunidades não letradas em que a memória oral possui forte caráter moral e ético. Mas, foi no percurso do século XIX que a História foi conquistando aparato de cientificidade e, como tal, trouxe, num primeiro momento, os “grandes feitos” e os homens de simbologia heroica, por meio de descrições pautadas em vestígios escritos institucionalizados¹.

A Ciência da História acompanha o movimento da história, o que remete à ideia de que ela própria tem sua historicidade, logo se torna mais evidente entender as rupturas que essa ciência vivenciou no século XX e, ainda hoje, com as novas configurações sociais que marcaram a humanidade nesse período. Desse modo, a partir dos Annales, ocorreu uma revolução francesa da historiografia² e diferentes objetos de estudos e fontes passaram a ser valorizados pelos pesquisadores, levando-os à problematização e à interdisciplinaridade, resgatando sujeitos antes negligenciados.

Mas, o que permanece desde a antiguidade é essa inquietude investigativa de analisar o ser humano em suas múltiplas relações. Assim, o papel do historiador é apoiar-se em registros para resgatar um passado que se justifica à luz do próprio

¹ Os estudos históricos da Escola Metódica, também denominada de Positivista, concentraram-se nos acontecimentos políticos, nas análises cronológicas e na ênfase individual de alguns homens. Sobre esse assunto ver artigo “Método Histórico e Ciências Sociais” de François Simiand, publicado originalmente em 1903.

² Em 1929 surgiu, na França, a revista “Annales” que teve como maiores expoentes Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. A intenção desses historiadores era promover uma Nova História, distanciando-se da linha Positivista que dominava a Ciência História até o início do século XX. Sobre o termo “revolução francesa da historiografia” ver Burke (1997).

presente, pois, o passado é “[...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.” (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

A seleção de um tema de pesquisa científica, bem como de uma fundamentação teórico-metodológica não é mera casualidade. Ao contrário disso, a escolha é objetiva, pois, surge da relação do pesquisador com seu entorno e vice-versa. Portanto, as contradições do tempo presente levaram esta historiadora a inclinar-se para um instante do passado na busca de analisar a relação do ontem e do hoje e identificar as rupturas e as permanências.

A presente produção teórica tem como objeto de estudo o pensamento progressista na revista *Movimento*³ da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, como fundamentação teórica, o materialismo histórico dialético. Acreditamos que esse estudo possa contribuir para uma análise que vai além da interpretação, desmistificando as naturalidades dos conflitos de classe, das distinções sociais e econômicas e dos projetos ideológicos, presentes tanto no passado quanto na atualidade.

Conforme o pressuposto teórico de Marx e Engels, ao estudar o pensamento de uma determinada época, é preciso levar em consideração o modo de produção dessa mesma época, pois é essa realidade material que determina o homem e sua consciência.

Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado **modo de vida** desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com **o que** produzem como também com **o modo como** produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, grifos dos autores).

O modo de produção existente no Brasil, no período que ora analisamos o pensamento progressista (1962-1963), presente nas páginas da revista *Movimento*, era o capitalista, sistema baseado na propriedade privada, acúmulo de capital, a partir da exploração do trabalho alheio e, conseqüentemente, divisão do trabalho e

³ *Movimento* foi uma revista da UNE, publicada pela Editora Universitária, que circulou no Brasil entre os anos de 1962 e 1963 (número 01 ao número 11). O título da revista será apresentado em itálico, bem como as citações diretas dos escritos das onze edições preservando a grafia original e sem o uso de indicações.

da sociedade em classes. Mas, é fundamental destacar que o nosso país estava inserido na periferia do capitalismo, ou seja, no conjunto das regiões subordinadas às potências capitalistas e que possuíam determinadas funções na esfera global dessa organização produtiva.

A ideologia que sustenta o capitalismo é o liberalismo, logo, estão diretamente conectados e um sustenta o outro. Por isso, ao estudarmos a consciência numa sociedade capitalista, temos que considerar as ideias liberais predominantes. Por isso, esse estudo parte das concepções políticas de John Locke (1632-1704) e da teoria do crescimento econômico de Adam Smith (1723-1790) com o propósito de compreender os elementos liberais presentes no pensamento progressista da UNE, veiculado em seu impresso *Movimento*, em especial os conceitos de igualdade e de liberdade.

O nosso objeto de investigação está inserido no contexto social brasileiro dos anos de 1962 e de 1963, em virtude de as publicações em foco serem as do impresso *Movimento* dessa época, mas acreditamos que o pensamento progressista foi fruto das mudanças materiais que ocorreram em nosso país com o fim do Estado Novo e que se estendeu até o golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, justificamos o recorte temporal utilizado na pesquisa, na tentativa de investigar a matriz histórica das ideias progressistas que se consolidaram no período democrático nacional entre 1945 e 1964.

A revista *Movimento* foi uma publicação da UNE. Essa instituição formalmente constituída em 1937 como uma agremiação político-representativa dos estudantes universitários passou a reivindicar reformas educacionais especialmente no ensino superior e, a partir de 1945, integrou os setores nacionalistas democráticos em suas mais variadas campanhas. Embora, o público universitário não tenha atingido 1% da população total do país entre 1945 e 1964, a inserção da entidade nas mobilizações populares permitiu seu fortalecimento enquanto força política nacional.

Nos dezenove anos de democracia, entre o final da ditadura civil-militar de Getúlio Vargas e o início da ditadura civil-militar em 1964, o Brasil vivenciou uma forte agitação política em que nacionalismo e desenvolvimentismo se tornaram as principais bandeiras dos setores denominados progressistas. Entre eles, a UNE que passou a defender reformas para retirar a nação do subdesenvolvimento. Esse contexto democrático foi marcado internamente pelo pluripartidarismo e

externamente pelos ideais da liberal democracia, influenciando diferentes grupos políticos associados ao projeto do capitalismo nacional. (DELGADO, 2010).

A produção industrial brasileira se dinamizou, devido às crises mundiais que atingiram as potências capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Essa realidade material possibilitou pensar a economia brasileira sobre outras bases, ou seja:

[...] um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população. Romper definitivamente com seu longo passado colonial, e fazer-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheios. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 298).

Diversos setores econômicos, políticos e culturais, alinhados a essa nova concepção, passaram a atuar na sociedade brasileira na difusão desse projeto de desenvolvimento nacional que consistia em aniquilar as barreiras do nosso progresso e possibilitar autonomia produtiva. Para analisar essas ideias, denominadas progressistas, é fundamental considerar sua materialidade, pois são os indivíduos, em determinadas condições produtivas, que as constituem. (MARX; ENGELS, 2007).

Partindo desse pressuposto, surgiram as seguintes problemáticas de pesquisa em relação ao objeto de estudo: Quais as condições materiais que produziram as ideias progressistas e suas contradições? Como e por quais motivos o pensamento progressista foi apropriado pela UNE no início da década de 1960? Quais princípios liberais estiveram presentes no periódico estudantil *Movimento*?

O pensamento progressista na revista *Movimento* da UNE será investigado à luz de sua totalidade, ou seja, partimos do princípio de que este objeto é composto por diferentes partes conectadas entre si e em movimento, e as relações oriundas dessas conexões são marcadas por reciprocidades e contradições. Ao compreender esse processo, os estudos alicerçados na perspectiva teórica do materialismo histórico dialético corroboram para uma análise não fragmentada do real, resistindo às produções idealistas e às concepções simplificadas e generalizadas da sociedade.

Desse modo, surge para o pesquisador uma tarefa laboriosa de selecionar, em cada situação, os elementos centrais que constituem essa realidade concreta e complexa, denominada de totalidade, já que esses elementos dialeticamente

vinculam-se ao todo e vão sustentando a tese da pesquisa. Por entender que a base real da ideologia está nas relações dos homens em sociedade, ao considerar o periódico *Movimento* como expressão das ideias da UNE, este estudo as analisa a partir de uma realidade concreta que se fez presente no Brasil de 1945 até 1964.

Para estudar os princípios liberais presentes nas ideias progressistas da UNE, “[...] parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). O pensamento progressista será compreendido a partir das relações do indivíduo, enquanto sujeito coletivo, com o seu modo de produção, entendendo isso como a materialidade do objeto. Para tal empreitada, será preciso ir além dos textos impressos e das biografias dos autores, identificando as concepções no campo da luta de classes na formação social brasileira, bem como as mudanças nas forças produtivas e nas relações de trabalho num país de industrialização tardia e dependente.

A presente pesquisa, vinculada à História da Educação, tem como objetivo geral analisar o pensamento progressista da UNE e sua disseminação pela imprensa estudantil nos anos iniciais da década de 1960, a partir das condições materiais da sociedade brasileira. Especificamente, pretendemos analisar a atuação da UNE enquanto setor progressista estudantil, em especial, sua forma de consciência presente na revista *Movimento*; examinar como a educação foi abordada no periódico, especificamente, os temas do analfabetismo e da reforma universitária; bem como a realidade brasileira, particularmente, a questão da libertação nacional e da revolução brasileira. Propomos uma análise que identifique os pilares teóricos do pensamento progressista, desvelando seus princípios liberais e suas contradições.

Esse estudo emprega a revista *Movimento* como fonte primária para a análise das ideias progressistas na imprensa universitária. Partindo do pressuposto de que “se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor” (MARX; ENGELS, 2007, p. 95), acreditamos ser possível defender a tese de que o pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento* da UNE, possui princípios liberais e é fruto das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente no Brasil no início da década de 1960.

Esse impresso, financiado pela própria entidade universitária, foi publicado esporadicamente antes de 1962, em ocasiões que marcaram a atuação política da

entidade universitária no cenário nacional, mas, entre março de 1962 e maio de 1963, ocorreu uma reorganização editorial possibilitando a confecção de onze números. A revista foi concebida pelo seu corpo editorial e militantes da imprensa estudantil da época como sendo uma revista cultural, por abranger matérias de variados assuntos de interesse nacional para os setores que desejavam transformar a realidade brasileira. (EDITORIAL, 1962).

Como salientamos, o recorte temporal desta pesquisa não se delimitou ao período das publicações, por julgar que as ideias progressistas não eram exclusivas da organização estudantil e que sua produção acompanhou o movimento da história brasileira entre 1945 até 1964. Nesse corpus documental, encontramos concepções de políticos, militantes partidários e lideranças de movimentos sociais, além de economistas, artistas, intelectuais, estudantes e empresários.

Os sujeitos, que estavam na direção do periódico e que tiveram suas ideias reproduzidas em suas páginas, constituíam a oposição frente às forças hegemônicas do país, no entanto, não eram operários e camponeses. Esses indivíduos possuíam condições financeiras que lhes proporcionavam acesso aos níveis elevados de educação e cultura, algo praticamente inacessível à massa trabalhadora urbana e rural do Brasil.

E “*se o universitário no Brasil constitui uma parcela mínima da sociedade, esta parcela está umbelicalmente ligada a igualmente mínima parcela que desfruta dos privilégios do Poder*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 6), logo, pelas suas condições materiais e a forte influência da ideologia liberal, o pensamento disseminado pelos dirigentes universitários legitimou a sociedade de classes e não conseguiu superar suas problemáticas, embora tenha contribuído para suscitar diferentes perspectivas sobre a realidade brasileira.

Os assuntos abordados nesse impresso vinculavam-se às diferentes dimensões sociais e possuíam forte apelo nacionalista, democrático e desenvolvimentista. Os textos publicados na revista *Movimento* raramente divergiram no que diz respeito às causas do problema brasileiro e a maioria concentrava seus esforços na crítica ao imperialismo e ao latifúndio⁴, vistos como os

⁴ Para os comunistas e seus simpatizantes, ao ser introduzido na agricultura brasileira, o capitalismo conviveu com a grande concentração de terras e com antigas relações denominadas feudais, semifeudais e coloniais. Para os setores progressistas, como a UNE, as relações de produção agrícola, no Brasil, em 1960, eram concebidas como feudais, pois as relações de trabalho seguiam um padrão distinto das relações de trabalho nas indústrias e no comércio. Nas páginas da revista

maiores obstáculos à emancipação nacional, ou seja, ao desenvolvimento econômico capitalista independente e de bases industriais.

O movimento nacionalista, registrado no Brasil entre 1945 e 1964, dividia-se em uma parte claramente liberal e outra popular defensora do nacionalismo econômico sem a dominação do capital estrangeiro. (MOREIRA, 2010). Apesar da oposição em relação ao investimento externo, os setores progressistas mais radicais não eram totalmente contrários a esse tipo de financiamento mesmo porque sem esse capital a industrialização brasileira se desenvolveria até um determinado estágio. A principal crítica era a ampla liberdade com que esse capital se movimentava no mercado nacional, necessitando ser controlado pelo Estado a fim de não prejudicar a expansão da produção interna.

O auge do pensamento progressista no Brasil ocorreu durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, visto que nesse período as contradições do capitalismo industrial se acentuaram no país. É necessário destacar que, em cada um desses governos, o nível de contradição desse pensamento foi se alterando conforme a pressão política dos grupos hegemônicos⁵ que procuraram aniquilar qualquer tipo de reforma mais popular.

Na segunda metade da década de 1950, vários setores sociais se articularam na Frente Nacionalista Brasileira (FNB), movimento incentivado pela UNE e que reivindicava reformas estruturais para acelerar nosso desenvolvimento econômico e elevar o padrão de vida dos brasileiros. Até 1964, outras entidades como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁶ e a Ação Popular (AP) colaboraram para intensificar a Frente Progressista Brasileira (FPB), também denominada de Frente Única⁷, que visava uma aliança entre a burguesia nacional,

Movimento, os autores não aprofundaram as características que fundamentavam essa concepção. De maneira geral, o setor agrícola foi apresentado como arcaico por causa do sistema de latifúndio e das primitivas técnicas empregadas. Nesse estudo, os termos “feudais”, “semifeudais” e “coloniais” expressam a organização agrícola monocultora e latifundiária brasileira.

⁵ Os ruralistas, grandes empresários ligados ao capital externo e parte do exército representados politicamente por partidos contrários às reformas estruturais como a União Democrática Nacional (UDN), pressionaram governos mais populares e tentaram até impedir sua posse. Sobre esses acontecimentos, ver crise política e suicídio de Getúlio Vargas, o Movimento 11 de Novembro contra a posse de Juscelino Kubitschek e Campanha da Legalidade pela posse do vice-presidente João Goulart.

⁶ Nesse estudo utilizaremos as expressões “comunista” e “partido” como referência ao PCB.

⁷ A Frente Única era constituída pelas forças interessadas no progresso do país, sendo elas: proletariado, camponeses, pequena burguesia, burguesia nacional, intelectuais e estudantes. (ALVES, 1963a).

classe média, operários e camponeses em defesa do desenvolvimento econômico nacional pela via democrática.

Embora, alguns grupos progressistas tenham concebido essa campanha como revolucionária, precisamos entender que “[...] de todas as classes que hoje confrontam a burguesia, apenas o proletariado constituiu uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais perecem, sucumbem ante a grande indústria; o proletariado é seu produto mais característico.” (MARX; ENGELS, 2012, p. 55). Dessa forma, o projeto progressista não era revolucionário no sentido de supressão da luta de classes, mas porque se movia pelo interesse particular de classes desejosas de tomar o poder e não destituí-lo.

Na tentativa de concretizar o projeto de emancipação nacional, setores progressistas utilizaram de diferentes mecanismos para disseminar os seus ideais à população. No caso da UNE, representante de um público de cem mil universitários em 1962, uma das ferramentas empregadas na difusão ideológica foi a imprensa escrita, ocorrendo assim a reedição da revista *Movimento* e que, já no seu primeiro número, colocou-se como canal oficial da disseminação do pensamento intelectual progressista brasileiro. (EDITORIAL, 1962).

Os editores do periódico oportunizaram às diferentes lideranças e representantes progressistas espaço para publicarem suas ideias no *Movimento*. O intuito era conseguir a adesão dos universitários na luta contra o imperialismo e o latifúndio pela ampliação da democracia e na superação do subdesenvolvimento. Essa postura diante da realidade nacional era considerada revolucionária por parte dos dirigentes estudantis e, nas páginas do periódico, é possível identificar o papel de vanguarda dos estudantes brasileiros no processo de libertação econômica do país.

As ideias progressistas presentes nas páginas do impresso *Movimento* serão analisadas a partir de sua base material, uma investigação que consiste em “[...] se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno.” (MARX, 2013, p. 128-129). Por meio desse método é possível reproduzir, no plano do pensamento, o movimento real do objeto de pesquisa, uma vez que o papel do historiador é fundamental para apreender a essência e não a aparência desse objeto.

Essa pesquisa se insere no campo da História da Educação pela imprensa estudantil e, por isso, a fonte primária é o periódico *Movimento* da UNE, edições de

1962 e 1963. As publicações originais desse impresso encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O material está totalmente reproduzido por meio de mídia digital fotográfica e, atualmente, faz parte de um acervo pessoal da historiadora que reúne outros documentos, empregados neste estudo como fontes secundárias encontradas no Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Entre as fontes secundárias levantadas nesses centros de documentação e utilizadas no estudo, destacamos o relatório do “II Seminário Nacional de Reforma Universitária” e as edições de 1961 do impresso *Movimento*, ambas publicações da UNE; o “Documento Base” da Ação Popular; as edições de 1961 do jornal “O Metropolitano” da União Metropolitana dos Estudantes (UME) e recortes do jornal “Última Hora”. Também utilizamos a legislação brasileira, os “Anuários Estatísticos do Brasil”, as resoluções do “I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular”, os manifestos do PCB, materiais que se encontram reproduzidos em plataforma *online*.

A primeira etapa, em relação à fonte primária, consistiu na leitura e no fichamento de todas as edições do periódico *Movimento* em que mapeamos dados sobre os editores e autores no contexto do movimento progressista e as temáticas principais publicadas na revista. Posteriormente, em outras fontes, buscamos informações que nos ajudassem a analisar as ideias progressistas da UNE e sua relação com a FPB no interior da conjuntura econômica, política e cultural do Brasil. Nossa proposta consistia em identificar as contradições desse pensamento na totalidade das contradições que marcaram o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro.

Esse estudo, além de documental, também se caracteriza como bibliográfico. Por isso, nas referências, privilegiamos as obras “Segundo Tratado do Governo Civil” (LOCKE, [20--]) e “A Riqueza das Nações” (SMITH, 1996a e 1996b) para conceituar a ideologia liberal; a Coleção “O Brasil Republicano” (DELGADO, 2010 e MOREIRA, 2010) e a “História do Marxismo no Brasil” (DEL ROIO, 2007), bem como as obras de Prado Júnior (1981) e Sodré (1963), a fim de contextualizar a história brasileira e as correntes políticas; e as produções de Pelegrini (1997), Poerner (2004) e Mattos (2014), a respeito da UNE.

A viabilidade dessa investigação histórica se justifica em razão da crescente produção de estudos na área da História da Educação Brasileira que empregam como fontes primárias a imprensa escrita. Pois, não é somente a imprensa de educação e de ensino⁸ que vem ganhando os olhares de pesquisadores, mas também a imprensa ligada às instituições e organizações de diferentes agremiações políticas e sociais direcionadas aos diversos públicos.

Os periódicos de notícias variadas “[...] podem, perfeitamente, ser fontes para pesquisas em História da Educação, na medida em que os debates relativos à educação costumam encontrar nesta mídia um caminho para atingir amplos setores da população.” (TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012, p. 265). A imprensa “[...] é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.” (ZICMAN, 1985, p. 90 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 128).

Com o objetivo de confirmar o ineditismo deste estudo, a respeito do pensamento progressista na revista *Movimento* da UNE, realizamos o estado do conhecimento que consistiu no levantamento de produções acadêmicas no banco de teses e dissertações dos Programas Brasileiros de Pós-Graduação, *stricto sensu*, em Educação, cuja área de concentração do programa fosse educação⁹. As palavras-chave utilizadas foram ideias progressistas, União Nacional dos Estudantes, imprensa estudantil e revista *Movimento*.

A partir da leitura dos resumos das produções encontradas, selecionamos treze dissertações que empregaram os impressos estudantis¹⁰ como fontes

⁸ Imprensa de educação e de ensino é definida por diversos pesquisadores como imprensa destinada ao público docente, a fim de disseminar projetos e princípios educativos e por meio desta conhecer o pensamento pedagógico, o cotidiano educacional e escolar, bem como os discursos educativos dos vários atores deste universo. Sobre essas concepções ver Catani; Bastos (1997).

⁹ Com base na Plataforma Sucupira, foi gerado um arquivo contendo as Instituições de Ensino do Brasil que ofertam Programas de Mestrado e Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional em Educação. Primeiramente, foram excluídas do levantamento as instituições que ofertam os mestrados profissionais, pois os estudos desses programas têm como foco a teoria vinculada à prática educacional. Portanto, procuramos centralizar o mapeamento nos programas em educação, cuja área de concentração do programa fosse Educação, ou que tivessem em sua nomenclatura os termos: História, Sociedade, Política, Cultura e Pensamento Educacional. A partir disso, construímos uma planilha contendo as 91 (noventa e uma) instituições brasileiras que possuem mestrado ou mestrado/doutorado em educação e em todas foi acessado o banco de dissertações e teses para a realização do estado do conhecimento.

¹⁰ Além das treze produções selecionadas, duas outras foram encontradas, porém não foram analisadas. Uma delas é a tese de doutorado de Áurea Esteves Serra intitulada “As associações de alunos das escolas normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906-1927)”, por não ser o objeto de investigação atrelado ao campo ideológico. O segundo estudo é a dissertação de

primárias e/ou objetos de investigação histórica, conforme se observa no Quadro 1. Logo, não foi encontrada nenhuma tese que tenha relação com o nosso objeto de pesquisa.

Quadro 1 - Dissertações selecionadas no Estado do Conhecimento em 2018

Ano	Título	IES
1997	O Diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968	UNICAMP
2003	Hyloea: o feminino na revista dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre (1922-1938)	UFRGS
2006	Traço de União como Vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina	UERJ
2007	No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista (1941-1953).	UERJ
2009	Em cena, o movimento estudantil acadêmico no Maranhão: 1930-1950	UFMA
2009	A União dos Estudantes Secundaristas de Patos de Minas (UEP/MG): militância e formação cidadã e político-partidária (1958 a 1971)	UFU
2009	A Configuração do Habitus Professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundário de São Carlos (1911-1923)	UNESP-Marília
2010	Periódicos Educacionais da Escola Normal de São Carlos: educação moral, civismo e higiene (1911-1923)	UNESP-Marília
2011	A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)	UNIOESTE
2011	A Educação do Corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937)	UFRJ
2012	Imprensa Estudantil e Práticas de Escrita e de Leitura: a Revista o Estudo (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)	UFRGS
2014	Psui! Fermento! Pastoral da Juventude & Imprensa Estudantil nos anos 1980 a 1990	UFRGS
2014	Estudantes Tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952-1968)	UFU

Fonte: Banco de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil. Elaboração: A autora.

De modo geral, o estado do conhecimento¹¹ revelou que a história da educação pela imprensa estudantil, sob o viés teórico-metodológico do materialismo histórico dialético é um campo de pesquisa bastante frutífero a ser investigado, pois somente uma dissertação utilizou esse referencial, sendo que a maioria das produções partiu dos pressupostos teóricos da História Cultural, ao valorizar a escrita e a leitura como práticas socioculturais. Além disso, boa parte dos estudos

Vera Lúcia dos Santos denominada “A revista do ‘Patrocínio’: textos e imagens de um periódico escolar dedicado à formação feminina (décadas de 20 e 30, século XX)”, por não ter sido encontrada na íntegra e por não ter sido analisada detalhadamente por outros pesquisadores, dificultando um estudo mais aprofundado.

¹¹ O estado do conhecimento foi realizado entre os meses de abril e julho de 2015, por meio do Projeto História da Educação e Imprensa Estudantil: análise das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do Instituto Federal do Paraná em parceria com CNPQ e atualizado em 2016, 2017 e 2018. A pesquisa resultou no artigo “Os impressos estudantis e a história da educação”, publicado na Revista HISTEDBR On-line.

que empregaram os periódicos como fontes primárias teve como objetivo resgatar a história do movimento estudantil. (TORRES; NASCIMENTO, 2018).

Diante do exposto, justificamos o ineditismo do nosso estudo em razão da carência de produções na área da História da Educação pela imprensa estudantil sob o viés do materialismo histórico dialético e a inexistência de produção doutoral acerca do pensamento progressista brasileiro da UNE na revista *Movimento*. Embora, a atual pesquisa esteja inserida no campo da imprensa, ela não centra seus esforços nos aspectos formais da revista *Movimento*, buscando compreender as ideias veiculadas nesse periódico à luz das contradições materiais num determinado período da República Brasileira.

Estudar a materialidade das revistas e dos jornais é focar no texto escrito, o que no viés da História Cultural tem sua importância no sentido de refletir sobre as representações e as práticas sociais dos sujeitos escritores e leitores dos periódicos. Essa abordagem se diferencia do nosso estudo que emprega o princípio materialista da história, pois, para este, as formas de consciência “não tem história, nem desenvolvimento [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94) em si mesmo, visto que são os homens os produtores da consciência e estes a produzem no processo de seu desenvolvimento produtivo.

Os estudos históricos da educação pela imprensa estudantil, assentados no materialismo histórico dialético, permitem ir além da aparência, ou seja, além da análise minuciosa dos conteúdos, da estética do jornal e da descrição dos fatos ali registrados. As análises se direcionam ao universo concreto dos sujeitos que escreveram e que financiaram o periódico, uma vez que, conforme Marx e Engels (2007), é na vida real que está o pressuposto de toda a análise científica.

Portanto, uma das diferenças entre o presente estudo e os que se fundamentam na história da escrita e da leitura, é que entendemos que o homem elabora seus valores e suas crenças a partir das condições produtivas existentes numa determinada sociedade e são esses elementos que permitem a apreensão da realidade na qual se insere a imprensa escrita. Na perspectiva materialista da história, o objeto deve ser compreendido em suas múltiplas relações, visto que:

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. (MARX; ENGELS, 2007, p. 95).

Uma pesquisa fundamentada no materialismo histórico precisa, portanto, fazer o movimento dialético em todos os momentos da análise, pois, dessa forma, as categorias vão permeando a produção e impedindo uma abstração desconectada do real. A profundidade de conhecimento teórico que essa tarefa exige acaba acarretando limites na investigação como, por exemplo, o fato de Marques (2011) examinar os conteúdos dos periódicos por eles mesmos, ou seja, sem relacionar com o referencial teórico metodológico no decorrer de toda sua pesquisa.

Os estudos da história da educação pela imprensa, cujo referencial teórico-metodológico é o materialismo histórico dialético, devem levar em consideração que a ideologia “não é uma representação imaginária desvinculada da realidade, ela se efetiva no interior das relações concretas.” (ZANLORENZI, 2014, p. 1). Como e por que os homens constroem essa ideologia, são questionamentos que podem ser respondidos se for levado em consideração que a visão de mundo dos sujeitos e/ou grupos sociais é a expressão da vida real, ou seja, de sua atividade prática, numa relação consigo e com os outros, diante de uma conjuntura social. (TORRES; NASCIMENTO, 2018).

As ideias são expressões do comportamento humano condicionado por uma determinada realidade material, por isso os limites desse comportamento se expressam nos limites da consciência. (MARX; ENGELS, 2007). Dessa maneira, na perspectiva materialista da história, faz-se necessário compreender, primeiramente, como os dirigentes da UNE e os outros setores progressistas atuavam na sociedade de classes, para posteriormente entender seu pensamento.

Na sociedade capitalista em que há divisão social em classes antagônicas, as formas de pensamento não são imparciais, elas agregam elementos divergentes que estão presentes nas duas extremidades em luta. Por isso, a imprensa torna-se uma fonte histórica importante para analisar a posição de determinados grupos no Brasil, durante os anos iniciais da década de 1960, porque em suas páginas encontramos os valores e as ideias de uma minoria populacional em oposição ao poder dominante e que apresentava um projeto de nação.

A escolha pela temática dessa pesquisa histórica ocorreu por vários fatores subjetivos e objetivos. Primeiramente, devido à militância em grêmio estudantil e atualmente em associações educacionais como representante docente e da sociedade civil, além de pesquisadora do grupo de pesquisa *História, Sociedade e*

Educação dos Campos Gerais. E, finalmente, pelo fato das contradições do modo de produção capitalista ainda estarem presentes no pensamento dos setores políticos brasileiros que se autodenominam populares, democráticos, socialistas e tantas outras nomenclaturas de fundamentação progressista.

Sendo as ideias progressistas frutos de uma sociedade de classe, inferimos que elas estão mais vivas do que nunca, ora perdendo e ora ganhando terreno, conforme as oscilações do capitalismo e da sua democracia liberal burguesa. Partindo dessa premissa, cabe ao historiador buscar as lacunas, revelar a realidade que se oculta e desmistificar a naturalização das coisas, no sentido de entender que a história não é uma coleção de fatos mortos. (MARX; ENGELS, 2007).

A realidade que se impõe nesse momento da nossa história nos direciona a optar por uma posição que não reproduza a racionalidade que divide a humanidade em classes sociais antagônicas. Por isso, analisar o pensamento progressista da UNE, veiculado na revista *Movimento*, na busca por identificar seus princípios liberais e suas contradições, pode proporcionar aos historiadores da educação e à militância política novos olhares sobre a atuação do movimento estudantil brasileiro na atualidade.

A partir desse propósito, esse estudo está dividido em três partes.

No primeiro capítulo, a partir da realidade brasileira, analisamos a atuação da UNE enquanto setor progressista nas campanhas nacionalistas e desenvolvimentistas que marcaram os diferentes governos democráticos entre 1945 e 1964. Além disso, caracterizamos a revista *Movimento* no contexto de suas onze publicações no ano de 1962 e 1963, procurando verificar os pilares teóricos do pensamento progressista da entidade universitária presentes nas páginas do periódico e sua relação com os princípios liberais de Locke [20--] e Smith (1996a, 1996b).

No segundo capítulo, examinamos como a questão da educação brasileira foi problematizada pela UNE em sua revista *Movimento*. De forma específica, observamos qual era o entendimento da entidade universitária sobre o problema do analfabetismo e a relação entre essa forma de consciência e as condições históricas do Brasil naquele período. Além dessa questão educacional, averiguamos a concepção da UNE acerca do ensino superior brasileiro e seu projeto de reforma universitária. No exame sobre essas questões referentes à educação, procuramos

identificar as contradições do pensamento progressista da entidade estudantil a partir da materialidade vivenciada pelos universitários.

E, finalmente, no terceiro capítulo, investigamos a concepção de libertação nacional com base na crítica ao imperialismo e ao latifúndio, por terem sido os dois temas mais abordados no impresso *Movimento*, bem como as características da revolução brasileira. Nessa investigação buscamos desvelar a influência da ideologia liberal no pensamento progressista da UNE e contrastar as ideias progressistas com os pressupostos marxistas¹².

¹² O termo marxista refere-se às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels.

1 A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: FORÇA PROGRESSISTA UNIVERSITÁRIA

A UNE foi criada alguns meses antes da promulgação do Estado Novo, durante o 1º Conselho Nacional de Estudantes, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 1937. Mas foi efetivamente reconhecida pelos estudantes e pelo governo de Getúlio Vargas em 1938, apesar de legalmente o decreto de seu reconhecimento só ter sido instituído em 1942. Na qualidade de “[...] entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior” (BRASIL, 1942), a entidade inicialmente teve que enfrentar seus próprios desafios para posteriormente se lançar em campanhas mais gerais, embora desde sua constituição tenha se definido como antifascista e democrática.

Os primeiros desafios da UNE no contexto do Estado Novo se concentraram na organização institucional da entidade e na tentativa de se consolidar como representação estudantil universitária brasileira. A partir de 1942, passou a liderar ações pela participação do país ao lado dos Aliados na II Guerra Mundial, contribuindo para aguçar as contradições que geraram o esfacelamento do governo ditatorial varguista. (POERNER, 2004).

A formação dessa entidade foi desdobramento da expansão do capitalismo industrial e de uma maior preocupação com a escolarização, tanto por parte das instâncias governamentais quanto da sociedade civil. Sabemos que o modo de produção capitalista realizou várias mudanças na vida material das pessoas e, no que diz respeito às questões culturais, a educação escolar passou a ser a forma dominante de educação, uma vez que:

A sociedade capitalista, ao deslocar o eixo do processo produtivo e da vida social da agricultura para a indústria e do campo para a cidade, incorporou os conhecimentos (a ciência) e os códigos escritos na produção, no direito e na organização da vida urbana. Com isso, o domínio da cultura letrada, cuja porta de entrada é o alfabeto, tendeu a se tornar uma exigência geral. Daí a iniciativa da organização da escola pública, universal, gratuita e leiga como instrumento para o ingresso na cultura escrita. (SAVIANI, 2009, p. 20).

Desde o início do governo de Vargas, o Estado vinha realizando algumas medidas para aumentar a oferta de escolarização à população brasileira e assegurar as demandas da sociedade urbana e do setor industrial em expansão. No ano de 1930, o governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e o

ministro Francisco Campos passou a realizar algumas medidas reformistas na área da educação, como o Decreto nº 19.851, que visava estruturar os centros universitários na tentativa de consolidar o ensino superior no país (BRASIL, 1931); a criação do Conselho Nacional de Educação; e uma reorganização do ensino secundário brasileiro.

Para atender as exigências industriais e de serviços urbanos e as reivindicações de intelectuais organizados em torno de uma proposta educacional alinhada ao novo contexto nacional, o Estado Vargas defendeu uma educação a serviço da nação, conforme pronunciada pelo ministro Capanema em 1937, ano do nascimento da UNE:

Assim, quando dizemos que a educação ficará a serviço da nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do estado. (HORTA, 2010, p. 114).

As diretrizes ideológicas do Estado Novo estavam diretamente ligadas ao projeto de desenvolvimento da economia nacional sob bases capitalistas. A educação deveria atuar em prol desse projeto de sociedade, pois uma das tarefas do Estado é criar e manter instituições públicas destinadas à instrução do povo (SMITH, 1996b). A educação escolarizada, na concepção dos teóricos do governo de Vargas, não poderia ser imparcial, ao contrário, teria que tomar uma posição filosófica liberal, pois essa é a sustentação ideológica do sistema capitalista.

Além do Estado, parte dos intelectuais brasileiros, defensores de uma reforma educacional, também possuía um pensamento alinhado à ideologia liberal, apesar de tecer críticas à escola tradicional de perspectiva burguesa. Os educadores que assinaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, documento que problematizou os rumos da educação brasileira na década de 1930, não romperam com a concepção liberal de sociedade e de educação.

Os intelectuais, denominados de “pioneiros”, negaram-se a atender aos interesses de classe, mas propuseram uma educação fundamentada na hierarquia das capacidades, ao propor que todos os indivíduos, independentes de suas condições econômicas e sociais, teriam o direito de ser educados até onde permitissem suas aptidões naturais. (AZEVEDO, 2006). No manifesto, identificamos

a concepção pragmática de que a educação deveria estar conectada ao meio social para sustentar suas ações. Assim se posicionou um dos pioneiros da Educação Nova:

Porque os nossos programas se haviam ainda de fixar nos quadros de segregação social, em que os encerrou a república, há 43 anos, enquanto nossos meios de locomoção e os processos de indústria centuplicaram de eficácia, em pouco mais de um quartel de século? Porque a escola havia de permanecer, entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando, por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com as outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação? (AZEVEDO, 2006, p. 189).

A escola precisaria, portanto, reorganizar-se na tentativa de empregar o trabalho como elemento formador e proporcionar aos educandos energias criadoras que, alinhadas ao seu próprio esforço, prepararia esses jovens ao progresso material e espiritual da sociedade vigente. No manifesto, há presença de vários elementos liberais, como a plena defesa da igualdade de direitos à educação, baseada no princípio biológico; a concepção do desenvolvimento humano pelas aptidões naturais e a seleção dos mais capazes; a valorização de uma educação com base científica e experimental e, finalmente, a visão de que somente por meio da educação era possível materializar uma fecunda revolução na sociedade. (AZEVEDO, 2006).

As reformas educacionais escolares dos “pioneiros da educação nova” e do Estado Varguista estavam alicerçadas na ideologia liberal, pois ambas justificavam a necessidade dessas reformas a fim de atender as exigências do crescimento econômico capitalista industrial. Além disso, a presença do capitalismo presume a existência do liberalismo (SANTANA, 1996), portanto, nessa conjuntura social prevaleceram os valores das classes dominantes.

Nesse contexto, no qual a educação foi predominantemente pensada enquanto escolarização e o pensamento educacional hegemônico tinha como pressuposto a ideologia liberal, ocorreu a fundação da UNE. Dessa forma, a entidade universitária teve seus princípios políticos influenciados por essa esfera teórica e pela realidade material da época. Desde então, a entidade universitária se movimentou concomitante ao dinamismo da sociedade brasileira e quando completou suas bodas de prata procurou demarcar sua postura histórica.

A UNE não resiste ao tempo, mas com êle tenta marcá-lo. Não manteve uma tradição nem conseguiu criar legenda. Tornou-se irreconhecível talvez para seus fundadores. A UNE não permanece no tempo; é grande testemunho de seu poder transfigurador. É um processo e um dinamismo. Vinte e cinco anos comemora hoje. E é justamente este dinamismo que lhe orienta a ação, esta constante preocupação de estar à altura de uma época e ao nível de uma realidade que a fazem talvez tão mal compreendida. (O 25º ANO, 1962, p. 1).

A pauta principal da UNE, desde sua constituição, era “[...] a luta pela reforma da universidade como parte da tarefa de transformação da realidade brasileira [...]” (MOVIMENTO, 1962a, p. 2). A preocupação com outras questões nacionais levou a entidade a lutar pela democratização do ensino, dos direitos civis e políticos, bem como levantar a bandeira anti-imperialista e antilatifundiária. Com essa campanha, a entidade se tornou um setor progressista de representação estudantil e se inseriu nas mobilizações em prol da libertação nacional, ocorridas entre 1945 e 1964.

Os sujeitos coletivos denominados de progressistas, no período que ora consideramos, podem ser caracterizados como favoráveis às reformas nos campos político, social e econômico, alguns com afinidades ou partidários de ideias socialistas, reconhecidos por grupos políticos tradicionais como militantes de esquerda. (HOUAISS, 2009). Apesar do posicionamento democrático e do apelo popular, os progressistas estavam inseridos no contexto capitalista e, por isso, as ideias liberais se fizeram presentes em suas concepções.

A bandeira de unidade entre os setores progressistas¹³ era o entendimento de que o Brasil precisava se emancipar economicamente uma vez que essa libertação nacional representaria a libertação do povo brasileiro. Por meio de uma luta democrática, as forças progressistas combatiam o imperialismo e o latifúndio, pois acreditavam que esses dois elementos, vigentes em nossa estrutura produtiva, eram os maiores entraves ao desenvolvimento nacional.

Enquanto setor progressista, a UNE participou das campanhas democráticas nas eleições de 1945 e se envolveu em mobilizações nacionais na segunda metade da década de 1940, como a Campanha Nacional Contra a Carestia, a Greve

¹³ Apesar das particularidades de cada setor progressista, a unidade entre eles assentava na constatação de que o imperialismo e o latifúndio constituíam os problemas mais emergentes a serem solucionados, pois estes impediam o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial em nosso país. Para empreender tal projeto, os progressistas advogavam uma aliança entre as classes antagônicas do modo de produção capitalista, como por exemplo, os operários e a burguesia, a fim de construir um Estado democrático e popular capaz de conduzir essa transformação pela via da legalidade.

Branca¹⁴, O Petróleo é Nosso, Pró-Libertação Econômica, Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Movimento pela Paz e Campanha Contra o Aumento de Tarifas dos Transportes, Luz e Gás (MATTOS, 2014). Essa atuação aproximou a entidade universitária de outros setores progressistas, o que permitiu certa unidade de pensamento e de alianças.

Na década de 1950, a história da UNE pode ser dividida em dois momentos distintos. Na primeira metade, a predominância dos anticomunistas na diretoria da entidade fez com que a entidade se empenhasse em questões políticas internas, afastando-se dos assuntos mais polêmicos em nível nacional e estando menos presente nos movimentos estudantis (MATTOS, 2014). Já na segunda metade da década de 1950, influenciada pelas teorias e campanhas da Liga da Emancipação Nacional, do ISEB¹⁵, do PCB e por uma atuação mais ativa da Juventude Comunista e da Juventude Universitária Católica (JUC), a UNE redefiniu seu papel pautado no movimento nacionalista. Os objetivos da entidade universitária, entre 1956 e 1960, expressavam-se na posição em favor:

[...] do desenvolvimento nacional, da emancipação política, do comércio internacional independente e pacífico, da defesa e monopólio sobre a exploração do petróleo e dos recursos minerais, contra a dominação política e econômica exercida pelos EUA e pela luta contra a desigualdade social e econômica dentre as diversas regiões do país. (MATTOS, 2014, p. 207).

O movimento progressista no Brasil ganhou maiores dimensões a partir do governo de Juscelino Kubitschek que, para consolidar seu Plano de Metas, estimulou a entrada de capital estrangeiro, visto pelas forças progressistas como desfavorável à produção industrial interna e ao projeto de emancipação econômica. Comungando da ideologia do desenvolvimento nacional do ISEB, da revolução anti-imperialista e agrária do PCB e das reformas políticas reivindicadas pelas FPN¹⁶ e

¹⁴ Essa ação tinha como objetivo incentivar os consumidores a não comprar produtos supérfluos, a fim de pressionar a queda dos preços. (MATTOS, 2014).

¹⁵ Os intelectuais isebianos nem sempre comungavam da mesma ideologia, mas o que os identificavam era o fato de perceberem uma contradição entre forças nacionais e forças antinacionais no interior da sociedade brasileira. Para esses intelectuais haveria uma divergência de interesses entre os grupos defensores da emancipação do país, como a burguesia nacional e o proletariado, e grupos associados ao imperialismo, como a burguesia industrial e os setores ligados à estrutura econômica de tradição colonial. (TOLEDO, 1997).

¹⁶ A FPN, fundada em 1956, “[...] congregava parlamentares cuja identidade principal era a defesa da adoção de políticas públicas nacionalistas, por parte do Governo Federal.” (NEVES, 1993, p. 48-49). Apesar de os parlamentares estarem vinculados aos seus partidos, a atuação desses políticos nas reuniões plenárias e comissões legislativas permitiu que as reivindicações dos movimentos sociais fossem debatidas no congresso federal.

FNB, a UNE tomou partido, debatendo e promovendo ações¹⁷ em prol da transformação da realidade brasileira.

A UNE representava os estudantes universitários do país, divididos ideologicamente em diversas facções políticas. Porém, é preciso destacar a influência direta da AP na direção da entidade universitária a partir de 1961 até 1964, já que os três presidentes da entidade pertenciam a essa organização política, sendo respectivamente: Aldo Arantes (1961-1962), estudante da PUC do Rio de Janeiro, localizada no Estado da Guanabara; Vinícius Caldeira Brandt (1962-1963), estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais e José Serra (1963-1964), estudante da Escola Politécnica de São Paulo.

A Ação Popular tem sua origem na “[...] dissensão entre a JUC (Juventude Universitária Católica) e a hierarquia religiosa.” (POERNER, 2004, p. 172). Essa organização política avançou em suas reivindicações em relação aos demais setores nacionalistas citados, pois, ao se inserir na luta pela libertação nacional, a AP:

[...] vai se lançar a essa tarefa tendo como metas principais a luta contra o capitalismo internacional, no plano externo, e uma campanha de conscientização e organização do povo para que opere as transformações inadiáveis da estrutura brasileira na tarefa de construção do socialismo. (INFORME NACIONAL, 1963, p. 3).

Apesar de possuir o socialismo como meta, isso não impediu que os militantes da AP atuassem junto às frentes democráticas, reproduzindo as principais bandeiras do pensamento progressista. Uma das principais fontes históricas da AP é seu “Documento Base”, datado de 1963, em que é possível identificar os fundamentos teóricos de sua visão, opção e ação, enquanto organização política revolucionária. Embora, comungasse da necessidade da luta anti-imperialista e defendesse a união de diferentes grupos para tal realização, a entidade defendia a mobilização popular “[...] contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal.” (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 14).

A perspectiva do socialismo como humanismo permitiu aos militantes da Ação Popular ir além das concepções isebianas e comunistas e estabelecer críticas

¹⁷ Sobre as propostas da UNE e suas lutas no período de 1945 a 1964, ver Poerner (2004) e Mattos (2014).

às experiências socialistas ocorridas em diferentes nações desde 1917. Em relação à liberdade destacou:

O que interessa é garantir a liberdade de desenvolvimento das pessoas, a possibilidade da sua expressão e da expressão de sua vontade. Porém, liberdade com a expressão da pessoa não é poder fazer tudo que se quer, mas poder fazer tudo que seja expressão de uma necessidade humana fundamental, tratada no nível da razão. A liberdade, sendo pessoal é essencialmente social, tem como referência uma função social. Portanto, garantir a liberdade é fazer com que o Estado seja a convergência das decisões socialmente assumidas. (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 11).

A partir dessa concepção teórica, a AP se colocou na luta pelo homem e com o homem, combatendo toda e qualquer força que o destruísse, por exemplo, o imperialismo, o capitalismo e a organização agrária. O presidente da UNE e militante da AP, Vinícius Caldeira Brandt¹⁸, no início de seu mandato como dirigente estudantil, salientou que sua postura cristã não era a de um cristianismo sem consequência e sem obras e sim de um cristão que luta ao lado de tantos outros para que o povo brasileiro tenha dias melhores e mais humanos. (BRANDT, 1962).

Em relação ao contexto internacional, é importante lembrar que a vitória dos revolucionários cubanos em 1959, constituindo um regime de caráter socialista, repercutiu na América Latina como uma alternativa de luta contra o imperialismo, questão em voga nas discussões teóricas promovidas por diferentes entidades sociais, inclusive a UNE. A sucessão presidencial em 1961, na qual Jânio Quadros assumiu o poder executivo federal, aumentou ainda mais as discussões e as ações em torno das concepções nacionalistas, ou seja, anti-imperialistas.

O período inicial da década de 1960 foi marcado por contradições econômicas e políticas que vinham se intensificando no país a partir da implantação da plataforma desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. Na conjuntura entre os anos de 1961 e 1964, ocorreu uma maior participação dos trabalhadores e estratos médios no processo político brasileiro e na luta pela democracia, além de suscitar a proposta socialista em alguns grupos de bases populares, tanto no campo como na cidade. (IANNI, 2004).

Os estudantes, organizados em suas entidades, posicionaram-se sobre as políticas governamentais e os rumos econômicos do país em seus impressos.

¹⁸ A relação entre cristianismo e marxismo nos posicionamentos dos membros da AP revela a permanência dos princípios cristãos nessa entidade mesmo após o rompimento com as entidades estudantis católicas, e a defesa do socialismo como etapa revolucionária.

Exemplo disso foi uma publicação da UME no jornal *O Metropolitano*, dois dias antes da posse do presidente Jânio Quadros. A agremiação observou que aquele era um momento de plena vigência democrática e que o Brasil teria crescido politicamente. A posse do novo presidente foi vista pela entidade como uma esperança de dias melhores e a confiança no desenvolvimento econômico nacional a partir da emancipação do país e do povo. (UNIÃO METROPOLITANA..., 1961).

O ano de 1961 foi marcado por intensos debates nos diferentes espaços educacionais, por ocasião do projeto da LDB, aprovado em fins do mesmo ano. Para problematizar essa questão e a reforma universitária, a UNE iniciou um ciclo de seminários¹⁹ acerca da reforma universitária entre os anos de 1961 e 1963, sendo o primeiro em Salvador, realizado entre os dias 20 a 27 de maio, intitulado “I Seminário Nacional da Reforma Universitária”, cujas discussões estão presentes na “Declaração da Bahia”.

O seminário representava um diálogo com as autoridades políticas, pois, por meio dele, denunciava-se a atual situação da universidade brasileira, “[...] analisando as suas falhas, buscando as causas de sua estrutura anacrônica e mostrando os caminhos que poderão ser seguidos para uma reformulação em bases reais da mesma [...]” (REFORMA..., 1961, p. 25). A entidade universitária registrava as principais pautas e as deliberações desses eventos no periódico *Movimento*, órgão oficial da entidade, a fim de politizar o público universitário.

Ainda em meados de 1961, ocorreu a posse de Aldo Arantes, estudante de direito da PUC, do Rio de Janeiro. Sua gestão deu início ao domínio da AP na presidência da UNE até 1964. Mas o principal acontecimento em que a entidade se envolveu, naquele ano, foi sem dúvida a Campanha da Legalidade liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e que tinha como objetivo a nomeação legítima do cargo de presidente ao vice João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

No momento da renúncia, Goulart estava em viagem oficial à China e os grupos políticos conservadores, apoiados por grande parte da imprensa, aproveitaram para tentar impedir sua posse, uma vez que eram contrários a ela

¹⁹ As concepções teóricas que fundamentavam os seminários estudantis da UNE provinham de intelectuais como Darci Ribeiro, Durmeval Trigueiro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Paulo Rosas. (REFORMA..., 1961).

justificando a linha política adotada pelo petebista²⁰. Essa ação gerou a reação de setores democráticos e nacionalistas, reunidos em Porto Alegre, onde a UNE chegou a promover um Conselho Extraordinário dos Estudantes²¹, logo após Goulart assumir o poder executivo no regime Parlamentarista em 07 de setembro de 1961.

Nesse congresso estudantil, em nome da agremiação estudantil, o presidente da UNE registrou que esperava de João Goulart um governo popular, voltado aos interesses da classe trabalhadora e não de grupos econômicos internacionais, uma postura em defesa do nacionalismo, da industrialização, da liderança na América Latina em apoio ao bloco neutralista, da coibição do abuso econômico de grupos e de classes e por uma efetiva reforma agrária. (ARANTES, 1961).

Os anseios do dirigente universitário apontam as ideias progressistas assumidas pela entidade como a democracia, o anti-imperialismo e o antilatifúndio. A neutralidade destacada por Arantes era no sentido de autonomia econômica diante da dependência das nações hegemônicas, em especial os EUA. Embora, se reivindicasse uma política governista para os trabalhadores e o fim da exploração econômica de grupos e de classes, percebemos que não havia questionamentos em relação ao sistema capitalista, estrutura responsável pela realidade em que a UNE pretendia transformar.

Em relação às reformas educacionais, a luta da UNE durante o governo de Goulart esteve relacionada de maneira especial ao ensino superior. Os militantes estudantis conceberam a universidade brasileira enquanto um espaço dissonante das exigências do projeto desenvolvimentista e nacionalista, visto que as atividades acadêmicas atendiam aos interesses dos grupos econômicos majoritários que utilizavam de diversos instrumentos, como por exemplo, as instituições educacionais para manter seu *status quo*.

Sobre o ensino superior, o estudante de direito e diretor da revista *Movimento* da UNE apontou que “[...] a universidade brasileira é alienada: não atende às exigências nacionais e populares do Brasil de hoje, dobrando-se, isto sim, a uma realidade estranha, europeia e norte-americana.” (GUIMARÃES, 1962c, p.

²⁰ João Goulart foi membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e era visto pelos grupos políticos conservadores como sucessor de Getúlio Vargas. Na revista *Movimento* foi descrito como integrante da corrente política de “Centro” (LIMA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962).

²¹ O Conselho Extraordinário dos Estudantes ocorreu em Porto Alegre, entre os dias 16 e 21 de setembro de 1961, e os principais documentos desse conselho encontram-se na edição de setembro de 1961 do periódico *Movimento*.

22). Dessa forma, o imperialismo, extremamente criticado pela UNE, estava presente até mesmo nos setores educacionais, não se limitando à esfera econômica.

Nos anos que antecederam 1964, a UNE era uma entidade de expressividade política, condição que muitas vezes lhe deu o título de vanguarda revolucionária, por parte de alguns setores progressistas. A reforma universitária, proposta pelos estudantes, visava melhorias de infraestrutura como a ampliação e modernização das diversas instalações do campus universitário, bem como inovações no processo ensino-aprendizagem e no modelo curricular. Além disso, a entidade deixou transparecer, em seus planos de ação, reivindicações que atenderiam os anseios dos trabalhadores urbanos e camponeses.

A UNE, nos anos iniciais da década de 1960, passou a realizar diversas campanhas em defesa da democracia. A integração entre estudantes e artistas em prol da reforma universitária resultou no projeto UNE-Volante, caravana que percorreu as regiões brasileiras promovendo shows e exposições, apresentando peças teatrais e discutindo questões socioeconômicas em assembleias universitárias. Como sujeitos privilegiados culturalmente devido ao número restrito da população que não alcançava o ensino superior, os estudantes conceberam suas ações como um compromisso de conscientização e mobilização da classe operária e camponesa, além do público estudantil em geral, engrossando o movimento nacional e desenvolvimentista.

A UNE propôs lutar contra o imperialismo norte-americano, pois, segundo a entidade, este era o principal entrave ao desenvolvimento da economia brasileira. Logo, os explorados representavam a nação em contraposição aos exploradores estadunidenses, o que demonstra a ausência de uma discussão mais profunda do modo de produção capitalista como produtor desse mesmo imperialismo, bem como das causas reais do antagonismo de classes. Essa particularidade não amenizou a reação dos grupos políticos conservadores que viam a agremiação universitária como um movimento de caráter comunista.

A quantidade de estudantes matriculados nos cursos de graduação no Brasil, durante o primeiro mês letivo de 1962, era de 107 mil e 509 alunos. (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1962). Estes universitários estavam distribuídos por unidades da federação, sendo o estado do Mato Grosso o que possuía menor número de matrículas (203), e com maiores quantidades os estados de São Paulo

(29.071), Guanabara²² (17.979), Rio Grande do Sul (12.855) e Minas Gerais (10.797). Essa quantidade de universitários não representava 1% da população total do país, que na época já ultrapassava 70 milhões de pessoas.

Os dados revelam que ser universitário no Brasil, na década de 1960, era um privilégio e, fazer parte da gestão nacional era algo quase impossível aos universitários trabalhadores e residentes em regiões distantes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O que queremos apontar é que a UNE era constituída, majoritariamente, por sujeitos vinculados materialmente e ideologicamente à classe burguesa, portanto, indivíduos reais que se comportavam e se organizavam de uma determinada maneira no sistema produtivo capitalista. Dessa forma:

É possível que a origem social privilegiada dos estudantes universitários, como eles mesmos reconheciam, dificultasse compreender o antagonismo radical entre a burguesia e o proletariado. Pertencendo em sua maioria às classes médias e à elite, como eles também detectaram, estiveram condicionados a se colocar como intermediários do confronto. (SANFELICE, 2008, p. 75).

Nessa conjuntura social, os estudantes assumiram a tarefa da revolução brasileira²³, em defesa dos estudantes, camponeses e operários. Na “Declaração da Bahia”, por exemplo, a UNE definiu revolução como uma “[...] posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sóciopolítica ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações e das competições.” (UNIÃO NACIONAL..., 1961 Anexo FÁVERO, 1995, p. XVI).

A estrutura social e política do Brasil foi definida, pela UNE, como atrasada e causadora das desigualdades, sendo sua eliminação o objetivo da mobilização do movimento estudantil. Mas, ao mesmo tempo, não se considerou essa estrutura a partir da contextualização do modo de produção capitalista, uma vez que as lideranças progressistas de origens sociais privilegiadas possuíam limites materiais para realizar uma crítica radical da estrutura capitalista.

²² O estado da Guanabara existiu, entre os anos de 1960 e 1975, no local onde hoje é a cidade do Rio de Janeiro.

²³ Em 1960, havia várias tendências sobre a revolução brasileira. O PCB, por exemplo, defendia um caminho pacífico a favor da democracia e das reformas de base, enquanto outras forças de esquerda, como o Partido Operário Revolucionário assumia a via socialista. Embora o movimento estudantil fosse bastante heterogêneo em sua base, a liderança, por meio dos membros da AP, se aproximava do conceito revolucionário do PCB. (PELEGRINI, 1997).

Com a proposta de conscientizar os universitários sobre assuntos educacionais, econômicos, políticos e culturais e ao mesmo tempo de se afirmar como força progressista, a UNE realizou seminários regionais, assembleias estudantis, colaborou na formação de centros populares de cultura, apoiou projetos editoriais como a publicação “Cadernos do Povo Brasileiro” e livros da Editora Universitária e reorganizou o periódico *Movimento* em 1962 para ser um canal de divulgação do pensamento progressista e disseminar a ideologia do desenvolvimento nacional, potencializando a luta anti-imperialista e antilatifundiária pela via democrática.

O número de universitários no Brasil era muito baixo comparado à população total, mas o que incomodava os setores políticos conservadores era a representatividade da UNE²⁴, somando-se ao movimento progressista. Embora sua atuação seja contraditória, por causa da ligação material com a classe burguesa, de uma política de esquerda ainda muito distante da realidade das classes trabalhadoras e, finalmente, do predomínio da ideologia liberal, a entidade foi reconhecida pela frente de esquerda como vanguarda das campanhas pelas reformas de base e intitulada como Quarto Poder no período final do governo João Goulart. (FORACCHI, 1965).

1.1 A REVISTA *MOVIMENTO* DA UNE

A imprensa é a expressão ideológica de indivíduos inseridos numa conjuntura histórica e, dessa forma, essa realidade interfere diretamente na formação dos valores desses sujeitos. Por meio da imprensa, os indivíduos procuram intervir no espaço que os cerca e, por isso, os periódicos estudantis carregam em si concepções acerca da sociedade, do universo e da comunidade escolar, bem como do processo educativo.

Além das condições materiais se refletirem nas ideias produzidas pelos homens no decorrer de sua história, nelas também se expressam “[...] os antagonismos de classe existentes em cada modo de produção, bem como as transformações de um modo de produção a outro [...]” (LOMBARDI, 2010, p. 91). As

²⁴ O fato que revela o incômodo provocado pela UNE aos setores políticos conservadores foi o incêndio promovido pelo novo governo, logo após o golpe civil-militar em 1964, na sede da entidade, localizada na Praia do Flamengo.

concepções da UNE acerca da sociedade e da educação decorreram da forma material que os universitários se organizavam socialmente e se relacionavam com outros indivíduos e com suas próprias necessidades enquanto sujeitos culturalmente privilegiados num país de elevados índices de analfabetismo.

No Brasil, durante os anos iniciais da década de 1960, ocorreu a intensificação de várias ações de caráter nacional e popular, como os movimentos de cultura e educação popular, as campanhas de alfabetização em massa, a produção intelectual do ISEB, o fortalecimento da juventude estudantil católica, a aliança dos comunistas à revolução democrática-burguesa e a movimentação por reformas estruturais. Toda essa agitação colaborou para que a UNE, enquanto representação dos estudantes universitários, tomasse partido em defesa do desenvolvimento nacional e agisse para difundir um projeto de transformação da sociedade.

Para os intelectuais ligados ao movimento progressista, era preciso conscientizar as massas, pois elas seriam as responsáveis por originar o projeto de desenvolvimento nacional. (VIEIRA PINTO, 1959). Dessa forma, cada setor criou seus próprios mecanismos para divulgar as ideias progressistas ao maior número de pessoas, em especial às massas populares devido às suas condições culturais limitadas e por serem vistas como as forças de maior conteúdo revolucionário fortalecendo esse projeto de transformação.

Nesse contexto, a partir de 1962, a UNE intensificou sua militância e passou a realizar campanhas de politização acerca das problemáticas nacionais junto ao público estudantil e a outros grupos sociais que se encontravam educacionalmente marginalizados, como era o caso dos analfabetos. Atuando em várias frentes, em especial no conjunto das ações dos grupos progressistas defensores da democratização política, econômica e social²⁵, a entidade retomou a publicação da revista *Movimento* a fim de canalizar as ideias progressistas e divulgá-las para a comunidade discente universitária.

Com o objetivo de atuar revolucionariamente no campo da imprensa, a UNE inaugurou uma nova fase de sua imprensa escrita com a reedição da revista *Movimento*, em março de 1962. Para os editores dessa revista, a função da

²⁵ Entre as transformações defendidas pelos grupos progressistas estava o desenvolvimento do mercado nacional, o controle do capital estrangeiro, a reforma agrária, a elevação do nível de vida da população brasileira e as melhorias no ensino diminuindo a defasagem entre as diferentes etapas de educação.

imprensa universitária era o seu “[...] *engajamento na luta pela libertação do povo brasileiro da exploração do imperialismo estrangeiro, e o exercício de sua possível liberdade e pureza, de sua falta de compromissos.* [...]” (MOVIMENTO, 1962c, p. 2).

O periódico *Movimento* já tinha sido publicado algumas vezes por ocasiões específicas como, por exemplo, em julho e setembro de 1961 com os seguintes títulos “Unidade e Reforma” e “A UNE e o Golpe”, respectivamente. A edição de julho abordou as principais ações da entidade na gestão presidida pelo estudante de medicina Oliveiros Guanais de Aguiar e a edição de setembro analisou a crise política nacional com a renúncia de Jânio Quadros.

No primeiro número, em março de 1962, a equipe responsável pela revista apontou as principais diferenças entre as edições anteriores e as edições a serem publicadas nessa nova fase:

O presente número não inaugura a revista <Movimento>. Três ou quatro vezes já foi ela editada, com características bem diversas das que pretendemos adotar daqui por diante. Anteriormente tinha a revista forma quase que de anuário, resenhando os principais momentos da ação estudantil no decorrer de cada gestão de diretoria; tinha um caráter eventual e, portanto, não definido. Este número não inaugura por conseguinte uma idéia, mas inicia uma forma. Marca o começo de novas tentativas, efetiva um tipo de publicação planejado, sistematizado, de edição mensal e circulação por todo o Brasil e nas bancas da Guanabara. (EDITORIAL, 1962, p. 3).

Ao analisar as edições de 1961 e as edições a partir de 1962, verificamos algumas alterações que nos ajudam a entender peculiaridades não só do periódico, mas da própria organização interna da UNE e de sua representatividade na esfera nacional. Nas publicações anteriores a 1962, a revista possuía um caráter de boletim interno da entidade, não era comercializada oficialmente uma vez que não há dados de preço nos impressos. Além disso, os nomes e as funções dos gestores da entidade universitária apareciam em destaque antes do sumário e as matérias apareciam sem referências de autoria e versavam majoritariamente sobre as ações estudantis.

Nas edições de 1962 e 1963, o periódico *Movimento* passou a ter um custo para o leitor e os artigos eram produzidos, majoritariamente, por lideranças e representações da FPB e em menor grau por lideranças da UNE. Os integrantes da equipe editorial tinham seus nomes registrados, o que demonstra um caráter mais profissional do impresso que agora passava a circular nas bancas e não somente

nos congressos universitários. Os artigos tratavam de questões educacionais e de outros assuntos pertinentes ao pensamento progressista, como cultura popular, revolução burguesa, economia externa, políticas públicas, mobilização dos trabalhadores.

Os assuntos eram tratados a partir da crítica ao imperialismo e ao latifúndio, tentando conscientizar o leitor dos problemas que atingiam o país e a necessidade de transformar essa realidade. Havia, também, em algumas edições, os informes nacionais e internacionais, cujas notícias eram sobre fatos da época, porém apresentados de forma sintetizada. No final de algumas publicações, apareciam notas informativas de eventos estudantis, às vezes, chamadas de assinatura da revista com a seguinte justificativa: “*Movimento é uma revista jovem e cultural. Logo, se você é jovem e é (ou quer ser) culto, assine Movimento.*” (MOVIMENTO..., 1962, p. 31).

Ao contrastarmos as edições de 1962 e 1963 em relação às anteriores, observamos uma mudança de perfil político da revista, posição essa oriunda da nova diretoria da UNE que decidiu reeditar o periódico com o apoio de uma equipe editorial com certa experiência na imprensa estudantil. Esse novo perfil possibilitou que a UNE dialogasse com outras representações progressistas que já publicavam em outros impressos universitários, oferecendo espaço no *Movimento* para que suas ideias fossem veiculadas e, também, procurando estabelecer para si um papel de destaque na divulgação do pensamento progressista ao público universitário.

Como vimos, o nascimento da revista ocorreu num período de efervescência política entre os estudantes universitários brasileiros engajados nas entidades representativas estaduais e nacionais e também na imprensa universitária. Sob a tutela da UNE, o impresso passou a divulgar suas ideias sobre a realidade brasileira e suas ações políticas no processo de transformação social.

A palavra *Movimento*, título do periódico, aparece em destaque na capa, mas sempre ao lado da expressão “Revista da União Nacional dos Estudantes”, demarcando a vinculação direta entre o impresso e a entidade universitária. Essa revista foi definida pelo seu corpo editorial como uma revista de caráter cultural cuja proposta era debater, a partir do ponto de vista progressista, os vários assuntos acerca dos problemas que atingiam a sociedade brasileira. (EDITORIAL, 1962).

A revista *Movimento* era produzida pela Editora Universitária, localizada na rua Frei Caneca, n. 383, no Rio de Janeiro, e possuía um custo de Cr\$50 cruzeiros,

mesmo valor das duas maiores revistas²⁶ em circulação no Brasil durante a primeira metade da década de 1960. Se utilizarmos como referência os valores de alguns alimentos básicos da população em 1962, podemos afirmar que o preço do impresso representava em média meio quilo de arroz e meio quilo de açúcar cristal, nesse mesmo período²⁷.

Numa sociedade em que havia uma inflação alta encarecendo o custo de vida, principalmente para a classe trabalhadora, além de uma escassez de alimentos nas regiões urbanas em determinados momentos do ano, devido ao intenso fluxo migratório rumos às cidades, era muito provável que a maioria populacional não possuisse as condições financeiras para ter acesso à cultura escrita comercializada. Apesar de a UNE pretender alcançar com sua revista o público em geral, a sua circulação e venda nos congressos estudantis apontam que boa parte dos leitores pertenciam ao quadro universitário, especialmente às lideranças.

No modo de produção capitalista, “[...] um dos caracteres essenciais e perpétuos do regime assalariado (que, como a experiência confirma duramente, se torna cada vez mais penoso) é a mediocridade inevitável do nível de cultura dos operários em geral.” (MARX; ENGELS, 1978, p. 33). Portanto, o acesso da classe trabalhadora brasileira à imprensa escrita era impedido, naquele período, pelas condições materiais determinadas pelo capitalismo, logo, pretender que a revista *Movimento* alcançasse o público geral não passava de uma visão limitada acerca da organização cultural na sociedade de classes.

Na primeira edição do *Movimento*, o número de tiragens não foi destacado pelo corpo editorial, mas, entre a segunda e a quarta, aparece o número de seis mil exemplares cada e, entre a quinta edição e a décima primeira, esse número aumentou para dez mil. Na sua mais alta tiragem, a quantidade expressava 10% dos discentes do ensino superior brasileiro, já que o total de estudantes matriculados nos cursos de graduação, em 1962, era quase de 110 mil alunos.

O corpo editorial era formado inicialmente pelos universitários César Guimarães (diretor), Arnaldo Jabor (editor) e Marcello Cerqueira (superintendente). Guimarães, Jabor e Cerqueira cursavam direito no início da década de 1960 e

²⁶ As duas revistas de maior circulação no Brasil nesse período eram “O Cruzeiro” e “Manchete”, ambas possuíam uma média de 400 mil tiragens, embora sejam de perfis diferentes do periódico *Movimento*.

²⁷ Segundo reportagem do jornal “Correio da Manhã”, o quilo do arroz e do açúcar cristal custava respectivamente 60 e 30 cruzeiros em 1962. (FEIJÃO..., 1962).

possuíam experiência na imprensa estudantil por trabalharem no Jornal “O Metropolitano”²⁸, órgão da UME, com sede no Rio de Janeiro. Em 1963, ocorreu uma mudança no corpo editorial e Marcello Cerqueira passou para a função de diretor e, na edição e superintendência, a responsabilidade ficou a cargo de Paulo Furtado de Castro e Alcir Henrique da Costa, respectivamente.

Os estudantes universitários que atuavam no corpo editorial da revista *Movimento*, também faziam parte de outras mobilizações estudantis e alguns eram partidários ou simpatizantes do PCB. De todos os responsáveis pela publicação em 1962 e 1963, somente o estudante Alcir Henrique da Costa²⁹ não colaborou como autor no periódico. No quadro 2, verificamos os títulos das matérias dos editores.

Quadro 2 - Matérias da revista *Movimento* de autoria do corpo editorial

Autoria	Título	Número/Mês/Ano
Arnaldo Jabor	Sem título	3/Junho/1962
Arnaldo Jabor, César Guimarães	Da Anti-Cultura a Cultura Popular.	1/Março/1962
César Guimarães	Universidade à luz da crítica. O Protesto da Juventude Soviética. Plano Bohan: Humorismo com a Miséria. A greve da UNE. Suspensão da greve.	2/Maio/1962 3/Junho/1962 3/Junho/1962 5/Setembro/1962 5/Setembro/1962
Luciola Lima, Paulo Furtado de Castro, César Guimarães	Hora e Vez da Boa Escolha.	6/Outubro/1962
Homero da Cunha, César Guimarães , Paulo Romero, Roberto Pontual, Alaôr Barbosa	Informe.	6/Outubro/1962
Marcello Cerqueira	Encampação: ato necessário.	1/Março/1962

Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, 1962. Adaptado pela autora.

Entre os editores que mais escreveu na revista destaca-se o universitário César Guimarães. Em seu depoimento mais recente, revelou que sua militância efetiva no movimento estudantil foi na imprensa universitária, ação essa promovida pelo “[...] início de uma movimentação em torno de um interesse intelectual e, no caso, político.” (AGUIAR; LIMA; ABREU, 2012, p. 247).

Com base em suas memórias, Guimarães lembrou que, no período da publicação do *Movimento*, os acadêmicos constituíam uma elite por causa da

²⁸ O jornal “O Metropolitano” era uma edição do órgão oficial da UME, circulação dominical com o Diário de Notícias no Rio de Janeiro. Após algumas interrupções, o periódico voltou a circular em 04 de janeiro de 1959 sob a direção de Paulo Alberto Monteiro de Barros e tendo como redator-chefe Cacá Diegues, ambos oriundos da PUC do Rio de Janeiro. Em 1961, César Guimarães passou a dirigir o jornal e ter como editor de arte Arnaldo Jabor. O jornal foi palco de vários debates políticos, econômicos e culturais sob a perspectiva da entidade estudantil.

²⁹ O estudante Alcir Henrique da Costa cursava o primeiro ano de sociologia na PUC do Rio de Janeiro em 1962, quando em foi expulso dessa universidade por ter participado de um ato que consistiu na pichação de um muro no centro da cidade onde escreveu, juntamente com outros colegas, a frase “Viva o 40º Aniversário do Partido Comunista Brasileiro”.

pequena quantidade de universitários. Logo, na qualidade de indivíduos privilegiados culturalmente e diante de uma “[...] democracia eleitoral de participação restrita como aquela, em que metade da população era excluída do voto simplesmente porque era analfabeta; em um mundo que ainda é rural [...]” (AGUIAR; LIMA; ABREU, 2012, p. 247), atuar na imprensa estudantil tinha uma importância significativa em termos de efetividade política.

A imprensa universitária estava ganhando forças no conjunto das ações do movimento estudantil desde os fins de 1950 e a primeira reedição da revista *Movimento* abordou essa temática na tentativa de justificar a sua relevância, além de apresentar algumas publicações regionais. Essa forma de imprensa foi concebida “[...] como aquela que, feita por estudantes sob sua exclusiva responsabilidade, atinge o meio universitário em geral, podendo chegar ao grande público [...]”. (CUNHA, 1962a, p. 26).

Segundo a matéria intitulada “A nova imprensa universitária”, os estudantes precisavam combater as informações noticiadas pela grande imprensa³⁰, pois esta caracterizava as manifestações estudantis como sendo baderneiras e classificava o estudante que fazia política como comunista ou inocente útil. Nesse sentido, era fundamental:

O universitário, para fazer-se ouvir, só com seus próprios meios. Seus jornais, suas revistas, seus panfletos. Algo que, de um modo ou de outro, possa dizer à sociedade que ‘a gente existe’, sabem? e que a história nem sempre é bem contada. Um meio de levar ao público não apenas seu pensamento político, mas igualmente as atividades desenvolvidas no campo de seu estudo ou em outros campos culturais. (CUNHA, 1962a, p. 25).

A revista *Movimento* se colocou como um canal de difusão das ideias dos setores progressistas brasileiros, por isso, em suas páginas, encontramos assuntos ligados ao campo educacional, econômico, político e cultural. As matérias são de autoria de dirigentes estudantis, sindicais e partidários; economistas; políticos e empresários ligados à pauta nacionalista; intelectuais e artistas. No quadro 3, algumas referências são destacadas a fim de observar a diversidade de assuntos publicados numa única edição.

³⁰ De acordo com a matéria “A liberdade de imprensa”, a grande imprensa brasileira estaria ligada a grupos econômicos poderosos. Entre os jornais que circulavam na Guanabara destacavam-se: “Jornal do Brasil”, “Correio da Manhã”, “Diário de Notícias” e o “Globo”. (BARRETO, 1963b).

Quadro 3 - Matérias da segunda edição da revista *Movimento* da UNE

Título	Autoria	Atividade do autor
Regulamentação de lucros	José Ermírio de Moraes	Liderança empresarial
O grande país dos analfabetos	Aron Abend	Coordenador da campanha de alfabetização da UNE
Cinema Novo	Carlos Diégues	Cineasta amador e um dos fundadores do Cinema Novo
Capital Estrangeiro	José Clemente de Oliveira	Economista
Por uma arte popular revolucionária Entrevista com Jacobo Arbenz	Carlos Estevam Martins	Diretor do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE
Hoje e amanhã e o teatro	Jean-Paul Sartre	Filósofo francês
Universidade à luz da crítica	César Guimarães	Diretor da revista <i>Movimento</i> da UNE
A direita no Brasil	Wanderley Guilherme	Intelectual do ISEB
Poco pan y mucho americanismo	Rogério Belda	Escritor e Humorista do Jornal "O Metropolitano"
A Revolução	Alaor Barbosa	Jornalista e Escritor
Nota do fim: JK nos EUA	Sem autoria	-

Fonte: **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, maio 1962. Adaptado pela autora.

Embora, as matérias apresentassem assuntos diversos, a unidade do discurso estava na crítica ao subdesenvolvimento do país, presente nas suas mais diferentes dimensões, além da ênfase na alteração dessa realidade. Os textos apontavam, por exemplo, o analfabetismo como um dos maiores problemas educacionais brasileiros e, por isso, a exigência de uma reforma educacional. Algumas matérias defendiam a necessidade da regulamentação do capital estrangeiro em prol da indústria nacional, enquanto outras destacavam o papel de grupos políticos e do campo artístico nesse processo de transformação nacional.

Geralmente os artigos eram acompanhados de ilustrações, às vezes fotografias dos autores ou dos temas abordados e, também, de desenhos caricaturados de forma a satirizar ou problematizar a contradição do assunto. A revista tinha em média quarenta páginas e, além das matérias, havia textos de autoria do corpo editorial, informes gerais e propaganda de livros produzidos pela Editora Universitária e de outras editoras com perfil progressista.

A propaganda dos livros era acompanhada de uma nota reflexiva sobre a importância dessas obras no contexto atual. Um exemplo foi a publicidade dos livros "Revolução e Contra-Revolução no Brasil"³¹ (Franklin de Oliveira) e "Revolução

³¹ Nas palavras do próprio autor, essa obra "[...] contempla a realidade brasileira como um processo revolucionário [...]" procurando divulgar esse processo a partir de "[...] um claro teor de consciência ideológica progressista [...]" (OLIVEIRA, F., 1962, p. 17).

Cubana e Revolução Brasileira”³² (Jamil Almansur Haddad), complementada com os seguintes apontamentos:

Universitários do Brasil: Prestígiem e Divulguem dois Livros Honestos, Objetivos e Atuais

Na realidade pré-revolucionária do Brasil de nossos dias, as forças da reação e do imperialismo estão mais ativas do que nunca. É preciso caracterizá-las e enfrentá-las. Estes dois livros são armas adequadas. (UNIVERSITÁRIOS..., 1962, p. 34, grifo do autor).

Além das duas obras citadas, apareceram propagandas e breves sínteses dos livros “A questão da universidade” (Álvaro Vieira Pinto); “Capitais Estrangeiros no Brasil” (Aristóteles Moura); “Subdesenvolvimento e Revolução” (Paulo de Castro); A questão da remessa de lucros (Sérgio Magalhães, Francisco Mangabeira, Roland Corbisier, Barbosa Lima Sobrinho e Aristóteles Moura); “João Boa-Morte cabra marcado pra morrer” (Ferreira Gullar); “Cristianismo hoje” (Frei Cardonnel, Padre Henrique Vaz e Herbet José de Souza); “Coleção Cadernos do Povo Brasileiro” (vários autores); “Temas de hoje” (Luciano Martins); “História do Sindicalismo Brasileiro” (Derly Barreto);

Portanto, além das matérias que pretendiam conscientizar o leitor sobre os problemas nacionais, a partir da perspectiva progressista assumida pela UNE, o impresso *Movimento* procurou recomendar leituras mais complexas de intelectuais brasileiros sobre as acerca da sociedade brasileira questões que consideravam mais relevantes. Pelos títulos das obras observamos que as temáticas se aproximavam daquelas debatidas no periódico, como a questão da revolução brasileira, dos investimentos externos, da mobilização sindical e cristã, da cultura popular e da reforma universitária.

Nas páginas de *Movimento*, esteve presente a concepção de mundo, de país e da própria atuação dos estudantes no processo de transformação de uma realidade, por isso, a revista foi a expressão de uma agremiação política representativa dos universitários brasileiros, não sendo a expressão individualizada dos estudantes e muito menos representava uma concepção uniforme desses indivíduos. Apesar de não caracterizarmos a entidade universitária enquanto classe, acreditamos que suas concepções se desdobraram do contexto material brasileiro

³² O autor dessa obra procurou caracterizar a revolução cubana e tecer comparações com a realidade brasileira, denominada por parte dos grupos políticos de esquerda como pré-revolucionária.

marcado pelo conflito entre a intensa industrialização e uma estrutura social de grandes desproporções.

A reedição da revista com um caráter mais delineado ocorreu no momento em que a UNE, presidida por Aldo Arantes, lutava especificamente pela participação dos estudantes nos órgãos colegiados da administração das universidades, na proporção de um terço com direito a voz e voto. A pauta da reforma universitária agitava as mobilizações da entidade que, a partir de 1962, ganhou mais força nos espaços estudantis com a publicação do livro “A questão da universidade”³³ do isebiano Álvaro Vieira Pinto.

No prefácio da edição de 1986 da obra citada, Dermeval Saviani escreveu que as reflexões desse intelectual apontavam sua posição ao lado das forças revolucionárias que lutavam pelas reformas de base e “sua análise põe em evidência **o papel progressista do Movimento Estudantil** em contraste com o caráter conservador e, mesmo, reacionário dos docentes quando considerados em seu conjunto”. (VIEIRA PINTO, 1986, p. 5, grifo nosso). As reformas reivindicadas pela UNE objetivavam transformar a sociedade brasileira a partir das demandas do capitalismo industrial em expansão e a universidade também precisaria se modificar para estar em sintonia com esse novo projeto de nação.

No momento da primeira edição do livro de Vieira Pinto, a realidade brasileira foi compreendida, pelo autor, como pré-revolucionária devido à intensidade das contradições do processo nacional e do desenvolvimento da consciência popular como forma de resistência à longa história de espoliação das massas. Nesse contexto de lutas por reformas populares, entre elas a reforma universitária, os estudantes teriam uma função significativa no movimento progressista:

[...] os estudantes, no embate público entre a parte decadente, embora ainda dominante, e a parte emergente da sociedade, tendem necessariamente a se identificar, como coletividade, no país atrasado, às forças sociais ascendentes, e, de modo muito especial, em vista de suas qualificações intelectuais, formam naturalmente nas fileiras da vanguarda de tais forças. (VIEIRA PINTO, 1986, p. 13).

A UNE procurou, por meio de sua imprensa, colaborar na conscientização política do público brasileiro em geral, porém seus maiores alvos foram certamente o

³³ O livro “A questão da universidade” foi publicado pela Editora Universitária a pedido da UNE e “[...] serviu de base e direção para os estudantes no debate sobre a reforma universitária.” (LIMA, 2013, p. 70).

público universitário, embora seja preciso lembrar que em sua maior tiragem a quantidade de exemplares representava 10% dos alunos matriculados no ensino superior. Isso significa que a revista *Movimento* nem chegou a atingir a totalidade dos universitários.

Os dois maiores obstáculos enfrentados pela equipe editorial para alcançar os leitores da grande massa populacional, foram dois fatores objetivos. Primeiramente, porque quase 40% da população do país, acima de 15 anos, era analfabeta no período da publicação do *Movimento*, o que dificultava o acesso direto ao mesmo. Em segundo lugar, havia a barreira financeira devido ao valor comercial da revista, pois os baixos salários e o alto custo de vida impossibilitavam que a grande maioria populacional tivesse acesso a outros bens que não fossem os básicos de alimentação, moradia e vestimenta.

Mas apesar dessas limitações, o impresso *Movimento* se propôs a colaborar na politização de setores populares a fim de intensificar a luta pela transformação da realidade brasileira. A revista se somou a outras publicações universitárias, tornando-se um espaço de confluência do pensamento progressista em defesa do desenvolvimento nacional. Na época do lançamento da nova etapa editorial de *Movimento*, já circulavam, entre os universitários de diferentes regiões, vários jornais e revistas³⁴ produzidas por agremiações estudantis e sobre seus resultados Homero da Cunha (1962a, p. 27) publicou a seguinte nota:

Os frutos. De tal forma que a divulgação de todos estes órgãos no meio universitário incentiva as entidades estudantis a se preocuparem com o problema. E a levantarem suas possibilidades de fazer jornal, revista, qualquer coisa. Todos vão compreendendo a importância de levarem a um maior número de pessoas a notícia honesta de sua atividade e o honesto esforço de seu estudo e de sua participação cultural e política. A reclamarem, de público, por uma universidade viva, diversa das nossas eruditas pirâmides, onde a cultura sofre o processo de mumificação integral. Por isso, uniões estaduais de estudantes e diretórios vão se preparando para os sacrifícios e despesas (imensas) que exige tal tipo de imprensa, porque já percebem perfeitamente a sua importância.

³⁴ Alguns jornais universitários: “O Metropolitano” (órgão da UME da Guanabara); “Unidade” (União Estudantes da Bahia); “O Universitário” (Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul); “Tribuna Universitária” (Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Minas Gerais); “Ação Popular” (Universitários de Belo Horizonte). Algumas revistas culturais universitárias: “Ângulos” (Centro Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia); “Mosaico” (Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais); “A Época” (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade Nacional de Direito). (CUNHA, 1962a).

Nesse contexto de crescimento da imprensa universitária para além dos muros acadêmicos, desde sua primeira edição, o periódico *Movimento* procurou marcar espaço político entre os setores estudantis, pois era uma revista da União Nacional dos Estudantes, ou seja, da maior representação estudantil universitária do país. Sobre a nova etapa de publicação desse impresso, Marcello Cerqueira, integrante da equipe editorial em 1962 e 1963, registrou:

[Começou a participar do movimento estudantil]. Na gestão do Aldo [Arantes]. Acho que foi o Betinho, não me lembro bem. Um deles tinha contato com o José Aparecido de Oliveira [...]. Ele era secretário de Imprensa – ou alguma coisa assim – de Jânio Quadros e o Aldo conseguiu uma audiência com o Jânio pela mão do Zé Aparecido, foi ele quem conseguiu recursos para fundar uma gráfica. Então, nós fizemos uma gráfica na rua Frei Caneca e ele me convidou para trabalhar lá. Foi criada a Editora Universitária, cujo primeiro diretor foi Cacá Diegues e, ao mesmo tempo, a revista *Movimento*, cujo primeiro diretor foi César Guimarães. Os editores eram Arnaldo Jabor e eu. (PORTILHO, 2011, p. 5).

Os responsáveis pela publicação da revista *Movimento* já militavam na imprensa estudantil nos anos de 1960, por meio do jornal “O Metropolitano”, impresso que abordava questões relacionadas à política nacional a partir da perspectiva nacional-desenvolvimentista com profundas influências do ISEB. (BRUM, 2013). A partir dessas experiências e somadas com o fato de serem simpatizantes das concepções progressistas, a equipe editorial assumiu o compromisso de dirigir o periódico que assim definiu sua linha de trabalho:

Tentamos estabelecer para <Movimento> uma linha ampla e livre [...] Sua finalidade precípua é a de alcançar o público universitário e o leitor comum [...] não temos como fim senão um diálogo mais tranquilo sobre as idéias que orientam nossa entidade[...] culturalmente unida à nossa realidade e nossa problemática, culturalmente conduzida pelo tipo de visão de mundo que consideramos como correta intérprete dessa realidade e problemática [...] tentaremos ser o <órgão oficial> de todos os setores progressistas de nossa paisagem intelectual. (EDITORIAL, 1962, p. 3, grifo nosso).

Entre as novas diretrizes assumidas pela revista, no ano de 1962, estava a sua veiculação para um público geral que era uma proposta contraditória devido às condições materiais das massas populares. Esse fato demonstra a intencionalidade dos mantenedores da revista em veicular para uma maior quantidade de pessoas informações que pudessem colaborar, segundo os interesses da entidade estudantil, na conscientização política sobre a realidade brasileira e, também, na adesão à luta pela libertação nacional.

No fragmento citado, observamos que uma das propostas do periódico era dialogar com as concepções teóricas que orientavam as ações da UNE, ou seja, alinhadas à sua forma de pensamento. Logo, *Movimento* foi a expressão das ideias progressistas da entidade universitária e procurou ser seu canal ideológico e, também, de todos os setores intelectuais progressistas. Nas páginas da revista, encontram-se vozes de uma coletividade, ou seja, de indivíduos inseridos num determinado projeto de sociedade em oposição ao modelo social então vigente.

Entre os anos de 1962 e 1963, foram onze publicações³⁵ desse impresso, sendo a décima segunda edição interrompida “[...] em 1964, quando da ocorrência do golpe civil-militar instalando o Regime ditatorial que duraria no Brasil até 1985.” (PORTILHO, 2011, p. 5)³⁶. Nesse período, o Brasil estava passando por grandes transformações sociais, promotoras de agitações políticas no campo e na cidade. Eram tempos de crescimento industrial, de intenso êxodo rural, de proletarização e sindicalização, de mobilizações democráticas pelo retorno do regime governamental presidencialista e de reformas de base, entre elas, a reforma agrária, a tributária, a fiscal e a eleitoral.

Devido à essa conjuntura de transformações sociais e agitações políticas, o periódico *Movimento* abordou temas relacionados às diferentes dimensões da sociedade brasileira e constatamos que as matérias possuíam forte apelo nacionalista, democrático e desenvolvimentista. Entre os assuntos, citamos, por exemplo: a reforma universitária, a alfabetização, as finanças públicas, a política externa, a democracia, o sistema agrário, o sindicalismo e a cultura popular. Alguns tópicos mais polêmicos para os progressistas, por causa da possibilidade de divergências, aparecem em menor proporção, como a questão do papel da burguesia no processo revolucionário.

No que diz respeito à educação, o país tinha acabado de aprovar a sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 20 de dezembro de 1961. Embora, essa lei representasse uma conquista no campo da legislação educacional, o ensino brasileiro apresentava uma alta defasagem em

³⁵ Em 1962, foram sete edições: Março, Maio, Junho, Julho, Setembro, Outubro e Novembro. Em 1963, foram quatro edições: Fevereiro, Março, Abril, Maio.

³⁶ Essa justificativa foi a única informação escrita que encontramos sobre a paralisação da edição da revista *Movimento* em 1963. É preciso destacar que a última edição do impresso, ou seja, a décima segunda, foi publicada em maio de 1963 e, segundo Portilho (2011), a décima segunda foi interrompida devido ao golpe-civil militar que ocorreu no final de março de 1964. Há uma lacuna temporal de dez meses entre a 11^a e 12^a edição que precisa ser mais bem investigada, pois em nossa pesquisa doutoral não conseguimos encontrar dados que expliquem essa lacuna.

todos os seus níveis. No caso do ensino superior, somente uma parcela minúscula da população alcançava esse grau de escolaridade, possibilitando aos universitários o acesso elevado ao conhecimento científico.

Entre os assuntos mais abordados no periódico *Movimento*, em relação às questões educacionais, estão a reforma do ensino superior e a campanha de alfabetização. A partir dessa problematização, a UNE denunciou a precariedade da estrutura física e pedagógica das universidades e defendeu a alfabetização como instrumento na consolidação da democracia brasileira. De maneira geral, a realidade educacional nacional foi apresentada como reflexo do nosso atraso econômico, fruto da dominação imperialista, de uma estrutura latifundiária arcaica e de um Estado Liberal burguês.

A revista *Movimento*, além de retratar a sociedade brasileira sob o viés progressista, abordou acontecimentos externos³⁷ relacionados ao imperialismo como o Programa Aliança para o Progresso, a Revolução Cubana, os levantes em Angola, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) na Venezuela e o Golpe de Estado na Guatemala. Além de matérias informativas e de cunho reflexivo, o periódico publicou textos de artistas estrangeiros e nacionais, bem como informes internacionais sobre as problemáticas dos países relacionadas ao capital mundial.

A UNE, na qualidade de força progressista estudantil, movimentou-se no contexto histórico brasileiro, durante os anos iniciais de 1960, conforme a dinâmica social desse período. O momento de agitações políticas exigiu que a entidade universitária dialogasse com sua base estudantil e, dessa forma, a revista *Movimento* passou a veicular as teses fundamentais para a politização e mobilização do seu público direto.

As formas de consciência dos dirigentes universitários, presentes nas páginas do *Movimento*, estão associadas às condições de vida desses sujeitos coletivos numa sociedade marcada pelas contradições do modo de produção capitalista. Assim, o “[...] representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93). Além disso, as ideias contidas no impresso fazem parte da dinâmica que é própria das mediações que se constroem entre sociedade e Estado,

³⁷ Maiores detalhes desses acontecimentos, sob o ponto de vista progressista da revista *Movimento* da UNE, serão analisados no decorrer desse trabalho, conforme as temáticas norteadoras.

e, por meio delas, podemos conhecer a concepção de educação e de outras dimensões sociais de uma entidade política dos estudantes universitários brasileiros.

1.2 O PENSAMENTO PROGRESSISTA BRASILEIRO NO IMPRESSO MOVIMENTO

Na época em que a UNE utilizou a revista *Movimento* para veicular o pensamento dos setores progressistas intelectuais brasileiros, a organização produtiva existente no Brasil era o capitalismo e como “[...] não existem ideias e teorias fora do contexto material em que foram produzidas [...]” (LOMBARDI, 2016, p. 26), acreditamos que os princípios liberais se fizeram presentes nessa forma de consciência.

O capitalismo permite que os donos dos meios de produção também regulem “[...] a produção e a distribuição das ideias de seu tempo [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Por esse motivo, as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes e as outras formas de consciência construídas nessa conjuntura acabam incorporando elementos da ideologia liberal, assim definida:

[...] expressão ideológica historicamente necessária do capitalismo. Tal expressão ideológica pode ser entendida aqui como um conjunto de idéias que, de maneira ordenada e sistemática, justifica e racionaliza os interesses do capital, e assim, serve de fundamento e sustentação, ao mesmo tempo que contribui para impulsionar o próprio funcionamento, organização e manutenção do capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico nas sociedades ocidentais. (SANTANA, 1996, p. 83).

Nas páginas do *Movimento* encontramos críticas ao sistema social vigente no Brasil e a propagação de um projeto de transformação dessa realidade, porém a estrutura produtiva capitalista e suas relações de exploração não foram debatidas pelos autores das matérias, revelando a preservação desse sistema defendida pela ideologia liberal. O fato é que a análise histórica desse pensamento, no campo educacional, desvela os avanços e os limites da própria cultura política da esquerda brasileira, ainda muito distante das reais condições da classe trabalhadora e de suas reivindicações concretas.

Para a análise do pensamento progressista brasileiro da UNE, no periódico *Movimento*, partimos dos seguintes pressupostos marxistas: a) o liberalismo é o

sustentáculo ideológico do sistema capitalista, em suas diversas fases; b) a ideologia tem como função universalizar valores particulares e ocultar a própria razão de sua existência; c) a emancipação humana, ou seja, a liberdade plena e real do indivíduo só poderá ser concretizada com a superação do capitalismo.

As ideias progressistas da UNE, veiculadas no *Movimento*, apesar de se oporem ao ordenamento social vigente, no que diz respeito à determinadas condições, acabou incorporando alguns princípios do liberalismo como, por exemplo, a defesa da propriedade privada, do individualismo, da liberdade jurídica-institucional e da organização produtiva de base capitalista. Mas, no limite de sua oposição, acabou produzindo elementos teóricos e efeitos práticos, responsáveis pelo acirramento das contradições do sistema capitalista em nosso território.

Os anos iniciais da década de 1960 foram marcados por agitações populares em defesa do progresso econômico nacional, pois a expansão industrial provocou várias mudanças sociais, como o crescimento da população urbana que reivindicava mudar a realidade do Brasil. No intuito de denunciar os problemas estruturais de países subdesenvolvidos na América Latina, entre eles o nosso, a equipe de estudos da revista *Movimento* apresentou uma série de indicadores que denunciavam o atraso social do Brasil.

Entre os indicadores, a revista destacou a estrutura agrária, de base latifundiária; a dependência do exterior; a presença de instituições que não acompanhavam as demandas da época; ausência de liberdade dos governos para intervir na política econômica de seu país; o baixo nível de renda per capita e legislação tributária insuficiente; e o alto índice de natalidade, mortalidade infantil e analfabetismo. Desse modo, “[...] os países subdesenvolvidos proporcionam as suas populações padrões de vida insuficientes, ingerindo um número de calorias insignificantes, habitando casebres que não são servidos, sequer, por água potável, não dispendo de vestuários, etc.” (ALIANÇA..., 1962, p. 1).

Com base nos índices apresentados³⁸, verificamos que a concepção de progresso presente no impresso *Movimento* estava relacionada com fatores sociais (distribuição da população no setor primário, habitação, expectativa de vida,

³⁸ Na matéria intitulada “ALIANÇA para o progresso ou ameaça para o progresso?” os autores procuraram demonstrar, por meio de um quadro elaborado pelas Nações Unidas, alguns índices de bem-estar social de países latino-americanos. Os índices são: esperança de vida ao nascer; mortalidade infantil; número de leitos de hospital; percentual de alfabetização; escolarização; tiragem de jornais. (ALIANÇA..., 1962).

estrutura sanitária), culturais (escolarização, acesso à cultura escrita), políticos (liberdades democráticas, legislação tributária) e econômico (produção energética, consumo de aço e cimento). Mas, entre esses fatores, o mais importante “[...] *índice que denota o estágio de desenvolvimento é o índice geral da produção industrial.*” (ALIANÇA..., 1962, p. 2).

Essa concepção de desenvolvimento nacional veiculada por *Movimento* foi influenciada pela ideologia liberal, pois esta dissemina a ideia de que o progresso é o crescimento das forças produtivas capitalistas. Logo, o estado de riqueza ou pobreza de uma sociedade depende de “[...] sua condição de economia em progresso, estacionária ou declinante” (SMITH, 1996a, p. 116) e que os indivíduos de todas as classes sociais devem colaborar para o avanço dessa riqueza, ou seja, a prosperidade constante do capitalismo.

O conceito de progresso, no viés liberal, está diretamente associado à ideia de crescimento econômico, de modernização da força de trabalho e dos meios de produção, da igualdade jurídico-institucional e de uma organização social capaz de garantir o direito à propriedade e o bem geral da população. No Brasil, durante os primeiros anos da década de 1960, o termo progresso integrou as teorias e as ações de militância de setores sociais denominados progressistas e representou, sobretudo, a luta pelo desenvolvimento econômico nacional de base capitalista e pela democratização dos direitos civis.

De forma contrária à noção liberal de progresso, encontra-se a concepção marxista, inserida no conjunto da análise acerca da sociedade burguesa no modo de produção capitalista. Na sociedade de classes, o progresso industrial gera acumulação de riquezas para os donos dos meios de produção e ao mesmo tempo provoca retrocesso nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

No capitalismo, o progresso das forças produtivas ocorre a partir da exploração da força de trabalho e, dessa maneira, os operários produzem a riqueza, todavia não a usufrui. No livro “O Capital”, Marx (2013) chegou a dar outros exemplos das contradições do progresso capitalista como o fato desse saquear o solo ao esgotar sua fertilidade, apontando que, tanto a terra quanto o homem, mananciais de toda a riqueza, são destruídos pela voracidade do lucro.

Os pensadores Marx e Engels não criticavam o progresso em si, até porque o avanço tecnológico das forças produtivas e das ciências faz parte do processo histórico da humanidade e do caminho inevitável à revolução comunista. Esses

pensadores de fato criticavam o antagonismo do progresso na sociedade capitalista, porque nessa forma de organização produtiva os frutos do progresso são apropriados majoritariamente pela classe burguesa e a classe trabalhadora fica desprovida dos seus benefícios, impedindo a efetiva liberdade humana.

Como vimos, a compreensão de progresso dos teóricos marxistas é muito distinta da ideia disseminada pela ideologia liberal, pois enquanto a primeira está conectada à luta pela supressão do modo de produção capitalista, a segunda, por meio de variadas estratégias, busca a preservação desse sistema econômico-social. Em outras palavras, Marx e Engels se empenharam na defesa de que o progresso gerado pelo avanço tecnológico e científico fosse apropriado concretamente pelos seres humanos em sua totalidade, em contrapartida, os ideais liberais justificam o progresso para fins capitalistas e, nesse sentido, corrobora para a apropriação desigual da riqueza.

A partir das duas concepções de progresso é possível inferir que o pensamento progressista difundido pela UNE em sua revista avançou no sentido de refletir os problemas sociais do país e apontar caminhos para solucioná-los. Porém, não conseguiu se libertar da dominação ideológica liberal, uma vez que, no sistema capitalista, essa ideologia prevalece na sociedade, e acabou por apresentar mudanças ilusórias que reproduziram a lógica burguesa.

A forma de consciência progressista presente no *Movimento* se revelou contraditória e incapacitada em promover uma transformação radical fundamentada na libertação plena do indivíduo, até porque esta emancipação significa a abolição “[...] da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes [...]” e conseqüentemente o surgimento de “[...] uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX; ENGELS, 2012, p. 69).

O pensamento progressista da UNE, portanto, foi uma forma de consciência que surgiu a partir das contradições da própria organização produtiva brasileira já que a economia industrial estava crescendo num ritmo acelerado e era preciso que outras dimensões da vida material, como a educação, evoluíssem, acompanhando as necessidades dessa nova realidade. Em síntese, a crença no desenvolvimento nacional consistia na consolidação de uma economia industrial de base capitalista voltada prioritariamente aos interesses da nação brasileira e que, segundo os

dirigentes universitários, promoveria a elevação do padrão de vida de toda a população.

O impresso *Movimento*, como outros impressos universitários, buscou “[...] *um entendimento dos problemas nacionais: o agrário, o urbano, o rosário de todos os problemas*” (MOVIMENTO, 1962c, p. 2) e, nesse sentido, aprofundou o debate sobre duas questões que vinham ganhando força desde a redemocratização após 1945, no Brasil: o anti-imperialismo e o antilatifúndio. Além disso, procurou defender uma revolução pacífica pela libertação do Brasil e do seu povo. Esses três pilares do pensamento progressista brasileiro foram abordados nas onze edições do *Movimento* entre 1962 e 1963.

O imperialismo foi concebido pela UNE como a exploração econômica dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos da América (EUA), sob as regiões periféricas, no caso o Brasil. Essa dominação ultrapassava, segundo a UNE, os limites da dimensão produtiva nacional e se fazia presente nas relações culturais, políticas e sociais brasileiras, até mesmo nos currículos e metodologias de ensino universitário. Mas, a ênfase da crítica dirigiu-se ao papel do nosso país nas relações comerciais internacionais e sua função de subordinação frente aos interesses das potências industriais.

Para enfrentar o imperialismo, a revista *Movimento* defendeu que o Estado brasileiro deveria adotar medidas para orientar os setores produtivos nacionais e estabelecer mecanismos legais para impedir a total liberdade do capital estrangeiro em nosso país. Assim se posicionou um dos colaboradores do periódico:

[...] pois é sabido que as empresas estrangeiras que ingressam no país desfrutam de todas as características monopolísticas, em virtude de estarem estruturadas de acordo com plantas amplíssimas e cercadas de grande poder financeiro. Não permitem, por isso mesmo, concorrência de empresas nacionais, mormente de pequenas e médias empresas, que trabalham a custos muito mais elevados. Daí o capital estrangeiro partir para a formação de todas aquelas formas de organização econômica – trustes, cartéis, monopólios, pools, corners, etc. – com a finalidade única de eliminar a concorrência e impor preço e quantidade. (OLIVEIRA, J., 1962, p. 15).

A matéria do economista José Clemente de Oliveira, apontava que a autonomia do investimento estrangeiro em território brasileiro dificultava a ampliação da indústria nacional, pois as empresas estrangeiras tinham mais capital e, conseqüentemente, maior potencial tecnológico, minimizando, assim, as chances de

um desenvolvimento econômico das forças produtivas internas. Nesse sentido, a UNE se opunha ao imperialismo de caráter monopolista, condição que seria contrária à livre concorrência.

Um dos princípios do liberalismo, presente na teoria do crescimento econômico de Smith, é a ação do livre mercado. O liberalismo econômico difunde a ideia de que o mercado, a produção e a riqueza se ajustam naturalmente conforme a demanda efetiva e esse é o ponto de equilíbrio para manter a taxa natural das mercadorias e de seus componentes (salário, lucro e renda).

Portanto, a liberdade de concorrência seria um elemento fundamental para a continuidade do crescimento da economia e, por isso, qualquer limitação a este livre processo deveria ser extinta devido aos prejuízos que poderiam causar à expansão do capital. Entre essas limitações estaria o monopólio.

Os monopolistas, por manterem o mercado sempre em falta, por nunca suprirem plenamente a demanda efetiva, vendem suas mercadorias muito acima do preço natural delas, auferindo ganhos - quer consistam em salários ou em lucros - muito acima de sua taxa natural. (SMITH, 1996a, p. 114).

Dessa maneira, o sistema de exclusividade sobre uma atividade produtiva não viria ao encontro dos interesses capitalistas, segundo o liberalismo econômico, pois impediria o movimento natural da economia. Na revista *Movimento* o imperialismo foi concebido como o monopólio dos capitalistas estrangeiros que dificultava a emancipação nacional, mas ao invés de extingui-lo era preciso controlá-lo, uma vez que “[...] *pode-se crescer autônomoamente, sem sofrer dominação do capital estrangeiro, desde que nos contentemos com determinado grau de crescimento, enquanto economia capitalista*”. (OLIVEIRA, J., 1962, p.14).

A luta contra o monopólio imperialista, a fim de fortalecer o capitalismo nacional, representa uma contradição do pensamento progressista, disseminado pelo periódico *Movimento*, pois a centralização de capitais é inerente ao modo de produção capitalista. A propriedade privada, ao se expandir, converte os trabalhadores em assalariados, provoca a eliminação dos pequenos e médios capitalistas e assume uma configuração planetária, em que vários países, em todas as partes do mundo, assumem diferentes funções nessa ordem capitalista internacional.

Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (MARX, 2013, p. 1012-1013).

No capitalismo, em sua fase mais avançada, a propriedade privada e a livre concorrência geram a concentração de capital. Ao atacar o monopólio e não o capitalismo em si, a UNE apresentou aos leitores do *Movimento* uma visão limitada das reais causas da exclusividade comercial. Possivelmente, a razão dessa limitação foi decorrente do fato de os dirigentes universitários defenderem, primordialmente, o progresso nacional e industrial de base capitalista, logo, não teriam como criticar aquilo que se propunham a preservar.

Nesse sentido, coube à revista difundir uma oposição entre capital nacional versus capital estrangeiro, a fim de proteger a propriedade privada e, ao mesmo tempo, forjar um inimigo comum à nação brasileira, responsável pelo subdesenvolvimento e, conseqüentemente, pelas mazelas sociais. De acordo com as publicações de *Movimento*, o inimigo principal das forças progressistas era “[...] o imperialismo norte-americano e seus agentes internos” (ALVES, 1963a, p. 29), “[...] o mais feroz inimigo do povo brasileiro, como o é de todos os povos latinoamericanos, à custa de cuja exploração construiu suas riquezas.” (PEREIRA, 1963, p. 25).

Enquanto o imperialismo era o agente externo responsável por impedir o progresso nacional, segundo a UNE, havia também o latifúndio como agente interno, ambos devendo ser combatidos pelas forças progressistas denominadas de forças populares. Assim, o antilatifúndio era outro pilar do pensamento progressista da UNE, veiculado na revista *Movimento*, com o intuito de politizar o público estudantil sobre os problemas que afligiam o país, pois, para a entidade universitária, o sistema agrário brasileiro não estava correspondendo às novas exigências da etapa de desenvolvimento capitalista vivenciado pelo país.

A UNE acreditava que a imprensa universitária era capaz de “[...] lançar o universitário em busca de universitários de outras escolas, numa comunicação mais positiva, ou até do grande público, que de estudantes sabe pouco.” (CUNHA, 1962a,

p.26). Por meio do periódico *Movimento*, os leitores conheceram o posicionamento da entidade universitária sobre as reformas necessárias ao desenvolvimento nacional.

Ao fazer uma análise sobre o Programa Aliança para o Progresso³⁹, a equipe de estudos da revista *Movimento* da UNE teceu algumas considerações sobre as relações de produção e de trabalho nas regiões rurais de países da América Latina, entre eles o Brasil.

A infra-estrutura agrária, de base latifundiária, tem sido, por exemplo, um entrave ao progresso dos países latino-americanos. Neste regime, em que predominam as grandes extensões de terra não cultivadas, o proprietário não se preocupa com a utilização da mão-de-obra de maneira racional, mantendo os empregados neste setor em níveis de renda baixo. (ALIANÇA..., 1962, p. 1).

O impresso *Movimento* apresentava críticas à estrutura agrária brasileira por não estar coerente com a expansão industrial do país. Primeiro, porque na base latifundiária as extensões territoriais não eram totalmente aproveitadas para produção de bens e isso estaria dificultando o acúmulo de capital nacional, distanciando-nos das nações ricas e nos relegando a um papel secundário na esfera global do capitalismo. Essas ideias se relacionam com a concepção econômica liberal de que:

As nações mais opulentas geralmente superam todos os seus vizinhos tanto na agricultura como nas manufaturas; geralmente, porém, distinguem-se mais pela superioridade na manufatura do que pela superioridade na agricultura. **Suas terras geralmente são mais bem cultivadas, e, pelo fato de investirem mais trabalho e mais dinheiro nelas, produzem mais em proporção à extensão e à fertilidade natural do solo.** (SMITH, 1996a, p. 67, grifo nosso).

Dessa forma, as terras brasileiras precisariam produzir mais e para isso era necessário empregar, com racionalidade, a única propriedade do trabalhador do campo: a força e a agilidade do seu corpo. Essa racionalidade nada mais é que a lógica do modo de produção capitalista em estabelecer uma remuneração capaz de

³⁹ Esse Programa visava colaborar com o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina, segundo seus idealizadores – governantes dos países latino-americanos e o governo dos EUA. Porém, para a UNE, a tese desenvolvimentista desse programa foi incorporada como um novo conteúdo na relação de dominação e dependência que consistia em aliar a burguesia industrial dessas nações aos interesses norte-americanos. (ALIANÇA...,1962).

garantir um mínimo de sobrevivência à classe trabalhadora, representando o estado de progresso do país.

Eis por que a remuneração generosa do trabalho é não somente o efeito necessário da riqueza nacional em expansão, mas também seu sintoma natural. Por outro lado, a manutenção deficiente dos trabalhadores pobres constitui o sintoma natural de que a situação encontra-se estacionária, ao passo que a condição de fome dos trabalhadores é sintoma de que o país está regredindo rapidamente. (SMITH, 1996a, p. 124).

Na consciência progressista, veiculada no *Movimento*, o latifúndio precisaria ser eliminado, pois impedia o aumento da produção, gerava níveis de renda ínfimos aos trabalhadores desse setor e promovia um atraso cultural. Essas características latifundiárias deixavam o Brasil cada vez mais distante das nações civilizadas possuidoras de grande volume de capital, portanto, as relações agrárias do país precisavam urgente de reformas a fim de formar “[...] *um sistema agrícola **nacional**, isto é, estruturado em função do consumo interno, das necessidades da própria população brasileira.*” (COUTINHO, 1962, p. 24, grifo do autor).

O imperialismo e o latifúndio, enquanto mecanismos de monopólios, foram concebidos, pela UNE, como os maiores impedimentos ao crescimento econômico nacional e, por isso, deveriam ser combatidos. O viés liberal do pensamento progressista centralizava o problema nos elementos que travavam a expansão dos interesses da burguesia nacional ligada à produção industrial interna, classe inserida na Frente Única progressista.

As reformas exigidas pela UNE, e disseminadas aos leitores do periódico *Movimento*, procuravam transformar as relações econômicas externas e a estrutura fundiária em prol de demandas nacionais e populares a fim de que o Brasil se emancipasse e alcançasse um padrão de vida próximo aos países capitalistas avançados. Essas reformas seriam conquistadas pelos mecanismos institucionais e legais, ou seja, pela participação do povo, por meio do seu direito de voto e da representação política dos governantes, e, por isso, a crença no Estado Democrático Popular.

Ao fazer uma análise sobre o governo de João Goulart e seus discursos, antes e após o plebiscito de 1963, a equipe da revista *Movimento* apontou que o “[...] *amanhecer do Gôverno Presidencialista do sr. João Goulart foi a primeira decepção das correntes progressistas quanto à real intenção do Presidente em realizar as*

reformas anti-imperialistas e anti-feudais.” (PARA ONDE..., 1963, p. 27). O fragmento demonstra a frustração do corpo editorial do *Movimento* na ação do Estado em promover as reformas econômicas, pois depositaram esperanças num governo que deveria agir em prol do projeto progressista popular, mas que acabou agindo de forma contrária.

A democracia, ao lado do anti-imperialismo e do antilatifúndio, foi outra bandeira da Frente Única. De acordo com os responsáveis pela edição da revista *Movimento*, em 1963, a democracia teria que atender aos anseios populares e não aos projetos do capitalismo estrangeiro e de seus agentes internos.

Agora já vão compreendendo as forças progressistas e populares que há duas espécies de democracia, que há uma democracia popular e uma democracia reacionária. A bandeira democrática do povo permanece imaculada, apenas mais precisa, mais verdadeira, mais democrática afinal. Tal bandeira é – democracia sim, mas em favor do povo. (EDITORIAL, 1963b, p. 4).

A democracia popular representaria o governo favorável ao povo e, naquele momento histórico, estar ao lado do povo era aderir ao projeto de libertação econômica do país, que consistia no fortalecimento das relações capitalistas de base nacional, capazes de promover o progresso da nação brasileira. Pois, conforme o liberalismo econômico, o “[...] estado de progresso é, na realidade, o estado desejável e favorável para todas as classes sociais, ao passo que a situação estacionária é a inércia, e o estado de declínio é a melancolia.” (SMITH, 1996a, p. 131).

Na ideologia liberal, o progresso não é o caminho para a plena igualdade econômica, materializada numa sociedade sem classes e sem propriedade privada, ao contrário, é a permanência de um modo de produção fundamentado nas distinções sociais. Mas, para ocultar a raiz da desigualdade social, o liberalismo universaliza a noção de que o estado de progresso é o mais benéfico para todas as classes, inclusive aos trabalhadores e que o Estado tem uma função essencial nesse processo.

Contudo, o progresso liberal produz a expansão do capital privado que, por sua vez, provoca o aumento “[...] da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração [...]” (MARX, 2013, p. 1013). A prosperidade disseminada pelo liberalismo não pode trazer benefícios à classe trabalhadora e

muito menos construir um Estado que realmente expresse as necessidades da grande parte da população explorada pelos proprietários dos meios de produção.

O pensamento da UNE, ao defender o progresso de uma nação sob bases capitalistas, universalizava a ideia de que essa prosperidade chegaria às camadas mais pobres da população brasileira e ocultava a distribuição desigual desse progresso, uma vez que, mantido o capitalismo, mantem-se a divisão de classe e a desproporção do acesso ao patrimônio humano, como à tecnologia, à alimentação e à educação. Além disso, no capitalismo, o Estado não pode se comportar revolucionariamente e eliminar o proletariado, porque ele é fruto da luta de classes.

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. (MARX, 1844, p. 8).

Logo, o capitalismo e seu Estado Liberal não podem evitar a miséria da classe trabalhadora que representa a maioria da população, pois a proletarização é um desdobramento real do capitalismo. Como os dirigentes universitários eram sujeitos privilegiados economicamente e culturalmente, sua forma de consciência estava assentada na contradição entre o interesse privado e o interesse público e, por isso, ela jamais poderia ir além de uma crítica ilusória da realidade material.

No caso da construção de um Estado que realizasse as reformas progressistas, a revista *Movimento* publicou uma matéria destacando a existência de duas correntes no período eleitoral de 1962. A primeira corrente, denominada de esquerda menos radical, era constituída pelos comunistas que acreditavam ser as eleições um mecanismo importante na ascensão das classes populares ao poder. A segunda, intitulada de esquerda mais radical, era formada pelas ligas camponesas que mostravam desencanto pela democracia representativa. (LIMA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962).

Devido ao fato do PCB ter exercido grande influência na construção do pensamento dos movimentos de esquerda, no início de 1960, a concepção predominante na UNE era a tendência comunista que enaltecia o processo eleitoral

como uma alternativa legal para a construção de um governo nacionalista e democrático:

[...] entendendo por tal um govêrno anti-imperialista e anti-feudal, constituído pelas fôrças que compõem a frente única, ou seja, burguesia, pequena burguesia, classe média, operários e camponeses – o qual constitue sua próxima meta dentro de uma linha de não queimar etapas, de conquistas gradativas. (LIMA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962, p. 5).

A democracia, segundo o impresso *Movimento*, poderia garantir de forma pacífica a emancipação nacional. Esse projeto foi idealizado como sendo o melhor programa para a população em geral no sistema vigente, mas o que estava em jogo era a construção de um conjunto de ideias que “[...] generaliza para toda a sociedade os interesses e o ponto de vista particulares de uma classe [...]” (CHAUI, 2016, p. 247). Assim, termos como: popular, emancipação, libertação, revolução, nacionalismo e desenvolvimento foram extremamente utilizados de forma genérica e desconectados da realidade material da maior parte da população brasileira.

As mudanças nas relações de produção e de trabalho, com a industrialização crescente, o aumento populacional, a urbanização e a proletarianização, permitiram que setores sociais brasileiros, no início dos anos de 1960, unissem algumas bandeiras em prol da ideia liberal de progresso nacional, um estágio onde a sociedade avançaria em direção a uma maior riqueza. Essa teoria do crescimento econômico, sustentáculo ideológico do modo de produção capitalista, justificou a campanha dos setores progressistas brasileiros, entre eles a UNE, e esteve presente em seus canais de comunicação.

De acordo com o liberalismo econômico, a prosperidade de um país é “[...] a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios - multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho - que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo.” (SMITH, 1996a, p. 70). Nesse sentido, ao defender o desenvolvimento nacional sob bases capitalistas, o pensamento progressista da UNE, propagado nas páginas do *Movimento*, revela a forte influência da ideologia liberal na cultura de esquerda em nosso país, naquele momento histórico.

Em síntese, a luta a ser enfrentada pela UNE era pela libertação do Brasil, no sentido de autonomia econômica e de fortalecimento do capitalismo nacional. Essa concepção se diferenciava dos pressupostos marxistas, ao pensar a libertação

do indivíduo de qualquer tipo de exploração, já que a emancipação humana pressupõe a eliminação do sistema capitalista. Dessa forma, a revista *Movimento* difundiu a ideia de emancipação política do Brasil e não a emancipação humana dos brasileiros, revelando uma concepção invertida da realidade material.

Como a UNE era uma entidade representativa dos estudantes do ensino superior em nível nacional, a questão educacional esteve presente nas páginas da revista *Movimento*. Nesse sentido, no próximo capítulo, iremos verificar como esse assunto foi problematizado nesse periódico, em especial os temas “analfabetismo” e “reforma universitária”, a fim de analisar o projeto de transformação progressista para essas duas problemáticas nacionais e as contradições expostas nessa forma de consciência.

2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA REVISTA *MOVIMENTO*

O Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, vivenciou uma série de transformações nas relações capitalistas de produção, na organização política e cultural e no âmbito social. Essas mudanças colaboraram na consolidação de uma forma de pensamento intitulado como progressista, uma vez que as contradições daquele contexto histórico demandavam um posicionamento político-econômico em defesa de um projeto de nação que atendesse as novas configurações sociais.

A industrialização cresceu consideravelmente e, conseqüentemente, houve o fortalecimento do sistema produtivo interno. Assim, o país foi se urbanizando e as demandas nas cidades aumentaram, principalmente porque a classe trabalhadora se ampliou. Com a redemocratização, a sociedade civil passou a se organizar para garantir os direitos civis e para conquistar outros, conforme suas aspirações. Mas, em síntese, a sociedade brasileira conviveu com as extremidades no que diz respeito à distribuição de riqueza, característica inerente ao sistema capitalista.

De um lado, tivemos o aumento dos lucros alimentando a acumulação capitalista baseada “[...] na intensificação da exploração do trabalho – o que é aliás de fácil observação no baixo nível de vida da população trabalhadora, quase estagnado, se não freqüentemente em regresso [...]”; e, na outra ponta, vivenciamos “[...] o rápido e largo enriquecimento das classes possuidoras e daquelas categorias sociais parasitárias que vivem à sua sombra [...]” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 320).

Nessa conjuntura de maior dinamismo econômico e político, principalmente, nas regiões de maior urbanização, a educação tornou-se um elemento importante no projeto de sociedade fundamentado no desenvolvimento do capitalismo industrial e de um Estado Democrático. Tanto para o governo quanto para os educadores e agremiações estudantis era necessário transformar a realidade educacional por meio de reformas e alinhar a estrutura de ensino com as mudanças produtivas em curso.

A educação acompanha o movimento da história, portanto,

[...] não faz o menor sentido analisar abstratamente a educação, pois trata-se de uma dimensão da vida dos homens que, tal qualquer outro aspecto da realidade (natural e social), se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações do modo como os homens produzem a sua existência. (LOMBARDI, 2010, p. 342).

No período que se estendeu entre 1945 e 1964, a educação brasileira se movimentou a partir das configurações políticas e culturais, das transformações produtivas, dos projetos econômicos dominantes e das articulações de setores sociais que ascendiam no contexto nacional. De forma sintetizada:

Foi um período histórico em que ocorreram: grande expansão das instituições escolares (que continuavam a ter caráter dual) e a ampliação vertiginosa das vagas; houve o acirramento do embate entre defensores da escola pública *versus* escola privada; tivemos mudanças no disciplinamento legal da educação, com a elaboração da Nova Constituição Federal de 1946, da qual resultou a longa tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada somente em 1961; foram criados vários órgãos e instituições voltados à pesquisa e à modernização educacional; floresceram inúmeros movimentos culturais e educacionais populares, acompanhando o acirramento das lutas populares da sociedade civil organizada. (LOMBARDI, 2016, p. 26).

Nesse cenário de mobilizações, a UNE foi ampliando suas concepções e ações em prol de uma nova política educacional fundamentada na ideia de planificação. Essa solução para os problemas que atingiam o ensino brasileiro foi assunto abordado na quarta edição da revista *Movimento*, toda dedicada ao XXV Congresso Nacional dos Estudantes, programado para ocorrer a partir de 15 de julho de 1962, na cidade de Petrópolis.

Na matéria intitulada “Planificação e Descentralização do Ensino”, a UNE propôs analisar “[...] *o ensino do ponto de vista institucional: um sistema complexo de conhecimento, técnicas, valores, etc. que são transmitidos pelas escolas às gerações em suas diversas fases e idades.*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 3). O artigo teve como foco analisar a política de recursos adotada pelo Estado brasileiro na manutenção e ampliação da rede escolar em todos os níveis de ensino, apontando suas falhas e a necessidade de outra plataforma educacional gerenciada por outra forma de Estado.

Para a UNE, o regime governamental vigente no país era o Estatismo Liberal, conceituado como um instrumento de dominação das burguesias. Nesse regime político, a escola é elevada ao nível de empresa e “*o ensino, através de todo seu complexo sistema e de uma seletiva rede escolar, é colocado a serviço do grupo dominante [...]*” e transformado em “[...] *mercadoria como qualquer outro produto cultural [...]*”. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 3).

No decorrer da matéria, são apresentados dados que demonstram o caráter liberal do Estado brasileiro como, por exemplo, a distribuição desigual de verbas

para o ensino, sendo o grau superior, considerado de elite, o mais beneficiado e que demonstrava a função da educação como perpetuadora de dominação. Para mudar tal realidade, a UNE apontou como solução a planificação.

A planificação é a única forma de superação da dominação classista, típica da sociedade capitalista. Através da promoção cultural de todos os homens, impedindo a formação exclusivista de minorias, possibilitando a conscientização do povo e a dinamização de sua luta. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 4, grifos nossos).

A planificação, ao suprimir o Estado Liberal, atenderia os interesses educacionais do povo ao realizar uma justiça distributiva, pois o ensino não seria mais colocado a serviço das classes dominantes. No caso do Brasil, os requisitos para a planificação seriam: a constituição de um Estado Democrático Popular; uma reformulação geral da política educacional e dos conselhos educacionais com a participação efetiva de educadores e representantes populares; e a garantia de mais recursos somente para o ensino público e nas regiões com maiores *déficits* culturais. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d).

A UNE admitiu que a dominação classista era uma característica da sociedade capitalista e, para superar essa questão, a planificação seria o único recurso. Logo, seguindo esse raciocínio, a planificação deveria atacar diretamente aquilo que gera o Estado Liberal, ou seja, o capitalismo, mas, ao contrário, o pensamento progressista da UNE transferiu o problema para o campo político, disseminando o princípio liberal de que as leis têm como finalidade o bem do povo (LOCKE, [20--]) e se as leis não estavam funcionando era preciso trocar a forma de poder político.

A contradição desse pensamento está no fato da não compreensão da impossibilidade de um Estado voltado às necessidades reais do povo no modo de produção capitalista. Os dirigentes da UNE eram indivíduos socialmente privilegiados por terem acesso ao ensino superior, diferente da grande maioria populacional brasileira, e suas aspirações alinhavam-se muito mais aos princípios da classe burguesa do que da classe operária. Dessa maneira, a ideia de planificação atendia aos interesses particulares daqueles que dependiam da manutenção do capitalismo e, por isso, a luta se concentrou na esfera política e não no campo da estrutura social:

Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (MARX, 1844, p. 7).

A planificação, portanto, foi uma solução ilusória forjada por um grupo social que tinha condições materiais privilegiadas na conjuntura brasileira dos anos iniciais de 1960. Uma forma de pensamento que, apesar do discurso universalizante, reproduziu uma totalidade abstrata e não tinha como propósito revolucionar o estado das coisas, ou seja, suprimir a propriedade privada, uma tarefa do proletariado que luta pela abolição do antagonismo de classes, intrínseco às relações produtivas do capitalismo.

A ideologia do desenvolvimento nacional, presente no pensamento progressista, tinha como princípio a defesa do capitalismo nacional e a atuação do Estado para acelerar os avanços setoriais necessários para a consolidação desse projeto. Nesse sentido, ao afirmar que *“a planificação é o único processo de democratização do ensino em um país sub-desenvolvido, onde a carência de recursos exige um alto grau de aproveitamento e uma margem mínima de desperdício”* (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 4), a UNE apresentou a sua proposta como a única alternativa viável diante das condições materiais brasileiras, reproduzindo a lógica ideológica da ocultação, visto que seu posicionamento surge da divisão social.

A reforma educacional, proposta pela UNE, estava inserida na luta pela emancipação nacional, entendida a partir da *“[...] realização de dois postulados: 1) superação da miséria, do atraso econômico; 2) pleno exercício da soberania, com o afastamento de qualquer ingerência externa nos assuntos internos de um país”*. (UNIÃO NACIONAL..., 1962c, p. 29). Libertar-se da espoliação imperialista norte-americana era o primeiro passo do Brasil para eliminar as contradições de classe e, assim, foi reservado ao movimento estudantil um papel importante nessa tarefa revolucionária.

No seu XXV Congresso, a UNE reafirmou seu compromisso em *“[...] lutar contra a dominação externa de nossa economia e contra o latifúndio”* (CUNHA, 1962b, p. 4) e destacou a função politizadora da cultura popular em que *“[...] arte pra povo – é um instrumento justo e poderoso de formação de uma consciência – um*

acordar vigoroso, uma auto-compenetração lúcida e compreensiva.” (CUNHA, 1962b, p. 4). Cabia, portanto, à UNE mobilizar o movimento estudantil na luta pela emancipação nacional, pois só dessa forma o ensino brasileiro alcançaria o desenvolvimento necessário para responder ao crescimento industrial e às novas configurações sociais.

Os dirigentes universitários favoráveis ao progresso nacional, fundamentado em bases produtivas capitalistas, não conseguiram pensar a educação como a plena formação humana e inserida num processo de emancipação essencialmente material e histórica. Inseridos no modo de produção capitalista, acabaram reiterando a racionalidade burguesa de que a formação humana é sempre ditada pelas necessidades da produção (MARX; ENGELS, 1978). Dessa forma, a reforma educacional, proposta pela UNE, preservava a sociedade de classes, logo, o ensino de classes.

Mas o discurso empregado pela UNE na sua militância procurava não explicitar a divisão de classes responsável pela origem da ideologia do desenvolvimento nacional. Durante o I Conselho Ordinário da entidade, ocorrido em Fortaleza entre os dias 09 e 14 de janeiro de 1963, a Comissão de Linha Política destacou a postura do estudante universitário na conjuntura dos problemas nacionais e mais uma vez reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento do país:

*Nestes termos, propõe a comissão seja incrementada a luta pelas reformas de base, contra a atual estrutura de dominação da sociedade brasileira, **pela eliminação das diferenças sociais** e pela implantação de uma sociedade nova, que afirme a **igualdade real entre todos** aqueles que elaboram o **progresso social**.* (CUNHA, 1963, p. 5, grifos nossos).

O compromisso de atuação política dos universitários pela eliminação das diferenças sociais e pela igualdade real presumia uma nova sociedade brasileira em que todos fossem beneficiados pelo progresso social. Mas seria possível aniquilar as desigualdades e construir um país de iguais apoiando um projeto de desenvolvimento nacional que devotava todas as suas atenções no combate ao imperialismo e ao latifúndio como causas reais do atraso econômico, político e cultural brasileiro?

O pensamento progressista, ao empregar os termos em destaque, generalizava a ideia de que a campanha pelas reformas de base era o caminho

adequado para a soberania nacional, deixando de esclarecer que, numa sociedade capitalista, essa soberania não expressa a emancipação dos homens. Essa contradição da consciência é fruto das contradições materiais existentes num período de intenso crescimento industrial e urbano, do aumento do proletariado, da mecanização do campo, do avanço e retrocesso de políticas governamentais internas e externas, da mobilização pela cultura e educação popular, da elevação política das forças populares e do antagonismo ideológico decorrente da Guerra Fria.

Esse contexto colaborou para que a pauta do desenvolvimento nacional ganhasse força entre os setores sociais organizados e contrários à ordem vigente. A própria UNE, nas páginas de sua revista *Movimento*, oportunizou que a temática econômica, política e cultural aparecesse com maior destaque do que a questão educacional, expressando a força política do movimento estudantil universitário num período em que as contradições materiais se aguçavam no território brasileiro e alimentavam a confiança numa reorganização social voltada aos interesses nacionais e populares.

2.1 ALFABETIZAÇÃO: FRENTE DE LUTA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Os dois principais temas, relacionados à educação brasileira, abordados nas páginas da revista *Movimento* (edições de 1962 e 1963), foram o analfabetismo e a reforma universitária. Essas questões estavam sendo debatidas por diferentes setores da sociedade, uma vez que, em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴⁰. Logo, enquanto entidade política representativa dos estudantes do mais alto nível educacional brasileiro, a UNE não poderia ficar alheia a essas problemáticas e passou a disseminar seu projeto educacional para a massa estudantil.

A UNE se posicionou criticamente em relação à nova legislação educacional nas páginas do *Movimento*, possibilitando que sua postura fosse conhecida pelos leitores da revista, na maioria universitários. Do ponto de vista do estudante, a

⁴⁰ A tramitação do projeto da LDB foi iniciada em 1948 e finalizada por meio da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Foram treze anos de tramitação o que “[...] evidencia a lentidão de um Legislativo em debater e aprovar temas de grande importância e complexidade, notadamente os de interesse social, e que se destinavam à regulamentação de matérias constitucionais.” (LOMBARDI, 2016, p. 31).

primeira LDB não conseguiu atingir os problemas reais da educação brasileira e “[...] *nada mais faz senão sancionar a situação vigente*” (GUIMARÃES, 1962c, p. 20), marcada pelo baixo nível educacional das massas populares.

A postura crítica da entidade universitária em relação à LDB era apresentada nos seminários⁴¹ e, até mesmo nas reuniões com membros do governo, como a que ocorreu em janeiro de 1962, na ocasião do encontro entre integrantes do Conselho da UNE e o chefe da Divisão do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, professor Durmeval Trigueiro (UNE..., 1962). A aprovação da LDB “[...] *mudou toda a perspectiva de trabalho*” (II SEMINÁRIO..., 1962, p. 20) da entidade universitária, pois não expressou os anseios do movimento estudantil brasileiro que lutava por uma legislação mais alinhada aos interesses populares, algo difícil de consolidar devido à organização política do parlamento, com baixa representação da classe média e do proletariado.

Nesse contexto de debate em torno de uma legislação educacional, ocorreu a formação de diversos movimentos de educação e cultura popular. As Campanhas de Alfabetização⁴² vinham crescendo ao longo dos anos de 1950 na tentativa de diminuir os altos índices de analfabetismo entre crianças e adultos. Além dessas campanhas, no início da década de 1960, surgiram experiências regionais com a proposta de elevar o nível cultural e a consciência política das camadas populares, como, por exemplo o Movimento de Cultura Popular⁴³ (MCP), Movimento de Educação de Base⁴⁴ (MEB) e os Centros Populares de Cultura⁴⁵.

⁴¹ Outra crítica à essa legislação foi o fato de ser omissa à participação de um terço dos estudantes na composição dos órgãos administrativos universitários, algo considerado pela UNE como relevante para a democratização do ensino superior. Para a entidade universitária “[...] o artº 78 da lei de diretrizes e bases fala sobre a participação dos alunos, mas não fixa a proporção e também não se refere aos profissionais.” (UNIÃO NACIONAL... 1962f, p. 6).

⁴² Entre as campanhas governamentais de alfabetização, criadas entre 1945 e fins de 1950, destacamos a “Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos” que implantou uma rede de escolas supletivas; a “Campanha Nacional de Educação Rural” voltada especificamente para a população rural; a “Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo”; o “Sistema Rádio Educativo Nacional” com a implantação de escolas radiofônicas.

⁴³ O MCP surgiu em 1961, na cidade de Recife, durante a gestão do prefeito Miguel Arraes. Criado por artistas e intelectuais, esse movimento criou espaços educativos e culturais para crianças e adultos pobres e analfabetos, além de ter sediado a primeira experiência do sistema Paulo Freire.

⁴⁴ O MEB foi criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e apoiado pelo governo federal. Sua proposta consistia na alfabetização e na educação de base voltada para conscientização das camadas populares.

⁴⁵ Os Centros Populares de Cultura nasceram da experiência do CPC da UNE, entidade criada em 1961 no Rio de Janeiro, por iniciativa de artistas, intelectuais e estudantes universitários, com o propósito de conscientização política das massas populares.

Essa movimentação para melhorar os índices educacionais e culturais do país partiu de iniciativas coletivas eclesiais e estudantis, de artistas e intelectuais, algumas apoiadas pelos governos locais e até mesmo pelo governo federal. A democracia, apesar de algumas disfunções⁴⁶, e a organização oriunda da crescente industrialização e urbanização colaborou na construção de um espaço propício para a realização de projetos de educação popular, algo que acabava incomodando setores econômicos e políticos hegemônicos, partidários de uma estrutura social conservadora e tradicional fundada no passado colonial. (PRADO JÚNIOR, 1981).

No caso do movimento estudantil, o CPC da UNE colaborou para que a experiência de cultura para o povo fosse implementada em diversos estados brasileiros. A revista *Movimento* da UNE publicou que essa seria a “[...] *primeira experiência brasileira de arte para as grandes massas, reunindo, junto à UNE, estudantes, intelectuais e artistas num trabalho de autêntica elaboração cultural.*” (CENTRO POPULAR..., 1962, contracapa). Segundo os idealizadores do projeto, a cultura deveria atuar para emancipar o povo brasileiro, promovendo artes visuais, teatro, música e cinema a fim de politizar o público estudantil em geral, os operários e os camponeses sobre os problemas brasileiros, engrossando a luta pelas transformações defendidas pelos setores progressistas.

Tanto a cultura quanto a educação popular foram pensadas pelos setores progressistas como uma ação fundamental para o desenvolvimento nacional, pois como um país pretendia ser autônomo no mercado mundial com uma carência de educação profissional e tecnológica? Ou como seria possível a promoção de um Estado Democrático Popular capaz de realizar reformas políticas para eliminar o imperialismo e o latifúndio, se boa parte da população não conseguia o direito de voto por ser analfabeta? Ou como aumentar a produção interna de bens diante das disparidades econômicas? Enfim, como a educação poderia corroborar para extirpar o subdesenvolvimento?

Sabemos que a educação teve, e ainda tem, um papel significativo nos diversos projetos de nação existentes durante a história da República Brasileira e de maneira singular:

⁴⁶ No período entre 1945 e 1964, apesar dos governos democraticamente eleitos, tivemos alguns episódios como a morte de Getúlio Vargas e a renúncia de Jânio Quadros que acabaram criando instabilidade política.

Pelo menos até 1970 as políticas públicas para a educação sempre foram revestidas de uma forte motivação centralizadora, associada a discursos de 'construção nacional' e a propostas de fortalecimento do Estado. Discursos abrangentes que sustentavam propostas de reformas na economia e na política, e para as quais a educação da população brasileira era considerada patamar fundamental. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 13).

A realidade material do Brasil já não era mais a mesma do início do século XX, pois com a intensificação da indústria e, conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas e do mercado interno, bem como o processo crescente de urbanização, as relações produtivas, sociais, políticas e culturais demandavam uma organização educacional que desse conta dessas novas configurações. Para que o país caminhasse rumo ao desenvolvimento, era preciso que a educação atendesse aos ideais de um progresso econômico nacional que consistia resumidamente na:

[...] ampliação e renovação das técnicas, transformação nas fontes de energia, alterações no comércio exterior, desenvolvimento da produção industrial, preponderância do mercado interno, ampliação do mercado de trabalho, intercorrência de conflitos externos, estruturação de uma economia nacional, luta contra as forças econômicas imperialistas. (SODRÉ, 1963, p. 112).

Uma circunstância concreta no Brasil, nesse período, era a alta taxa de analfabetismo, sendo que os maiores índices estavam presentes na população feminina e na zona rural. Em 1950, por exemplo, 51,65% das pessoas não sabiam ler e nem escrever (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1955), fato que demonstra o paradoxo entre o direito jurídico institucional e a realidade concreta no modo de produção capitalista, já que o acesso à educação era garantido na forma da lei pela Constituição de 1946.

Apesar do percentual de analfabetismo ter diminuído para 39,7% em 1960, na faixa da população de 15 anos ou mais (INSTITUTO NACIONAL..., [200?]), o fato era que mais de um terço dos brasileiros não possuía um dos elementos mais importantes para o acesso ao conhecimento científico, além de estarem excluídos da participação política para a escolha dos representantes do Legislativo e Executivo do país. Essa última situação fragilizava a própria democracia, ou seja, o terreno de luta adotado pelos setores partidários do desenvolvimento nacional.

A UNE se movimentou no cenário político brasileiro e voltou suas atenções para as questões educacionais, empregando seu impresso para interpretá-las junto

ao público universitário. Além disso, a intenção da entidade era que *Movimento* colaborasse na “[...] elaboração de uma consciência geral e unânime dos problemas dos universitários brasileiros”, pois “[...] os problemas dos universitários brasileiros são os problemas da sociedade brasileira.” (MOVIMENTO, 1962c, p. 2).

O tema do analfabetismo no Brasil foi abordado na segunda edição da revista *Movimento* da UNE pelo estudante de engenharia da Universidade do Brasil e também coordenador do Movimento Popular de Alfabetização (MPA) da entidade universitária, Arond Abend. O título da matéria, “O Grande País dos Analfabetos”, procurou enfatizar essa situação como um enorme problema existente no país e sua abordagem inicial também anunciava a principal perspectiva política que os dirigentes estudantis possuíam em relação a essa questão. As primeiras informações do artigo apresentavam dados de 1960 da população geral, da população analfabeta e dos eleitores, respectivamente.

*Brasil.
1960.
65,3 milhões de habitantes.
33 milhões maiores de 18 anos.
15,5 milhões de eleitores inscritos.
12,5 milhões de votantes.
Pelo menos 50% da população maior de 18 anos não votou porque é analfabeta. (ABEND, 1962, p. 5).*

Os dados acerca da população brasileira foram apresentados de forma fracionada, primeiramente a quantidade total de habitantes e depois a parcela maior de 18 anos, justamente para abordar o número de eleitores e votantes. A exposição finalizou-se com a principal questão abordada no decorrer da matéria, ou seja, o alto índice de não eleitores devido ao analfabetismo presente entre esses indivíduos. Como coordenador do MPA, o universitário Arond Abend discutiu o problema do ponto de vista econômico e político-ideológico, mas se concentrou nesse último aspecto.

Concluimos então que os 15 milhões de analfabetos maiores de 18 anos constituem uma realidade política a nos demonstrar que existem condições concretas de, sob o ângulo do analfabetismo, travar-se uma importante batalha, que seria a isenção destes milhões de brasileiros no processo eleitoral. (ABEND, 1962, p. 5).

A luta, portanto, deveria focar a eliminação do analfabetismo a fim de promover a elevação do número de eleitores, permitindo a ampliação da democracia e dos interesses das camadas mais populares. Essa alternativa foi a solução encontrada pelas forças progressistas que se envolveram nos movimentos de educação e cultura popular, visto que a opção do voto ao analfabeto não teria sucesso por depender de uma reforma constitucional, de uma profunda mobilização popular e de apoio de grupos sociais privilegiados economicamente, condições essas muito distantes da realidade nacional. (ABEND, 1962).

A opção da UNE pela campanha de alfabetização e não pelo voto ao analfabeto estava conectada ao contexto de mobilizações da educação e cultura popular que vinham crescendo em várias regiões do país, no início de 1960, conforme vimos anteriormente. As lideranças universitárias acreditavam que esse movimento:

Ensinar a ler e escrever. Incutiria hábitos culturais. Assim abriria um enorme caminho para a participação política e ideológica de milhões de brasileiros, pois ganhariam a oportunidade de se tornarem eleitores e impulsionados pela própria realidade objetiva teriam os meios elementares necessários para acelerar a elevação do nível de consciência crítica. (ABEND, 1962, p. 5).

Além da influência dos movimentos de educação e cultura popular em nível nacional, a UNE também foi estimulada a mobilizar o movimento estudantil em campanhas de alfabetização, tendo como exemplo o processo revolucionário cubano e as realizações do governo de Fidel Castro na área educacional. Vale ressaltar que a Revolução Cubana era enaltecida pelo movimento estudantil como exemplo de luta anti-imperialista na América e sua vitória em 1959 estimulou ainda mais o combate contra o imperialismo, em especial a dominação estadunidense.

Em 1963, a revista *Movimento* publicou uma reportagem sobre o II Congresso de Conselhos Municipais de Educação de Cuba, evento ocorrido em Havana, capital da ilha cubana. Nessa matéria o autor descreveu várias conquistas educacionais e, no que diz respeito à alfabetização, destacou:

Em 1961, 'Ano da Educação', Cuba reduziu sua percentagem de analfabetismo à cifra ínfima de 3,9% graças à mobilização popular que levou milhares de jovens e adultos a ensinar a ler e escrever a seus irmãos do campo e da cidade. Essa tarefa não se deteve aí imediatamente – uma vez vencida a batalha contra o analfabetismo – foram criados cursos de Post-Alfabetização (de

‘Seguimiento’) para que os recém-alfabetizados não limitassem suas conquistas a saber ler e escrever. (CABRERA, 1963, p. 42).

Outra experiência ressaltada por Cabrera (1963) foi a proposta de educação popular em Cuba que consistiu na oferta de ensino para operários e camponeses em seus espaços de trabalho (fábricas, granjas, empresas e oficinas), a fim de que esses trabalhadores alcançassem uma escolaridade equivalente ao sexto ano primário. Essas ações, no campo educacional cubano, foram divulgadas aos leitores do periódico *Movimento* em comunhão com o pensamento progressista que procurava veicular os avanços educacionais como desdobramento da vitória anti-imperialista.

No campo das mobilizações de educação e cultura popular, as condições nacionais levaram a UNE a escolher o caminho político-ideológico, pois acreditava que, na superestrutura da sociedade, poderiam ser realizadas ações que tivessem repercussão na estrutura econômica. Ou seja, a campanha de alfabetização liderada pelos universitários promoveria efeitos práticos que colaboraria na transformação da organização produtiva brasileira.

Embora esse pensamento exaltasse uma atuação no campo da superestrutura, o posicionamento de Arond Abend enfatizou que o triunfo da campanha dependeria de outros fatores sociais que não foram citados em sua matéria e sim num outro artigo de autoria da própria UNE, conforme visualizamos a seguir.

*Cem mil universitários podem ser mobilizados para esta campanha, **desde que, de fato as autoridades federais superem as pressões do latifúndio e setores externos.** Cem mil universitários podem se oferecer para um trabalho com que pagariam, apenas em parte, o privilégio de terem atingido o ensino superior no Brasil analfabeto. Todas as uniões estaduais dos estudantes, estamos certos, poderiam desde já organizar suas comissões em grupos de trabalho, em vista de uma campanha como esta, realmente demonstrativa da maturidade do movimento estudantil. (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 13, grifo nosso).*

A revista *Movimento* disseminou a ideia que a erradicação do analfabetismo brasileiro só seria possível com intensa mobilização social. Além disso, a UNE apresentava uma campanha que dispensava esquemas oficiais estreitos e alienantes, bem como uma relação paternalista diante dos trabalhadores urbanos e rurais. (UNIÃO NACIONAL..., 1962e). Assumindo a posição de indivíduos

privilegiados, os dirigentes universitários se colocaram à disposição para sensibilizar a opinião pública para esse problema nacional, porém, a própria entidade apontou o papel político das autoridades federais como fator decisivo para tal empreitada. Assim, mais uma vez o pensamento progressista confiava ao poder público uma ação que não era capaz de realizar.

Além do ensino da leitura e da escrita, o MPA da UNE procurava também politizar as camadas populares para que pudessem tomar partido nas mobilizações sociais em curso no país. O sentido da educação popular já não era mais a implantação das escolas primárias que se viu durante os movimentos da Primeira República e nem somente a ampliação da rede pública na época de tramitação do projeto da primeira LDB.

A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (SAVIANI, 2007, p. 315).

Para os setores progressistas, a ideologia do desenvolvimento nacional decorreria da consciência das massas populares, “[...] a) porque são elas que executam as tarefas materiais do desenvolvimento; b) porque êste é feito em proveito delas.” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 136). Dessa maneira, era preciso que aqueles que representavam a maior força de trabalho tivessem acesso a uma educação que pudesse abrir caminhos de transformação social. A politização das camadas populares foi defendida como fator imprescindível por intelectuais brasileiros que fundamentavam teoricamente as ações da UNE, como foi o caso de Álvaro Vieira Pinto, disseminador das seguintes teses:

[...] sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional [...] a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa [...] o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas [...] a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas. (VIEIRA PINTO, 1959, p. 32-38).

Orientada por essas ideias, a UNE procurou justificar em seu periódico *Movimento* que as agremiações estudantis se encontravam numa posição mais privilegiada para realizar a campanha de alfabetização e atrair a adesão popular. Primeiramente, por causa da sua tradição de luta pelas questões nacionais; segundo, por estarem restituindo parte dos privilégios que possuíam enquanto universitários; e, finalmente, por serem membros das camadas médias, gozando de prestígio popular. (ABEND, 1962).

A concepção de vanguarda universitária apresentada nas páginas do *Movimento* tinha a intenção de sensibilizar a base estudantil para que se envolvesse nas ações de alfabetização, nesse sentido:

A imprensa representa, talvez, o mais edificante meio de formação de opinião pública: é com base no que os jornais publicam que milhões de pessoas raciocinam, apreendem e aprendem, formando juízo sobre tudo partindo das informações divulgadas. (BARRETO, 1963b, p. 6).

A questão do analfabetismo para a UNE e outros setores progressistas estava diretamente vinculada com o princípio liberal democrático de ampliação da participação política e na constituição de um Estado representativo da maioria populacional. Pois, na sociedade brasileira, “*sob o prisma do analfabetismo situam-se cerca de 30 milhões. Dêstes, perto de 15 milhões são considerados incapazes politicamente. Não votam. São analfabetos.*” (ABEND, 1962, p. 5).

Como somente os alfabetizados poderiam ser eleitos e eleger seus representantes políticos, uma parcela considerável da sociedade ficava alheia ao processo eleitoral. Nesse sentido, para a UNE, a elevada taxa de analfabetismo no Brasil era um entrave à democracia, impossibilitando a ascensão de um Estado Democrático Popular, capaz de promover as reformas defendidas pela ideologia do desenvolvimento nacional. Como a luta dos setores progressistas contra o poder hegemônico imperialista e latifundiário era pela via política, essa defasagem eleitoral prejudicava a tomada de poder pelo caminho da legalidade.

Para entender a opção pela via política e ideológica da UNE, precisamos retomar o princípio liberal disseminador da ideia de que o poder legislativo, como árbitro da justiça, tem a função de unir os membros de uma sociedade, pois esse poder “[...] é o ato primeiro e fundamental da sociedade [...]” (LOCKE, [20--], p. 93) e foi estabelecido para elaborar as leis conforme a vontade da maioria. Influenciado,

portanto, pela ideologia liberal dominante na sociedade brasileira naquela época, o pensamento progressista, presente na revista *Movimento*, afirmava que a solução para os problemas educacionais do país era a criação de “[...] *um Estado democrático portanto popular*.” (UNIÃO NACIONAL...,1962d, p. 4).

O Estado Democrático se diferenciava do modelo de governo predominante em nossa sociedade, assim apresentado na revista *Movimento*:

*Vivemos de fato em um regime de **estatismo liberal**, considerando estatismo todo o regime em que o estado interfere de modo unilateral, instrumentando qualquer tipo de dominação quer de classes partidos ou organismos sobre a grande massa do povo, alienado do poder real de decidir sobre seu destino.* (UNIÃO NACIONAL...,1962d, p. 4, grifo do autor).

Ao contrário dessa organização política, o Estado Democrático Popular, sustentado pela ideologia do desenvolvimento nacional, seria a verdadeira representação popular e, dessa forma, não atenderia os interesses privados das classes dominantes. Porém, as publicações do impresso *Movimento* não aprofundaram a natureza do Estado, ou seja, a sua conexão com o modo de produção da sociedade e o fato de prover “[...] do processo de vida de indivíduos determinados [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

No modo de produção capitalista, o Estado existe para proteger a propriedade privada concentrada nas mãos dos proprietários dos meios de produção. O Estado é a forma que os burgueses encontraram para universalizar seu projeto econômico à sociedade em geral. No capitalismo, a democracia expressa igualdade e liberdade no campo da jurisprudência e não no campo da realidade concreta e, por isso, a manutenção de uma sociedade de classes é a preservação da desigualdade material entre os indivíduos.

O pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento*, considerou o Estado Liberal como o responsável pelo subdesenvolvimento e não avançou no sentido de compreender que a raiz do problema estaria na estrutura que o criou. Além disso, não compreendeu que o “[...] poder político, em seu sentido real, é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra” (MARX; ENGELS, 2012, p. 69) e o poder público somente perde esse caráter político quando desaparecem as classes. Logo, a ideia de uma reforma educacional que atendesse as reais necessidades da classe trabalhadora, promovida por um Estado Democrático

Popular, acabava sendo uma concepção invertida do real, incapaz de se consolidar no interior da sociedade de classes.

Além de fragilizar a democracia, o analfabetismo foi concebido pela UNE como um subproduto da organização produtiva brasileira, fundamentada no latifúndio e no imperialismo.

Ao latifúndio, o ensino é um investimento do capital sem nenhuma vantagem econômica e até perigosa do ponto de vista político. Ao imperialismo, o analfabetismo é uma forma de conservar o sistema de trabalho que pode manter vastas áreas do país no sistema pré-capitalista. (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 12).

No artigo “Realidade do Analfabetismo no Brasil”, publicado na edição especial de julho de 1962 da revista *Movimento*, a UNE denunciou o analfabetismo a partir da conjuntura econômica brasileira e, de forma especial, como uma instituição do latifúndio. Dessa maneira, o analfabetismo presente entre a classe trabalhadora atingia principalmente os trabalhadores rurais, pois para o sistema produtivo dominante, resistente ao fortalecimento da indústria nacional, o país não necessitava de muitas escolas, uma vez que *“para tanger bois, manejar enxada não há necessidade de escola, pois a escola é a vida diária.”* (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 12).

Apesar da crescente urbanização, em 1960, o Brasil possuía 55% da população concentrada na zona rural (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1962) e eram raras as exceções de Estados em que a população urbana era majoritária⁴⁷. Para a UNE, as regiões rurais eram celeiros de analfabetos e semianalfabetos (UNIÃO NACIONAL..., 1962e) o que se confirma pelos dados apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 - Matriculados e concluintes do ensino primário brasileiro em 1960

Matrícula Geral		Conclusão		Taxa de conclusão
Urbano	3.893.000	Urbano	391.374	10,05%
Distrital	602.295	Distrital	41.764	6,93%
Rural	2.962.707	Rural	116.496	3,93%
Total	7.458.002	Total	549.634	7,37%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1962). Adaptado pela autora.

Conforme os dados do Quadro 4, o percentual de conclusão do ensino primário na zona rural, em 1960, era o menor percentual comparado com as regiões

⁴⁷ Segundo o Serviço Nacional de Recenseamento, em 1960, somente os Estados do Amapá, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Distrito Federal possuíam a população urbana maior que a população rural. (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1962).

distrital e urbana. A taxa média de 4% de conclusão demonstra a disparidade com outras regiões, apesar de o índice ser baixo em todas as áreas. Isso demonstra o distanciamento entre a legislação, que garantia ao cidadão o direito à educação, e a realidade educacional brasileira, em especial na região em que havia maior concentração de pessoas naquele período.

As novas configurações produtivas e sociais, a partir do crescimento industrial e do processo de urbanização, produziram mudanças na esfera educacional brasileira. A oferta do ensino primário, por exemplo, aumentou no decênio de 1950 a 1960, conforme o Quadro 5. Mas, em contrapartida, os índices de conclusão ainda eram muito baixos quando comparados ao número de matriculados.

Quadro 5 - Número de escolas, matrículas e conclusões do ensino primário no Brasil em 1950 e 1960

	1950	1960	Taxa de Crescimento
Unidades Escolares	77.625	95.938	24%
Matrículas	5.240.142	7.458.002	42%
Conclusões	427.340	549.634	29%
População Total	51.944.397	70.967.185	37%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1955 e 1962). Adaptado pela autora.

Um dado relevante para uma análise mais profunda dos impedimentos reais da alfabetização brasileira é o número de conclusões no ensino primário. Em 1950, observamos, por meio dos dados do Quadro 5, que somente 8,16% dos estudantes matriculados nesse nível de ensino conseguiram concluir seus estudos, e em 1960 o resultado decaiu para 7,37%, revelando que o problema fundamental estava relacionado muito mais com a permanência do que ao acesso escolar.

As relações de trabalho e as condições de vida no campo, por exemplo, dificultavam o êxito das crianças nesse nível educacional, pois, apesar de 72,36% das instituições escolares primárias se concentrarem nas regiões rurais e 90% das unidades escolares brasileiras serem públicas⁴⁸, nesse período, a taxa de conclusão na zona rural era de 3,93% em 1960 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1962). Havia, portanto, uma contradição, pois tínhamos uma maior oferta de escolas primárias na zona rural, mas não possuíamos um elevado aproveitamento dessa oferta.

A realidade da educação nas zonas rurais levou a UNE a difundir em sua imprensa a existência de “[...] *um primeiro impedimento de ordem material que se*

⁴⁸ As unidades escolares, em 1960, segundo a dependência administrativa, estavam organizadas da seguinte forma: Federais (0,47%), Estaduais (43,36%), Municipais (46,51%) e Particulares (9,66%). (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1962).

deve considerar” (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 12), ao analisar os baixos índices de aproveitamento escolar nessas regiões. Segundo a entidade universitária, as péssimas condições materiais alimentadas pelo sistema de latifúndio impediam a escolarização da classe trabalhadora e sua conscientização política.

A estrutura latifundiária e monocultora do Brasil e as relações de trabalho nela existentes interferiam diretamente nas condições educacionais no campo, uma vez que essa realidade não exigia uma mão de obra tecnicamente capacitada e impedia a ascensão de pequenos proprietários. Além do mais, a ausência de uma legislação trabalhista subordinava os trabalhadores rurais aos proveitos dos proprietários e, para esses, a formação intelectual dos trabalhadores e dos seus filhos poderia gerar perturbações no sistema vigente e, por isso, a organização produtiva dificultava tanto a admissão nas escolas quanto a continuidade e finalização dos estudos.

No relatório apresentado na plenária do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963 na cidade de Recife, foi destacada a importância de campanhas de alfabetização na zona rural por ser a região mais povoada e por existirem as condições humanas mais precárias se comparadas às cidades. Segundo o documento:

[...] o camponês brasileiro, poucas vezes possui condições de vida humana. Ora dispersos na imensidão geográfica do país, ora super-populando certas áreas, o camponês brasileiro é sempre vítima da exploração. Padece o homem do campo do Brasil, de um cortejo de males, todos eles interdependentes, podendo ser ressaltado o alarmante índice de analfabetismo e baixo nível de consciência política, de capacitação tecnológica, etc. (COMISSÃO A, 2009, p. 283).

Além das condições materiais do campo, outros obstáculos eram apresentados à alfabetização e à politização dos trabalhadores rurais, como, por exemplo, a dificuldade de comunicação entre os alfabetizadores e os sujeitos a serem alfabetizados. Os movimentos de educação e cultura popular eram liderados por sujeitos letrados e culturalmente superiores aos analfabetos e, muitas vezes, a linguagem entre eles se tornava improdutiva devido às disparidades sociais e por esse motivo o “[...] trabalho de alfabetização deve, portanto, pautar-se de uma interação cada vez maior com o povo, deve procurar uma identificação tão completa quanto possível com a comunidade onde atua [...]” (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO..., 2009, p. 312).

Para os setores progressistas, o analfabetismo era um dos mecanismos da manutenção de poder, tanto no campo quanto na cidade e, do ponto de vista econômico, foi apontado pelos dirigentes estudantis na revista *Movimento* como um elemento positivo para a organização latifundiária brasileira e para os interesses hegemônicos do capital estrangeiro, pois preservava essa estrutura produtiva. Assim,

o analfabetismo como efeito só será eliminado quando desaparecerem suas causas econômicas o que implica uma luta que se projeta desde sua base econômica até a político-ideológica, envolvendo a sociedade em batalhas cruentas e incruentas, silenciosas e agitadas. (ABEND, 1962, p. 5).

Vimos que o caminho escolhido pela UNE foi a luta no campo político e ideológico, apesar de ter considerado o analfabetismo como efeito da base produtiva vigente e a importância de atacar a causa. Porém, conforme as próprias palavras do coordenador do MPA, o caminho pela via econômica envolveria a sociedade brasileira em campanhas violentas e essa opção não era a alternativa dominante entre os setores progressistas e até mesmo pelo PCB de grande influência ideológica nos movimentos políticos de esquerda, no início da década de 1960.

Vinícius Caldeira Brandt, presidente da UNE e integrante da Ação Popular, reafirmou o compromisso da entidade universitária em apoiar o processo eleitoral para o legislativo, em outubro de 1962, sem ater em atividades políticas partidárias, “[...] *mas a um trabalho sobre a democratização eleitoral* [...]”. (BRANDT, 1962, p. 27). Essa postura disseminada no impresso *Movimento* vinha ao encontro com a posição assumida pela ala política da esquerda menos radical, aprovada pelos comunistas, em “[...] *atribuir às eleições um papel importante na consecução de um governo nacionalista democrático* [...]” (SILVA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962, p. 5).

A luta pela ascensão das classes populares ao poder era a campanha dos setores progressistas e “[...] *as eleições aparecem como válvula de escape institucional para evitar um desfêcho mais violento.*” (SILVA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962, p. 3). As eleições expressavam, portanto, a via pacífica para a constituição de um governo comprometido na realização das reformas estruturais do projeto de desenvolvimento nacional e, por isso, a UNE se dedicou em politizar o povo por meio da imprensa e de outros mecanismos de comunicação.

Nas páginas do *Movimento*, a UNE procurou difundir a ideia de que a alfabetização, além de aumentar o número de eleitores, promoveria o “[...] *alargamento da visão crítica da realidade social*.” (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 13). Como tarefa política, para os dirigentes universitários, a alfabetização estava associada ao projeto de transformação social voltado para um desenvolvimento nacional baseado nas forças produtivas industriais, no maior aproveitamento do solo e no controle do capital externo.

Para o pensamento progressista, o projeto de independência econômica do nosso país seria “[...] o resultado do esforço, do trabalho, da luta do povo brasileiro, empenhado em construir, com as próprias mãos, uma nação livre e soberana.” (MAGALHÃES et al., 1962, p. 115). Nesse contexto de mobilizações pelo desenvolvimento nacional, a UNE se empenhou nas atividades relacionadas ao campo educacional, além de colaborar em outras frentes democráticas e nacionalistas.

Observamos que, nas matérias publicadas na revista *Movimento*, o tema do analfabetismo foi abordado a partir da ideologia do desenvolvimento nacional, ou seja, atrelada à luta política e ideológica travada entre os poderes dominantes e os grupos de renovação, conhecidos na época como progressistas. O analfabetismo foi concebido como um subproduto do latifúndio e do imperialismo e, por isso, esses elementos deveriam ser combatidos prioritariamente pelas camadas populares.

A eliminação das desigualdades sociais, entre elas a desigualdade cultural expressa na carência educacional, depende da eliminação das classes sociais, uma vez que para “[...] educar as crianças, é preciso alimentá-las e liberá-las da necessidade de trabalhar para viver.” (MARX, 1844, p. 7). Embora a UNE tenha considerado o analfabetismo como efeito da base produtiva, acabou optando pela luta política e ideológica por considerar a mais efetiva diante das contradições brasileiras, o que demonstra um comportamento característico da sociedade de classes em que o interesse particular de um grupo prevalece ao interesse universal.

Para a UNE e outros setores progressistas, a alfabetização era fundamental para que os trabalhadores se tornassem sujeitos de decisões políticas, participando especialmente das eleições. Além disso, com os conhecimentos acerca da sociedade e do mundo, os indivíduos conscientes da dominação que os envolviam e organizados coletivamente poderiam buscar meios para se libertarem dessa condição a eles imposta. Outra relevância da instrução educacional dos

trabalhadores no contexto econômico brasileiro dos anos iniciais de 1960 era a formação para o desenvolvimento nacional, haja vista que:

[...] no momento em que a técnica passa a ganhar fundamentação científica, o artesão, o agricultor, o operário analfabeto, tem suas chances de progredir tecnicamente, limitadas pelo analfabetismo a sua participação no desenvolvimento econômico do país é reduzida, tanto na elaboração como no proveito. (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO..., 2009, p. 311).

O desenvolvimento econômico do país sob bases nacionais dependia da transformação da estrutura produtiva fortalecida pelo analfabetismo. Portanto, a escolarização dos trabalhadores era um elemento essencial para a expansão do capitalismo industrial, segundo o pensamento progressista da UNE. A entidade universitária chegou a afirmar que o setor industrial, “[...] **para quem a educação do operário é fator de desenvolvimento industrial**, leva, já neste momento, diversos setores do país a reclamarem contra a carência escolar.” (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 12, grifo nosso).

A oferta da escolarização em seus mais variados níveis, inclusive o ensino superior, atenderia as demandas dos setores econômicos ligados à indústria nacional e também aos setores sociais que avistavam o caminho para o avanço democrático e cultural do país no crescimento econômico. Dessa forma, a educação passou a ter uma função significativa na ideologia do desenvolvimento nacional, disseminado pelos grupos progressistas brasileiros, pois, para esses, o acesso à linguagem escrita e à consciência crítica era uma das frentes de luta do povo brasileiro pela sua libertação.

Mas, ao propor alfabetizar para a libertação, tendo como orientação ideológica o projeto de desenvolvimento econômico nacional de base capitalista, a UNE não conseguiu avançar para um projeto revolucionário que efetivamente pudesse contribuir para erradicar as desigualdades educacionais. Ao preservar o capitalismo, enquanto organização produtiva, mantém-se a divisão social, o antagonismo de classe e a unilateralidade do ensino. Nesse sentido, a luta pela democratização do ensino não significaria que a população alcançaria, na sua totalidade, os níveis mais elevados de ensino e se apropriaria plenamente dos conhecimentos humanos.

Além do mais, o desenvolvimento da grande indústria e a exigência tecnológica da produção permitem uma formação mais técnica e especializada de

uma parcela diminuta da sociedade, uma vez que o grande contingente de trabalhadores torna-se um “[...] mero acessório da máquina, do qual se exige apenas o mais simples e monótono movimento da mão, de aprendizado facílimo.” (MARX; ENGELS, 2012, p. 51). Assim, quanto mais avançada for a sociedade capitalista, maior será a apropriação desigual dos conhecimentos humanos.

Sobre a educação da população e o papel do Estado nesse setor, o pai do liberalismo econômico apontou que a “[...] educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que a de pessoas de alguma posição e fortuna.” (SMITH, 1996b, p. 245). Essas pessoas comuns, devido às suas condições financeiras, precisam trabalhar o mais cedo possível para sobreviverem e suas ocupações são tão simples e cansativas que suas mentes e corpos não conseguem estímulos para outras atividades. Mas, ainda que não possam ter a mesma instrução que as pessoas de melhores condições sociais, os indivíduos mais pobres:

[...] podem aprender as matérias mais essenciais da educação — ler, escrever e calcular — em idade tão jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para as ocupações mais humildes, têm tempo para aprendê-las antes de empregar-se em tais ocupações. Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação. (SMITH, 1996b, p. 246).

Dessa forma, “como modo de evitar a degeneração completa da massa do povo decorrente da divisão do trabalho, A. Smith recomendava o ensino popular, a cargo do Estado, embora em doses cautelosamente homeopáticas.” (MARX, 2013, p. 542). No sistema capitalista, portanto, a educação ofertada à classe trabalhadora pelo Estado não tem como propósito a libertação real da estrutura que lhe domina e explora. Ao contrário disso, a instrução é um dispositivo de preservação da ordem produtiva.

Nesse sentido, a democratização do ensino, almejada pela UNE, no início da década de 1960, estava diretamente ligada ao projeto de desenvolvimento econômico nacional que exigia crescimento do eleitorado, formação de mão de obra tecnicamente especializada para a expansão das forças produtivas e crescimento do mercado interno tanto produtivo quanto consumidor. Apesar disso, acreditamos que os movimentos de educação popular produziram efeitos práticos como, por exemplo, a aproximação entre uma parte da elite intelectual e das classes trabalhadoras e,

consequentemente, uma reflexão sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento brasileiro.

2.2 REFORMA UNIVERSITÁRIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

O tema da reforma universitária também foi abordado nas páginas da revista *Movimento*, pois a UNE se propôs a conscientizar os universitários sobre os problemas que atingiam o espaço acadêmico e, ao mesmo tempo, atrair para suas campanhas o maior número de estudantes. As matérias publicadas no impresso, geralmente, traziam informações debatidas nos eventos nacionais realizados pela entidade, procurando democratizar os assuntos e as deliberações para a massa estudantil.

Em março de 1962, a UNE realizou o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, na cidade de Curitiba, no Paraná. Nesse evento, a entidade propôs uma reforma universitária, cujos objetivos eram:

Transformar a universidade em instituição que confira ao estudante uma visão global de seu tempo e de seu meio; 2) fazer da universidade cérebro pensante da sociedade brasileira; 3) democratizar o ensino, pela abertura dos programas e currículos a todas as informações culturais existentes, bem como pela concessão de maiores possibilidades de acesso popular a êle; 4) elevar o nível profissional e técnico do estudante. (GUIMARÃES, 1962c, p. 20-21).

A partir desses objetivos, observamos que, na concepção da UNE, a universidade brasileira estava distante da realidade nacional, tanto na teoria quanto na prática, pois não permitia que o estudante tivesse conhecimentos amplos sobre a sociedade e suas problemáticas e, também, por não ser acessível à maioria da população. Nas páginas do *Movimento*, a reforma universitária foi apresentada como integrante do movimento mais global das reformas de base e, por isso, coube à entidade universitária difundir a importância dessa luta no contexto nacional.

O pensamento progressista da UNE, de caráter anti-imperialista e antilatifundiário, marcou sua concepção acerca da função da universidade, do ensino por ela ofertado, da organização administrativa, do papel dos professores e dos estudantes. Essas ideias, expressas na revista *Movimento*, foram elaboradas por sujeitos ligados a uma entidade de cunho político e que procuravam estabelecer

o seu projeto de reforma universitária como o mais apropriado, pois parte “[...] *do ponto de vista do estudante* [...]” (GUIMARÃES, 1962c, p. 21).

Ao determinar que a reforma universitária da UNE era distinta das demais teses reformistas por ser uma transformação sob a ótica do estudante, as publicações do periódico *Movimento* homogeneizaram os estudantes brasileiros numa única categoria nomeada “estudante”. As matérias que abordaram esse tema não aprofundaram a discussão sobre as especificidades dos estudantes – classe social, perfil demográfico, correntes ideológicas –, no máximo elas reproduziam aquilo que já era visível para o leitor do periódico, ou seja, o fato de a universidade ser um espaço desfrutado por uma minoria populacional.

Sabemos que uma das funções da ideologia é silenciar tudo aquilo que poderia desvelar a gênese do seu próprio pensamento. Dessa forma, a UNE procurou ocultar, nas páginas do *Movimento*, que sua existência era fruto da sociedade de classes e que sua posição tinha origem nas frações sociais. Logo, sua reforma também era limitada porque, como a maior parte do povo não alcançava a universidade, a reforma universitária do ponto de vista do estudante não contemplava a totalidade da sociedade brasileira.

Uma questão que aparece na revista *Movimento*, mas de forma muito superficial, é a situação do ensino médio no Brasil, assunto que seria muito pertinente para demonstrar uma possibilidade mais efetiva de conceder acesso popular à universidade. Uma das reportagens elaboradas pela própria UNE traz à tona que enquanto “[...] 70 a 80% das escolas primárias existentes são oficiais [...] 80% do ensino médio é privado, o que é uma forma de organizar a triagem de classe para o ensino superior público e gratuito [...]”. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 3).

Vimos que a taxa de conclusão no ensino primário era muito baixa, situação “[...] que **obriga** metade do povo, o grupo dominado, a ser analfabeto.” (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 3, grifo do autor). Nesse caso, se a metade da população brasileira não concluía o primário, a maioria da outra metade, constituída por filhos da classe trabalhadora, possuía dificuldades de frequentar a etapa obrigatória para acessar o ensino superior, uma vez que a maior parte das instituições de ensino médio era privada. Ainda, segundo a revista *Movimento*,

Como prêmio à parte da juventude brasileira que acrescenta a seu valor intelectual as prensas econômicas de ter pago o ensino médio, o Estado fornece cerca de 60% de ensino superior público. Exige, no entanto, um

vestibular intransigentemente seletivo, não se tratando de uma seleção de mais capazes mas de uma oferta medíocre de vagas a uma procura muito maior do ensino. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 4).

Além da organização pública educacional, em termos de disposição de matrículas, mostrar-se ineficiente para a realidade do país, a questão orçamentária também foi apontada como contraditória. Exemplo dessa contradição estava no fato das verbas para o ensino superior serem maiores daquelas endereçadas ao primário, sendo que as matrículas gerais do nível superior representavam na época somente 1,35% quando comparadas com a etapa inicial da educação. (UNIÃO NACIONAL..., 1962d).

Dessa forma, o impresso *Movimento* procurou destacar que o Estado brasileiro cumpria primeiramente seu papel constitucional de ofertar a educação inicial, mas sem criar mecanismos estruturais para eliminar o analfabetismo. Em segundo lugar, desassistia a formação secundária, deixando para o setor privado a oferta maciça desse nível de ensino, indispensável para o acesso à universidade e, finalmente, financiava mais da metade da graduação para a maioria das pessoas com posições sociais mais favoráveis e que tiveram condições de financiar seus estudos nas escolas particulares de nível médio.

A revista também apontou, portanto, que, além do analfabetismo, outra barreira que precisava ser vencida para democratizar o acesso universitário às camadas populares era o monopólio privado do ensino secundário. Mas, essa questão não foi aprofundada pela UNE nas páginas do periódico *Movimento*, posicionamento provavelmente oriundo das próprias condições privilegiadas de suas lideranças, pois esses estudantes representavam a pequena parcela da sociedade que conseguiu concluir o ensino primário, completar o nível médio, ser aprovado no vestibular e, por fim, atingir o grau superior.

O CPC da UNE chegou a construir, em 1962, uma peça teatral denominada “Auto dos 99%”⁴⁹, denunciando a minúscula parcela de 1% da população com acesso à faculdade. Num determinado momento da apresentação, a voz coletiva do Coro informava à plateia:

E então a gente viu pela peça até agora que aqui no Brasil fica sempre de fora, nessa coisa estudantil de entrar para a faculdade, uma parte

⁴⁹ A peça foi escrita pelos seguintes autores: Antônio Carlos Fontoura, Armando Costa, Carlos Estevam Martins, Cecil Thiré, Marcos Aurélio Garcia e Oduvaldo Viana Filho.

ponderável de nossa mocidade. Salve! Salve! Quem é analfabeto 57%, 57%, 57%, não vai pra faculdade. Quem não fez ginásio 67%, 67%, 67%, não vai pra faculdade. Quem não fez científico 71%, 71%, 71%, não vai pra faculdade. Quem não tem dinheiro ou vira beatnik, não vai pra faculdade. Deus: 99%, 99%, 99%. Logo, entra na faculdade um por cento do povo brasileiro! Viva o um por cento! Viva o um por cento! Do povo do Brasil! E o resto... e o resto... e o resto... Vai ficar sem estudar. (PEIXOTO, 1989, p. 117-118).

Essa peça foi encenada durante a primeira UNE-Volante, entre os meses de março a julho de 1962, durante as assembleias estudantis, “[...] em todas as faculdades da Guanabara, bem como em concentrações populares em praças públicas.” (RELATÓRIO..., [1963?] Anexo BARCELLOS, 1994, p. 447). Em 1963, a peça foi levada para associações de massa fora da Guanabara, na tentativa de politizar não só o público estudantil como também a população geral, sobre a elitização da universidade e a necessidade de sua democratização.

A UNE tinha noção de que alcançar o ensino superior no Brasil era algo muito difícil para os membros da classe operária e camponesa e chegou a admitir isso aos leitores do *Movimento*. Os estudantes universitários formavam, em 1962, uma “[...] *dourada minoria de pouco mais de 100 mil pessoas [...]*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962d, p. 4) e somente alguns desses indivíduos alcançavam cargos nas entidades estaduais e na UNE, passando a representar as reivindicações dos acadêmicos.

Os dirigentes estudantis, nessa época, provinham majoritariamente de classes sociais que as forças progressistas denominavam de burguesia nacional, pequena burguesia e classe média. Mas, a UNE procurou apresentar, em seu impresso, os estudantes como um grupo à parte na sociedade, pois o objetivo era mobilizar a base universitária nas campanhas pelas reformas de base.

*A nova fase não admite mais cúpulas radicalizadas mas afastadas de suas bases num divórcio virtual, porque neste momento quem se apresenta de forma radical é a própria realidade brasileira, atingindo com seus problemas **tôdas as camadas sociais do país, entre elas os estudantes**. As atitudes do movimento universitário, neste momento, só podem ser aquelas que sistematizam e esponham o que vai na consciência de cada estudante e **dos estudantes como grupo social**.* (BRANDT, 1962, p. 27, grifos nossos).

Na luta pela emancipação nacional, caracterizada como anti-imperialista e antilatifundiária, os estudantes se colocaram ao lado das classes operárias e camponesas. O maior exemplo disso foi a referência à aliança Operário-Estudantil-

Camponesa, presente nas páginas do *Movimento* e defendida pelo presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brandt, e pelos deputados Neiva Moreira e Paulo Alberto Monteiro de Barros. Quando se remetia às forças progressistas, os estudantes também eram identificados como sujeitos singulares no conjunto das classes sociais.

[...] a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Dela participam o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Entre estas forças se inclui, certamente, a intelectualidade, em especial os estudantes. (ALVES, 1963a, p. 29).

As mobilizações da UNE buscaram interação com as camadas populares e entre as principais ações citamos o projeto UNE-Volante, no qual dirigentes estudantis, em parceria com artistas do CPC, participaram de diversas atividades artísticas de politização e de alfabetização. Essa experiência, além de permitir que os universitários entrassem em contato com os estudantes de diferentes regiões do país, também colaborou na conscientização da minoria universitária em relação às condições de vida da maioria populacional e o abismo existente entre eles. Essa experiência foi destaca pelos editores da revista *Movimento*.

Praticamente percorrendo todo o Brasil, a iniciativa da UNE-VOLANTE, levou reforma universitária às massas, tendo Aldo Arantes falado a mais de 200 assembléias gerais de escolas, levou teatro popular a um público que totalizou mais de 50 mil pessoas, levou cinema, levou Centro Popular de Cultura e Editôra Universitária. “Une veio para unir” – eis o dístico empregado, e nunca um dístico foi tão verdadeiro. A unidade de movimento estudantil foi realizada em cada escola, discutida com cada estudante. (MOVIMENTO, 1962d, p. 3).

As ações da UNE tinham como propósito a reforma universitária, uma vez que essa demanda estava diretamente ligada ao seu cotidiano. Além do mais, “[...] a reforma da universidade é apenas uma faceta particular do problema da reforma geral da sociedade brasileira [...]” (VIEIRA PINTO, 1986, p. 11). Assim, essa reivindicação estava inserida no conjunto de outras transformações defendidas pelos setores progressistas, competindo à UNE sua divulgação aos estudantes e à sociedade em geral.

Como a revista *Movimento* procurou atuar revolucionariamente no sentido de levar informações sobre a universidade, do ponto de vista do estudante, em suas páginas encontramos a sua definição, bem como seu papel naquele contexto que

marcou o início dos anos de 1960. O intuito era levar o leitor universitário a um olhar crítico sobre o espaço acadêmico, identificando os problemas estruturais externos e internos ali existentes, no sentido de gerar mobilização por soluções propostas pela própria direção da UNE que também eram expostas no periódico.

A UNE, ao conceber a universidade como “[...] *a mais alta instituição sistematizadora da cultura de uma sociedade*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 5), inferiu que numa sociedade regida pela dependência a universidade não conseguiria ser um instrumento cultural, tornando-se um instrumento ideológico de dominação. Mas, ao mesmo tempo em que a entidade afirmava que numa sociedade de classes a universidade era um instrumento cultural de domínio de uma classe por outra, ela relacionava essa relação de exploração ao imperialismo e não ao capitalismo em si.

A partir dessa concepção, a UNE afirmava que para perceber a função ideológica da universidade no contexto social brasileiro, bastava “[...] *descobrir a relação entre a espoliação que o Brasil sofre do imperialismo e as teorias ensinadas na maior parte de nossas escolas de ciências econômicas.*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 5). A postura da entidade estava relacionada aos pilares do pensamento progressista que, entre outras coisas, justificava o subdesenvolvimento nacional como consequência da exploração imperialista.

Ao longo da campanha pelas reformas de base, o movimento estudantil foi se mobilizando ao lado de outros setores sociais progressistas pelo desenvolvimento econômico nacional e, desse modo, passou a atuar para que o espaço ao qual estava inserido também fosse agente transformado e transformador. Álvaro Vieira Pinto, um dos intelectuais isebianos de forte influência na percepção da UNE sobre a reforma da universidade, apresentou as seguintes teses sobre a reforma universitária:

[...] a reforma da universidade não é tarefa de natureza jurídica, institucional, e muito menos pedagógica, e sim consiste na transformação da sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade brasileira em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. Esta tese tem por corolário outra, imediata: a reforma da universidade do país subdesenvolvido, que necessita sacudir o jugo das pressões imperialistas que o entravam, e criar com plena liberdade, a sua cultura própria, não tem primordialmente finalidade pedagógica, mas visa antes de tudo a uma **finalidade política**. (VIEIRA PINTO, 1986, p. 15, grifo do autor).

Da mesma forma que a luta pela alfabetização coordenada pela UNE estava posta no âmbito ideológico-político, a reforma da universidade também se inseria

nesse campo. Acreditava-se que a universidade, num país subdesenvolvido, precisava assumir uma tarefa política para contribuir no processo de transformação progressista; e, sendo o subdesenvolvimento brasileiro um desdobramento do imperialismo, caberia a essa instituição libertar da alienação em que estava submetida e combater aquilo que impedia o desenvolvimento da nação.

A UNE procurava disseminar, na revista *Movimento*, que a questão da reforma universitária sob o viés do estudante procedia da composição existencial da educação e, assim, “[...] o problema deixa para ele de ser **técnico**, frio e neutro, para ser **político**, exigindo a reivindicação de quem participa.” (GUIMARÃES, 1962c, p. 21, grifos do autor). Em vista disso, o periódico divulgou situações que demonstravam a espoliação estrangeira no meio acadêmico a fim de politizar o leitor sobre a alienação presente na universidade brasileira.

Entre os exemplos citados no impresso, estava a questão dos financiamentos de instituições estrangeiras e dos modelos de ensino. No primeiro caso, o periódico citou as “[...] exigências da Fundação Rockefeller a uma escola de medicina para que reduza a metade as suas vagas para receber dotações em dólares” e no segundo caso “[...] escolas de agronomia que estudam tipos do terreno dos Estados Unidos [...]”. (GUIMARÃES, 1962c, p. 22).

Para a UNE, além da questão do financiamento e do modelo de ensino, por ser permeável aos interesses estrangeiros, a universidade impedia que os estudantes tomassem consciência do subdesenvolvimento brasileiro e que, segundo o pensamento progressista, era decorrente do imperialismo e do latifúndio. Nesse sentido, os cursos universitários:

[...] não ensinam doutrinas que ponham em choque os princípios filosóficos, científicos, religiosos ou políticos vigentes, a não ser para procurar diminuir sua importância. É sabido, por exemplo, como os cursos de filosofia se prestam a denegrir todo sistema que denuncie em todo ou em parte a alienação filosófica ou como os cursos de economia servem para afastar toda e qualquer cogitação sobre a espoliação econômica que sofrem as grandes massas. Como são ainda utilizados os cursos de história para demonstrar as delícias da sociedade de classes. Como são utilizados os cursos de geologia para obscurecer qualquer pesquisa das nações exploradas sobre seus recursos naturais. Como são utilizados os cursos de medicina para afastar o aluno da realidade médica de um país subdesenvolvido. (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 6).

Conforme a consciência progressista dos dirigentes universitários, a realidade do ensino superior brasileiro isolava-o do resto da sociedade e “de fato, a

universidade não é problema para aqueles que dela usufruem, membros da classe dominante, e que a utilizam para o fim de justificar, cotidianamente, a espoliação que exercem sobre o povo.” (GUIMARÃES, 1962c, p. 22). Mas, quando a UNE introduz a reforma universitária no conjunto de outras reformas necessárias ao desenvolvimento econômico, ela procura estabelecer que o problema da universidade é um problema popular, porque precisava deixar de servir à classe dominante para servir aos interesses das camadas populares.

A questão principal para a UNE, no início da década de 1960, era o despertar do mundo subdesenvolvido (UNIÃO NACIONAL..., 1962e), ou seja, a libertação das injustiças que sofria o Brasil por ocasião do imperialismo, no campo externo, e do latifúndio, no campo interno. Nesse momento, não se colocava como pauta o modo de produção capitalista e sim a dominação de que padeciam os países subdesenvolvidos pelas grandes potências econômicas.

A consciência progressista veiculada nas páginas de *Movimento* advém da própria organização social brasileira que vinha se industrializando rapidamente sob bases capitalistas, formando uma burguesia nacional e de estratos médios urbanos, cujas exigências contrariavam o modelo produtivo até então hegemônico. A ideologia do desenvolvimento nacional partia do princípio de que o problema do Brasil era sua condição de dependência e, dessa forma, a universidade precisava transmitir, preservar e elaborar a cultura nacional, bem como produzir investigação científica e formar profissionais “[...] que o Brasil necessita no momento atual para a sua emancipação econômica.” (UNIÃO NACIONAL..., 1962f, p. 7).

No contexto de agitações sociais ocorridas no país durante os primeiros anos da década de 1960, o número de estudantes do ensino superior brasileiro, apesar de ser reduzido quando comparado ao restante da população, aumentou entre 1945 e 1962, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 - Matrícula geral no Ensino Superior do Brasil

Ano	População Brasileira Estimada (em milhares)	Matrícula Geral (em mil)	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾
1940	41.114	20.017	-
1945	46.2015	26.757	33%
1950	51.976	43.958	64%
1955	58.456	72.652	65%
1962	75.271	107.509	47%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1953, 1955 e 1962). Adaptado pela autora.

⁽¹⁾ A taxa de crescimento é referente ao período anterior.

Em 1962, o perfil dos estudantes universitários não era o mesmo daquele perfil da década de 1940. De certa forma, o estudante da escola pública secundarista, o filho da pequena burguesia e da classe média⁵⁰ passaram a frequentar o espaço acadêmico e esse acesso mais socialmente heterogêneo foi produzindo efeitos práticos como, por exemplo, a conscientização do movimento estudantil sobre as limitações da universidade no que diz respeito ao seu papel de agente cultural de transformação da realidade nacional.

Um dos problemas levantados pela UNE acerca da universidade brasileira era as relações de poder nela existentes, pois a administração dos assuntos acadêmicos estava concentrada nas mãos dos professores catedráticos⁵¹. Essa constatação levou a entidade estudantil a construir a seguinte analogia entre o universo acadêmico e a sociedade de classes e apresentá-la na revista *Movimento*:

Assim como na sociedade, na universidade igualmente há governantes e governados. Governa a universidade o estrato formado pelos professores catedráticos que compõe os conselhos universitários, as congregações e conselhos técnicos administrativos. São governados funcionários, professores não catedráticos e o corpo discente. (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 6).

O sistema de cátedra foi denunciado pela UNE, pois em sua concepção o poder do professor catedrático era absoluto e se fazia presente nas decisões da estrutura acadêmica, como a construção de currículo, adoção de métodos de ensino, divisão orçamentária, abertura de cursos, etc. A própria organização da universidade “[...] só permite que ascendam a postos de mando aqueles que são catedráticos. E como êstes são, em regra geral, oriundos do setor social da classe dominante irá fazer-se privilegiado pela cultura [...]” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 6).

Sendo os cargos administrativos e de chefias dominados exclusivamente por professores catedráticos e sendo esses indivíduos pertencentes às classes sociais dominantes, logo, a revista inferiu que o ordenamento universitário era constituído pelas exigências do setor social dominante. Essa situação acentuava as

⁵⁰ Essas referências são de algumas lideranças da UNE e estão em suas biografias. O estudante da escola pública secundarista é Aldo Arantes que ganhou bolsa de estudo para cursar direito na PUC do Rio de Janeiro. O filho da pequena burguesia é César Guimarães e o da classe média é José Serra.

⁵¹ Os professores catedráticos gozavam de vitaliciedade e inamovibilidade e, desse modo, constituíam a alta hierarquia docente centralizando poderes de decisões nos órgãos deliberativos e consultivos da universidade, fazendo prevalecer seus interesses.

contradições no interior do espaço acadêmico, uma vez que não havia sido estabelecido pela Lei 4.024 (BRASIL, 1961) um quantitativo de participação dos estudantes nos órgãos colegiados que pudesse ser efetivo no combate aos excessos do poder catedrático.

A partir desse raciocínio, em meados de 1962, a UNE deflagrou a Greve por 1/3 com o objetivo de uma participação mais efetiva dos estudantes nos órgãos colegiados universitários. Essa luta representava “[...] *a finalidade última da reforma do ensino superior*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 7) e um passo para a democratização universitária, porque estabeleceria maior equilíbrio no centro de decisões acadêmicas.

A fim de conscientizar o movimento estudantil sobre a importância dessa campanha, a UNE publicou uma matéria intitulada “Co-governo e participação universitária”, na edição especial preparada para o XXV Congresso Nacional dos Estudantes. A entidade procurou definir que o cogoverno, ou seja, a luta por 1/3 foi uma opção radical, por perceber que as leis, entre elas a LDB, não contrariavam o sistema de cátedra, portanto, as mudanças na estrutura curricular do ensino superior ainda dependiam plenamente dos administradores que, como vimos, não tinham interesse em reformas que contrariassem a ordem hegemônica.

A UNE procurou relacionar a luta dos setores populares por uma maior participação política no cenário nacional e a campanha por 1/3 dos universitários, conforme o exemplo apontado pela própria instituição universitária:

assim como é possível ao operário exigir a participação, através de seus representantes, nos órgãos políticos deliberativos do país, assim também é necessário que o estudante exija a participação nos órgãos por força das circunstâncias, igualmente políticas da universidade. (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 7, grifo do autor).

A relação apresentada pela UNE, nas páginas da revista *Movimento*, pretendia mostrar que, como o povo deveria lutar para participar da organização do país e fazer prevalecer seus interesses, os estudantes universitários também deveriam seguir o mesmo caminho. Essa similaridade de ação remete à ideia de uma aliança de compromissos entre os trabalhadores e o universitário, pois ambos estariam unidos numa única empreitada, porém em espaços distintos.

A tarefa tanto da classe trabalhadora quanto do universitário era a ascensão ao poder político e, no caso do ensino superior, isso representaria a democratização

interna da universidade. Mas a real democratização universitária significava ir além do cogoverno e do aumento do número de vagas, consistindo em enfrentar a exceção de oportunidade possibilitando assim o “[...] *acesso de todo o povo aos cursos superiores.*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 7).

Simultaneamente ao acesso educacional, a verdadeira democratização do ensino ocorreria a partir de uma alteração na concepção de cultura produzida nos diversos níveis de ensino, pois, conforme o posicionamento da UNE:

[...] o conteúdo de todos os níveis de ensino, bem como de todos os meios de educação, precisa romper com uma tradição clássica e importada, adotando-se apenas o que há de verdadeiramente humano, possibilitando o surgimento de uma cultura que reflita o povo brasileiro. (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 7).

O cogoverno, portanto, era o primeiro passo para a democratização do ensino superior, uma luta que, ao ser vencida, oportunizaria maiores condições para que a universidade fosse realmente do povo. A luta por 1/3 foi deliberada no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em março de 1962. Para unificar o movimento estudantil em torno dessa bandeira, o tema foi difundido às bases estudantis durante a I UNE-Volante, entre os meses de março e maio de 1962.

A Greve por 1/3 foi decretada pela UNE no primeiro dia do mês de junho de 1962 e finalizada no dia 08 de agosto do mesmo ano. Inicialmente, algumas universidades já se encontravam paralisadas por questões particulares e isso acabou favorecendo o movimento nacional de greve (MATTOS, 2014). Durante o período grevista, os centros acadêmicos se mobilizaram para debater o projeto de reforma universitária, os estudantes ocuparam a sede do Ministério da Educação e Cultura e várias universidades aderiram à greve, mas também ocorreram campanhas contrárias ao movimento, em especial na mídia.

No mês de junho de 1962, o jornal “Última Hora”, de Curitiba, chegou a publicar algumas reportagens sobre a atuação da União Paranaense dos Estudantes (UPE) no movimento grevista. A fim de conquistar a adesão popular à reivindicação por 1/3 a entidade universitária estadual procurou mobilizar estudantes e não estudantes:

A União Paranaense dos Estudantes convida o povo a participar do comício, argumentando que a greve geral dos universitários deixou de ser problema especificamente da classe para interessar a toda a população, uma vez que as reivindicações visam à democratização da Universidade, possibilitando que filhos de trabalhadores possam ingressar nas faculdades. (POVO, 1962).

O posicionamento da UPE em esclarecer que a greve não era uma ação exclusiva do corpo discente da universidade e sim uma luta que exigia o acesso dos filhos da classe trabalhadora na universidade, vem ao encontro do entendimento da UNE no que diz respeito à democratização universitária. Não encontramos informações sobre a adesão popular nos comícios realizados pelas entidades estudantis, mas acreditamos que a proposta de ir ao encontro do povo para explicar os motivos da greve foi uma atitude desafiadora de unir pautas reformistas.

A Greve por 1/3 “ao conseguir a adesão de 36 universidades em todo país [...] se transformou na mais ampla mobilização estudantil realizada pela UNE até então.” (PELEGRINI, 1997, p. 48). Mas, apesar dessa adesão em nível nacional havia estudantes contrários à paralisação e que procuraram dificultar a sua continuidade, como é o caso dos estudantes de direito, farmácia e odontologia da Faculdade Estadual de Ponta Grossa⁵², denunciados durante a reunião do Conselho Permanente da UPE, realizado em Ponta Grossa no mês de junho de 1962. (MILLARCH, 1962).

Além dos estudantes, os professores catedráticos também faziam uma forte campanha de oposição contra o cogoverno, empregando para isso várias justificativas que foram transcritas no periódico *Movimento*. Entre elas, estava a afirmação de que a luta por 1/3 “[...] é uma manobra política para ‘comunizar’ o ensino superior [...]” (GUIMARÃES, 1962a, p. 19). Em resposta a essa alegação, o autor da matéria propôs a seguinte reflexão: “[...] em qual país do bloco comunista a reivindicação de um terço foi feita, antes de os comunistas chegarem ao Poder, ou efetivada, depois de instalados no comando do país.” (GUIMARÃES, 1962a, p. 19).

Os argumentos elaborados pelos professores catedráticos foram refutados pelos dirigentes da UNE que não viam bases teóricas e empíricas nas justificativas. A oposição de círculos políticos e econômicos também foi registrada nas páginas do

⁵² Os nomes dos estudantes contrários à greve da Faculdade Estadual de Direito, Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa se encontram na reportagem “Ponta Grossa continuará em greve: líderes vão ao Rio conferenciar com Goulart”, publicada no jornal “Última Hora” no dia 08 de junho de 1962.

periódico *Movimento* e até mesmo citados alguns órgãos de imprensa - “O Globo” e “O Estado de São Paulo” - que procuravam “[...] *atribuir à UNE e às entidades estudantis atitudes que estas nunca tiveram, nem vão ter.*” (GUIMARÃES, 1962a, p. 19).

A campanha de difamação e calúnia da grande imprensa em relação à Greve por 1/3 foi compreendida como sendo uma reação de grupos que não queriam os seus interesses abalados, além do mais a paralisação representava para certos setores “[...] *um refôrço de prestígio para a UNE e para o movimento estudantil.*” (GUIMARÃES, 1962a, p. 19). Aspirando à vitória, em julho de 1962, durante o XXV Congresso Nacional dos Estudantes, a plenária deliberou “[...] *a decisão de manter a greve por um terço de representação do corpo discente nos órgãos colegiados da Universidade, que o Ministro da Educação do novo Gabinete diz pretender regulamentar e que depende, a esta altura, do Congresso [...]*” (CUNHA, 1962b, p. 4).

Apesar da decisão, o movimento grevista continuou sendo atacado pelo Movimento Anticomunista, pela Frente da Juventude Democrática e pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que utilizavam da imprensa para acusar as ações da UNE como comunistas e antidemocráticas. Desde o início de 1960 as tensões entre os grupos políticos de esquerda e os grupos políticos de direita vinham crescendo no cenário nacional e isso repercutiu no movimento estudantil. Entre as figuras políticas mais conhecidas da época estava, por exemplo, ao lado do grupo de esquerda, o deputado federal pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola, enquanto que, do outro lado, representando os setores mais conservadores, estava o governador da UDN, Carlos Lacerda.

Nesse campo de correntes ideológicas antagônicas, vale ressaltar o importante papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais⁵³ (IPES) na publicidade anticomunista, acirrando o conflito que culminaria no golpe civil-militar de 1964. Especificamente sobre a UNE “[...] é certo que a instituição estudantil foi apontada pelo IPÊS como uma das principais responsáveis pela penetração de idéias comunistas no Brasil” (OLIVEIRA, 2015, p. 78-79) e, por isso, era preciso desarticulá-la e evitar a subversão da juventude estudantil.

⁵³ O IPES foi uma organização criada a partir de investimentos privados nacionais e estrangeiros no contexto do governo de João Goulart, a fim de combater as ideias e as ações comunistas no Brasil.

As campanhas anticomunistas, de certa forma, enfraqueceram a Greve por 1/3, mas o fato é que o movimento já se esgotava em várias partes do país devido a uma onda de oposição de centros acadêmicos repudiando os extremismos da UNE (MATTOS, 2014). Na revista *Movimento* a única nota justificando a suspensão da greve saiu na edição de setembro de 1962, logo, abaixo de uma matéria que exaltava a mobilização grevista universitária.

<Movimento> praticamente estava impressa e já havia mudado a situação exposta no informe <A Greve da UNE>. O Conselho Nacional dos Estudantes, órgão legislativo da UNE, resolveu suspender o movimento grevista. Motivos: a crise nacional, então agravada com o pedido de delegação de poderes e com rumores alarmistas, poderia levar os estudantes a se verem envolvidos numa participação política que de modo algum seria de seu agrado. (GUIMARÃES, 1962b, p. 19).

A crise nacional à qual o autor dessa nota se referiu provavelmente estava relacionada com a campanha eleitoral para o poder legislativo em 1962. Nesse campo de disputa política entre representantes de diferentes matrizes ideológicas a UNE procurava demonstrar, por meio de seu impresso *Movimento*, que suas atividades não eram de ordem político partidária, mas sobretudo “[...] *contra o poder econômico, o voto de cabresto, a negação do voto analfabeto e outros fenômenos responsáveis pelo baixo grau de autenticidade da vida política nacional.*” (BRANDT, 1962, p. 27).

Porém, algumas campanhas da imprensa tentavam relacionar as ações da entidade universitária como sendo de cunho comunista e, nesse contexto de agitação eleitoral, a persistência da paralisação universitária poderia trazer perturbações que afetariam a unidade do movimento estudantil, conquistada durante as mobilizações lideradas pela UNE em 1962. Essa coesão não significava ausência de heterogeneidade e divergência, mas uma unidade “[...] *feita em torno de um mínimo de princípios e a partir do cotidiano trabalho comum [...]*” (BRANDT, 1962, p. 26), algo que, na visão da entidade universitária, deveria ser mantido a qualquer custo.

Se de um lado a greve não conseguiu o resultado esperado, de outro, provocou duas consequências imediatas. A primeira foi a ampliação da luta universitária em outras frentes reivindicatórias, uma vez que a “[...] *reforma da Universidade **que não saia nem com greve: quanto mais sem greve***” (CUNHA et al., 1962, p. 18, grifo dos autores), demonstrou a necessidade do estudante tomar

posição em questões mais globais e radicais da sociedade brasileira que envolviam o fim do latifúndio e da espoliação estadunidense.

O segundo desdobramento da Greve por 1/3 estava diretamente relacionado à postura assumida pela entidade universitária a favor das reformas de base. Assim, quanto mais o movimento estudantil se envolvia nas questões gerais da sociedade, mais endurecia a campanha dos seus adversários políticos que procuravam difundir a ideia de que a UNE era “[...] *uma Casa de Lacaios de Moscou.*” (CUNHA et al., 1962, p. 18). Essa associação com o comunismo foi amplamente disseminada pelos setores que não desejavam ter seus interesses ameaçados por transformações mais profundas na sociedade brasileira.

Para os dirigentes estudantis, o objetivo de tais grupos era dividir o movimento estudantil para preservar a estrutura dominante e, de certa forma, suas campanhas tiveram repercussões, como, por exemplo, o fato de que “*algumas faculdades se desligaram da UNE. Poucas, mas algumas. Essas ouviram o conselho do inimigo: ou o canto de sereia, o canto de sereia que mata.*” (CUNHA et al., 1962, p. 18). Entre as instituições que se opuseram à UNE, a partir do fim da greve, destacamos a Escola Superior de Agricultura e os centros acadêmicos da Universidade Mackenzie, da PUC do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Medicina, Engenharia e Odontologia. (MATTOS, 2014).

Apesar de certa instabilidade política no movimento estudantil, a UNE procurou passar para os leitores da revista *Movimento* uma visão otimista sobre a situação interna do movimento, até porque era preciso manter a unidade para engrossar as fileiras dos combatentes pela reforma universitária. Nesse sentido, a entidade nacional se pronunciou positivamente acerca dos resultados das eleições das diretorias estaduais que estavam ocorrendo em novembro de 1962:

Como se vê, apesar da campanha de descrédito que se pretendeu fazer contra a União Nacional dos Estudantes, na maior parte dos principais Estados os princípios defendidos pela entidade, estabelecidos pelo Congresso Nacional dos Estudantes, vem recebendo acolhida e apôio. (ESTUDANTES..., 1962, p. 2).

O I Conselho Ordinário da UNE, realizado em janeiro de 1963, na cidade de Fortaleza, avaliou que o maior ensinamento da Greve por 1/3 foi a necessidade de efetivar uma maior integração entre as diretorias e as bases estudantis em torno de um trabalho comum, usando para isso todos os meios possíveis para aprofundar os

debates. Essa integração significava “[...] *aumento de potencialidade na luta, unidade em sentido ainda mais amplo: uma nova etapa para o movimento universitário.*” (CUNHA, 1963, p. 5).

O Conselho da UNE se comprometeu em empregar vários mecanismos para divulgar as ideias e as ações do movimento universitário, a fim de preservar a unidade organizacional e intensificar suas campanhas. Entre esses meios de comunicação foram citadas as publicações, sendo a revista *Movimento* uma de suas produções impressas. Ao analisarmos a periodização das edições desse periódico nos anos de 1962 e 1963, observamos que a UNE cumpriu inicialmente seu acordo, pois em 1963 foram iniciadas as publicações em fevereiro e continuaram sem interrupções até maio, totalizando quatro números consecutivos, situação distinta do ano anterior em que boa parte da revista não teve publicação mensal contínua.

As questões mais debatidas no I Conselho Ordinário da UNE foi “*a Reforma Universitária e o delineamento de novas perspectivas na luta pela sua efetivação [...]*” (CUNHA, 1963, p. 4). Diante desse quadro de demanda, surgiram alguns pontos específicos em decorrência das medidas solicitadas pelo Fórum de Reitores ao Conselho Federal de Educação. Um dos pontos era a cobrança de taxas nas universidades públicas, justificada pelos reitores como transferência de recursos dos estudantes de classes abastadas para o custeio de universitários pobres. A UNE se posicionou contrária a tal cobrança por considerar a medida antidemocrática, pois criaria obstáculos à democratização das universidades.

Outro ponto específico da reforma universitária, levantada pelo Conselho da UNE, foi a exigência da criação de serviços efetivos de assistência aos universitários, pois as verbas orçamentárias existiam, mas estavam sendo “[...] *desviadas para setores ociosos, ou empregadas sem nenhum planejamento e visão das prioridades existentes.*” (CUNHA, 1963, p. 5). Por esse e outros motivos, a entidade universitária defendia o cogoverno, uma vez que os estudantes, maiores interessados nas mudanças internas, participariam numa proporção mais democrática da organização administrativa do espaço acadêmico.

Em relação à assistência estudantil, é importante destacar os avanços e os limites desse tipo de ação no modo de produção capitalista, pois sabemos que as prioridades da educação, nesse sistema, estão ligadas às necessidades do desenvolvimento da produção em provento dos donos dos meios de produção. Logo, uma política pública de assistência estudantil, mesmo sendo satisfatória ao

beneficiário, permite o seu acesso e a sua permanência no ensino superior, porém, não tem o objetivo de equiparar os indivíduos em todas suas dimensões sociais e suprimir as diferenças de classe.

O contexto brasileiro, no início da década de 1960, era tão complexo devido às contradições do capitalismo industrial num país subdesenvolvido que a própria UNE admitiu que a reforma universitária só teria sucesso se ocorressem outras mudanças estruturais na sociedade, já que os seguintes fatores impossibilitavam tal projeto:

[...] 1) a estrutura subdesenvolvida brasileira; 2) reação das cúpulas políticas a qualquer transformação estrutural; 3) as verbas reduzidas e seu mau emprego; 4) a recente lei de diretrizes e bases, que nada mais faz senão sancionar a situação vigente; 5) vários dos princípios constitucionais, como o que assegura a vitaliciedade da cátedra; 6) falta de politização da massa estudantil; 7) o compromisso de grande parte do corpo docente com a situação vigente. (GUIMARÃES, 1962c, p. 21).

A UNE, durante as agitações populares que marcaram o período governamental de João Goulart, integrou a chamada Frente Única em prol das reformas de base, inserindo a reforma da universidade em seu conjunto. Mas, ao analisar as edições da revista *Movimento* de 1962 e 1963, observamos que, em 1962, a entidade acabou voltando suas atenções para questões internas, pois antes de lutar pela reforma universitária precisava unir o movimento estudantil em torno dessa pauta.

Pelas reportagens veiculadas nas edições de 1963 do *Movimento*, observamos que, a partir dessa data, a UNE passou a reivindicar com mais ênfase as reformas de base, estimulando uma participação mais ativa do estudante nas lutas populares. Dessa maneira, o I Conselho da entidade “ao situar a posição do universitário frente aos problemas nacionais [...] reafirmou a força do compromisso que liga o estudante ao desenvolvimento do país.” (CUNHA, 1963, p. 5).

A luta pelo desenvolvimento do país consistia primordialmente na luta contra o imperialismo e o latifúndio e pela efetivação do sistema democrático. Nessa campanha, os universitários se colocaram ao lado das classes trabalhadoras, pois a UNE entendia que, sem mudanças na estrutura social, a universidade continuaria sendo instrumento ideológico de dominação. A partir dessa concepção, a equipe editorial do impresso *Movimento* ratificou o engajamento do movimento universitário em favor do Brasil naquele momento histórico.

E os estudantes não estão sozinhos nesta luta pela superação da nossa estrutura social, injusta e desumana. Seguem-no, ombro a ombro, milhões de trabalhadores urbanos e rurais, que através de seus órgãos de classe e da palavra de seus mais legítimos líderes, mantêm uma crescente e constante luta contra a espoliação imperialista e latifundiária. (EDITORIAL, 1963d, p. 2).

As diretrizes assumidas pela UNE, no decorrer do ano de 1963, foram estimuladas pelas novas condições políticas nacionais, pois, em janeiro desse mesmo ano, o plebiscito referendou o retorno do presidencialismo, favorecendo maiores expectativas por parte dos setores progressistas na consolidação das reformas populares, entre elas a universitária. Nesse contexto, o Conselho da UNE chegou a propor a realização de um Seminário de Reformas de Base “*com a finalidade de dar maior organicidade à luta pelas reformas de base e visando também a uma maior integração dos operários e estudantes num esforço comum por tais objetivos [...]*” (CUNHA, 1963, p. 5).

Confiantes na possibilidade de que o governo do presidente João Goulart, diante da pressão dos setores progressistas, poderia promover as reformas de base, pois “[...] *se não fizerem as reformas com o povo, êste ‘não vai ter outro jeito’ senão fazer a revolução sem (ou contra) êles*” (INFORME NACIONAL, 1963, p. 4), a UNE passou a difundir uma ampla aliança operário-estudantil-camponesa. Essa aliança foi concebida como imprescindível naquele momento, uma vez que levaria adiante as conquistas populares e sepultaria os inimigos da nação. (EDITORIAL, 1963d).

Conforme o governo presidencialista se conciliava politicamente no congresso e adotava medidas de política econômica⁵⁴ e de política externa⁵⁵, a UNE foi declarando sua tendência como antipopular e denunciando, em seu periódico, seu rompimento com “[...] *o compromisso tácito firmado, através da consulta plebiscitária, entre o Govêrno do Sr. João Goulart e as fôrças progressistas do País [...]*” (EDITORIAL, 1963b, p. 3). Para a UNE, o programa adotado pelo governo de Goulart, no primeiro semestre de 1963, não vinha ao encontro dos anseios populares, logo, ficava mais distante a concretização da reforma universitária.

⁵⁴ Entre as ações de política econômica do governo João Goulart foram citadas: a autorização da compra da empresa IT É T, atendendo as condições impostas pela empresa e revogando o projeto de encampação de Leonel Brizola; proposição do Plano Trienal; aprovação da política de retração de crédito favorecendo monopólios estrangeiros e grandes indústrias; recomendação do fim das reivindicações salariais por parte dos trabalhadores para auxiliar a política anti-inflacionária. (EDITORIAL, 1963b).

⁵⁵ Entre as ações de política externa do governo João Goulart foram citadas: o voto pelo bloqueio econômico à Cuba e o recuo à luta anticolonialista nas colônias portuguesas. (EDITORIAL, 1963b).

A partir do envolvimento do governo de Goulart com a corrente política direitista e o seu demasiado avanço em direção ao conservadorismo (PARA ONDE..., 1963), a equipe da revista *Movimento* procurou enaltecer o papel das forças progressistas na luta pelas reformas de base, incluindo o setor estudantil como uma força popular:

*É necessário ainda acentuar que as forças progressistas, participando ativamente da vida política, desde agosto de 61, nunca estiveram tão fortes; tendo elaborado inclusive soluções próprias nacionais. As forças progressistas contam hoje com ponderáveis bases militares, com uma rejuvenescida Frente Parlamentar Nacionalista, **com os setores estudantis** e, principalmente com um dispositivo sindical que pode mobilizar a qualquer instante o movimento operário. Líderes populares, como o deputado Leonel Brizola e o Governador Miguel Arraes, procuram identificar-se com esta Frente, dela começando a participar intensamente. (PARA ONDE..., 1963, p. 29, grifo nosso).*

A revista *Movimento* da UNE, na qualidade de expressão ideológica progressista da entidade universitária, procurava difundir a ideia de que havia uma forte aliança política entre vários setores populares com consciência própria e com “[...] resposta praticamente para a totalidade dos problemas brasileiros [...]” (PARA ONDE..., 1963, p. 29). Dessa forma, a função das forças populares, entre elas a UNE, era lutar pelas reformas de base com ou sem o apoio do governo de João Goulart, competindo ao presidente indicar de qual lado permaneceria.

Segundo o periódico da UNE, o momento histórico brasileiro exigia das forças populares o apoio às reformas anti-imperialistas e antilatifundiárias, reformas que promoveriam o desenvolvimento nacional. Por isso, a luta era travada por dois projetos de sociedade, um em favor do povo e outro contrário ao povo: o primeiro, partidário do crescimento da produção e do mercado interno, da extensão ao direito à terra, à educação e à participação política; e, o segundo, projeto conveniente aos grupos que eram hegemônicos devido à estrutura social vigente.

A conjuntura social brasileira, marcada pela crescente industrialização e urbanização, acabou estimulando a produção do pensamento progressista entre os dirigentes universitários, algo que os grupos econômicos e políticos dominantes não poderiam conter por fazer parte do movimento da história. As contradições inerentes ao modo de produção capitalista acirraram o antagonismo de classes que, no caso do Brasil, fez surgir entre as camadas em ascensão uma forma de consciência conectada com o seu comportamento material.

Na luta ideológica determinada pelas condições históricas do início da década de 1960, não havia espaço para as particularidades de classe, em especial as da classe trabalhadora, porque, ao se sobressaírem, poderiam inviabilizar o projeto de desenvolvimento nacional das forças progressistas. Assim, a revista *Movimento*, enquanto um canal de comunicação das ideias progressistas, veiculou informações que garantissem a hegemonia desse projeto, por isso, a produção de matérias que enalteciam a aliança de classes denominadas populares, de artigos que estabeleciam as principais causas do nosso subdesenvolvimento, além de reportagens sobre o papel de vanguarda da UNE no processo de transformação da realidade educacional brasileira.

Nos discursos das lideranças universitárias progressistas, os operários e camponeses apareciam como os setores sociais mais revolucionários das forças populares, porém, havia uma clara percepção de que esses trabalhadores possuíam uma representação limitada no cenário político brasileiro e isso chegou a ser exposto na última edição do periódico *Movimento* em 1963.

O operariado brasileiro manteve-se até hoje limitado na sua representação parlamentar, às possibilidades que os partidos populistas, principalmente o PTB, eventualmente oferecem. E ainda assim obrigados, a marcharem com políticos saídos das camadas médias da população, já que, mesmo esses partidos, impedem de todo modo que os representantes obreiros saiam do próprio seio proletário. Quanto ao campesinato, então, o quadro apresenta-se ainda mais negativo. A privação do direito de voto aos analfabetos tem sido a arma principal de que se valem as classes privilegiadas para impedir a representação camponesa, visto como é no meio da massa camponesa que lavra maior analfabetismo. (EDITORIAL, 1963a, p. 1).

A equipe editorial do *Movimento* chegou a expor aos leitores que a origem social da maioria dos representantes populares naquele momento conduziria à formação política de uma bancada parlamentar progressista “[...] mas sem a consistência e a radicalização necessárias para enfrentar com êxito a organização reacionária.” (EDITORIAL, 1963a, p. 1). Em outras palavras, estavam falando de uma aglutinação política de centro em torno da figura do presidente João Goulart no enfrentamento ao partido da reação comandada pelo governador Carlos Lacerda.

Diante desse cenário político, sobraria ao povo que não desejasse ficar ao lado de ambas as figuras políticas a opção de “[...] encaminhar-se para organizações independentes, organizações partidárias ‘legais’ ou não.” (EDITORIAL, 1963a, p. 2). Essa nova etapa da vida política brasileira exigia, portanto, uma postura mais radical

dos setores progressistas, pois não poderiam ignorar a luta pelas reformas, mas ao mesmo tempo deveriam distinguir suas propostas daquelas soluções projetadas pelos demais grupos políticos conciliadores. (ALVES, 1963b).

Essa radicalização apresentada nas páginas da revista *Movimento* foi resultado dos desdobramentos políticos ocorridos ao longo dos anos de 1962 e 1963, pois, num primeiro momento, a campanha pelas reformas de base foi obstaculizada pelo sistema parlamentarista e a justificativa de que diante de tal governo o presidente João Goulart pouco poderia fazer. A Greve por 1/3 também não conseguiu concretizar seus objetivos apontando a necessidade de outras opções mais coletivas. Além disso, o retorno do presidencialismo e a plataforma inicial adotada pelo governo se revelou ineficiente na luta contra o imperialismo e o latifúndio na concepção da UNE, veiculada em seu impresso.

Como vimos, as lideranças progressistas, e aqui incluímos a equipe editorial do periódico *Movimento* e os dirigentes universitários, eram indivíduos socialmente privilegiados. Dessa maneira, por mais que criticassem o caráter oscilante da burguesia nacional diante de um projeto desenvolvimentista para o país, não conseguiriam transformar o seu programa de reformas na expressão concreta dos operários e camponeses, uma vez que para ocorrer tal circunstância esses sujeitos precisariam liderar tal luta.

A ordem do dia entre os anos de 1962 e 1963 era a ideia das reformas de base como sendo a solução para o desenvolvimento nacional de base capitalista. No caso da reforma universitária, a UNE confiava a um poder legislativo democrático e nacionalista a concretização dessa reforma. Essa forma de consciência advém da ideia liberal de que, numa sociedade civil, a maioria da população, ou seja, o povo é quem estabelece o governo com a função de zelar do bem comum e de agir conforme as leis instituídas.

A concepção liberal propõe que um corpo único expressa na vontade da maioria populacional seria capaz de impedir o abuso dos interesses individuais e proteger os direitos naturais. O poder legislativo, enquanto poder supremo na sociedade civil, “[...] deve governar por meio de leis estabelecidas e promulgadas, e se abster de modificá-las em casos particulares, a fim de que haja uma única regra para ricos e pobres, para o favorito da corte e o camponês que conduz o arado.” (LOCKE, [20--], p. 74).

Todavia, o “[...] Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes” (MARX, 1844, p. 7), e, como ordenamento da sociedade, desdobra-se da organização produtiva de cada época e espaço. No capitalismo, não há como existir um governo neutro, voltado para o atendimento das necessidades da maior parte da população constituída pela classe trabalhadora, considerando que o “[...] Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

Partindo desses pressupostos teóricos, observamos que a proposta de democratização da universidade, veiculada na revista *Movimento*, demonstra o comportamento limitado dos dirigentes estudantis na sociedade brasileira no período das agitações populares que marcaram os anos iniciais da década de 1960. Pois, a real causa da desigualdade educacional não era colocada em pauta e, dessa forma, outras razões sobressaíam, entre elas, a existência de um Estado Liberal.

Na época a UNE chegou a admitir que “[...] *numa sociedade de classes, a universidade é um instrumento cultural de domínio de uma classe por outra [...]*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962b, p. 5), o que leva a entender que uma reforma efetiva de transformação dessa realidade partiria de uma luta que emancipasse os indivíduos, suprimindo uma sociedade dividida em classes sociais. Porém, a entidade centralizava o problema na baixa representação política das classes populares e, conseqüentemente, na organização governamental vigente sustentada pela estrutura produtiva dominante.

Nas páginas da revista *Movimento*, as referências ao subdesenvolvimento aparecem predominantemente relacionadas às condições de exploração e submissão entre as nações imperialistas e as regiões dependentes. O explorado é a nação brasileira perante a potência imperialista e não o operário diante do dono da fábrica, ou o trabalhador rural na presença do proprietário da terra. Assim, não houve espaço para contestações ao modo de produção capitalista em si, até porque o pensamento progressista foi fruto de um contexto marcado pelo crescimento da industrialização e da urbanização, produtos do avanço das forças produtivas capitalistas.

O projeto revolucionário progressista da UNE visava libertar o país de um modelo econômico que impedia o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas

nacionais. Essa empreitada tinha como inimigo principal o imperialismo, em especial o imperialismo norte-americano que impedia o crescimento do mercado interno e a autonomia econômica e política do nosso território. Emancipar o Brasil e não os brasileiros era o objetivo do programa progressista de transformação social, logo a democratização da universidade defendida pela UNE, nas páginas do periódico *Movimento*, estava alinhada a esse propósito de caráter privado e por isso era incapaz de produzir efeitos concretos aos problemas reais da classe trabalhadora.

Além da educação, a revista também abordou outras temáticas sobre a sociedade brasileira e que, segundo a perspectiva progressista da UNE, precisavam ser expostas ao maior número de pessoas por apresentarem elementos que denunciavam o subdesenvolvimento nacional a ser superado. No sentido de trazer à tona as acepções mais debatidas na revista *Movimento*, no próximo capítulo, procuramos analisar a concepção de libertação nacional e de revolução brasileira, veiculada no impresso, a fim de identificar os limites e avanços desse pensamento na realização de mudanças estruturais da realidade do país.

3 A REALIDADE BRASILEIRA EXPRESSA NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO *MOVIMENTO*

A revista *Movimento* da UNE reuniu, em suas edições de 1962 e 1963, vários artigos de dirigentes estudantis, bem como de diferentes lideranças progressistas, como intelectuais do ISEB⁵⁶, militantes do PCB⁵⁷ e da AP⁵⁸, políticos da FPN⁵⁹ e agentes do governo⁶⁰ de João Goulart. Além da questão educacional, em suas páginas foram abordados temas sobre a sociedade brasileira, nos seus mais variados aspectos, a partir da crítica ao subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, apresentando os direcionamentos a serem tomados para enfrentar esse problema nacional.

O pensamento progressista não foi um produto acabado de determinados sujeitos vivendo isoladamente. Cada grupo construiu suas concepções sobre a realidade brasileira, conforme sua materialidade, porque os homens e seus valores são resultados da história e de uma relação produtiva socialmente determinada (MARX, 1983). Assim, na medida em que certos indivíduos e grupos foram conquistando condições de se posicionar no contexto democrático brasileiro, as ideias progressistas se fortaleceram enquanto representação popular e passaram a ser divulgadas em seus meios de comunicação.

⁵⁶ Na revista *Movimento* é perceptível a influência dos isebianos, seja por meio das contribuições textuais como as de Carlos Estevam Martins, Paulo de Castro, Ignácio Rangel e Wanderley Guilherme dos Santos, de propagandas de livros publicados pelos teóricos e até mesmo nas posições da UNE frente à luta anti-imperialista.

⁵⁷ O pensamento progressista da UNE também esteve associado às concepções do PCB que foi uma referência aos grupos de esquerda do país em diferentes momentos da República Brasileira. Dirigentes da UNE e os responsáveis pela produção do periódico *Movimento* ou eram simpatizantes ou militantes desse partido, e nessa revista encontramos textos dos comunistas Carlos Nelson Coutinho, Oduvaldo Vianna Filho, Ferreira Gullar, Carlos Diegues e Mario Alves.

⁵⁸ Entre os principais nomes da AP estavam o sociólogo Herbert José de Sousa e o padre Henrique Vaz, ambos com artigos publicados no periódico *Movimento*. Além dessas lideranças Vinícius Caldeira Brandt, presidente da UNE e membro da AP também teve textos publicados na revista.

⁵⁹ As teses da FPN resumidamente se concentravam em torno do estímulo à indústria nacional, uma política econômica externa mais independente e a defesa das riquezas naturais e culturais do país. Entre os políticos dessa frente nacionalista que tiveram suas ideias publicadas na revista *Movimento* estavam os deputados federais Sérgio Magalhães, José Neiva Moreira, Armando Temperani Pereira e Almino Afonso, este último assumiu, em 1963, o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os temas debatidos por eles no periódico progressista versaram sobre reformas de base, Congresso Operário-Estudantil-Camponês, revolução brasileira e política econômica governamental, respectivamente.

⁶⁰ Entre os membros do governo de João Goulart que publicaram na revista *Movimento* destacamos: Virgílio Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas), José Ermírio de Moraes (Ministro da Agricultura), Almino Afonso (Ministro do Trabalho e Previdência Social), Pedro Paulo de Araújo Suzano (Ministro da Marinha), Francisco Mangabeira (Diretor da Petrobrás), Dagoberto Rodrigues (Diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos) e Moacyr Monteiro Netto (Diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro).

Em relação à democratização da informação ao povo, a imprensa universitária procurava entender e expor os problemas nacionais, porque “[...] a preocupação dominadora é a mesma, sempre: *êsse problema cramado Brasil. Êsse problema social chamado Brasil. Essa cultura problemática chamada cultura brasileira. Essa desordem econômica chamada Brasil.*” (MOVIMENTO, 1962c, p. 2). A revista *Movimento* da UNE, portanto, tinha como propósito colaborar na politização dos estudantes universitários a fim de motivá-los na luta pela transformação do país.

Entre os setores políticos progressistas, alguns tiveram maior relação com a UNE devido à presença de seus princípios no periódico *Movimento* e, se suas ideias estavam presentes nesse impresso, era porque a entidade universitária comungava desse pensamento e desejava disseminá-lo aos universitários que era seu público direto. Dessa forma, *Movimento* “[...] *será uma revista que, abrangendo múltiplos assuntos e estando aberta a todos as matérias de possível interêsse para todos os leitores, deverá ser, por base, cultural.*” (EDITORIAL, 1962, p. 3).

Nas páginas dessa revista, encontramos de maneira enfática a denúncia do imperialismo e do latifúndio como obstáculos à libertação nacional. Foram várias as matérias que abordaram as consequências negativas desses dois elementos na economia, na política e na cultura do povo brasileiro. Enquanto força progressista, a UNE estabeleceu para *Movimento* uma linha política de disseminação do projeto revolucionário anti-imperialista e antilatifundiário, pois é “[...] *a imprensa, certamente, o veículo principal para empolgar a opinião pública, encaminhá-la [...] para os rumos desejados por quem as dirige.*” (BARRETO, 1963b, p. 6).

3.1 O ANTI-IMPERIALISMO E O ANTILATIFÚNDIO: CAMINHOS PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL

A ordem do dia, ou seja, a campanha central dos progressistas em 1962 e 1963 era a libertação nacional, uma luta democrática pelo desenvolvimento econômico de bases capitalistas e enfrentamento do imperialismo e do latifúndio. Dessa forma, a UNE veiculou, nas páginas da revista *Movimento*, matérias que propagassem a ideia de soberania econômica, combatendo a exploração do capital estrangeiro e a forma de organização produtiva nas regiões agrícolas.

A UNE passou a defender a nacionalização de empresas consideradas estratégicas para o crescimento econômico independente, uma vez que tal condição

favoreceria o nosso protagonismo mundial enquanto país capitalista. Um dos empreendimentos enaltecidos, nas páginas do *Movimento*, foi a Petrobrás, pois a estatização da produção de petróleo passou a representar a autodeterminação do povo brasileiro.

Petrobrás no Brasil significa independência, luta, vitória popular. Significa derrota das forças reacionárias, externas e internas. Significa afirmação da soberania nacional. É símbolo do binômio: povo-liberdade. Os estudantes, que sempre assumiram posição de vanguarda na luta de emancipação do povo, mais uma vez estão a postos em defesa do integral monopólio estatal do petróleo: monopólio da extração, refino e distribuição. (EDITORIAL, 1963c, capa).

Além da Petrobrás, outros setores industriais estatais também passaram a receber apoio da UNE, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Álcalis, criada em 1943. Segundo o relato do presidente dessa fábrica à revista *Movimento*, coronel Geraldo da Rocha Lima, a companhia estava enfrentando forte pressão de grupos externos e internos monopolizadores que desejavam liquidá-la e com a ajuda da mídia tentavam desprestigiar esse empreendimento nacional (ALCALIS..., 1962).

O título da reportagem, “Alcalis abre caminho para o progresso”, já induz o leitor ao entendimento de que quanto maior fosse o investimento estatal na companhia maior seria o progresso do país. Tal luta exigiria do povo “[...] *dissabores e sacrifícios que serão facilmente vencidos pela chama do nacionalismo puro, que defende o Brasil para os brasileiros*”, bem como “[...] *amor às causas nacionais, devoção ao trabalho, fiel cumprimento do dever, com justiça, honestidade e espírito de compreensão e de confiança na direção da Álcalis e no governo.*” (ALCALIS..., 1962, p. 31).

Nesse cenário de crescimento industrial o domínio estratégico de alguns setores produtivos era considerado fundamental ao desenvolvimento nacional, segundo a perspectiva das lideranças progressistas e, por isso, a política de encampação⁶¹ de empresas estrangeiras também foi veiculada nas páginas do *Movimento*, como sendo um exemplo de libertação do povo brasileiro. A matéria intitulada “Encampação: ato necessário”, procurou denunciar aos leitores a exploração do serviço telefônico no estado do Rio Grande do Sul pela International

⁶¹ A encampação é a desapropriação de empresas estrangeiras por meio de pagamento de indenização. A campanha pela encampação ganhou notoriedade durante o governo de João Goulart, fazendo parte das reivindicações de setores progressistas como a UNE.

Telegraph and Telephone Corporation, empresa de capital norte-americano que detinha 98% das ações da Companhia Telefônica Nacional naquela região.

A par de sua absoluta incapacidade em atender as necessidades, cada vez maiores, de ampliação dêste importante serviço público, embora contasse com constantes aumentos e elevações tarifárias, a Companhia Telefônica Nacional era veículo de evasão de nossos recursos, propiciando fabulosos dividendos ao capital explorador. (CERQUEIRA, 1962, p. 18).

A encampação dessa empresa, realizada pelo governador Leonel Brizola em 1962, foi exaltada pelo filósofo isebiano Wanderley Guilherme dos Santos⁶² como uma das lutas “[...] *pelos reformas necessárias à libertação do povo brasileiro* [...]” (SANTOS, 1962a, p. 26). Na época, a UNE chegou a publicar uma nota oficial em apoio ao “[...] *govêrno gaúcho quanto à encampação, fazendo notar que a medida fôra tomada em consonância com o interesse da população do Rio Grande* [...]” (CERQUEIRA, 1962, p. 18).

Outros empreendimentos estatais como o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., também foram apresentados na revista *Movimento* como sendo expressões do desenvolvimento nacional. No que diz respeito ao DCT, responsável pelos serviços de telecomunicações do país, o periódico procurou demonstrar a política nacionalista que estava sendo coordenada pelo seu diretor-geral, coronel Dagoberto Rodrigues.

Por meio de uma entrevista à equipe editorial da revista, o diretor do DCT apontou que o serviço da empresa era público e ao mesmo tempo deficitário, mas mesmo assim o Estado procurava mantê-lo visando o bem-estar da coletividade. O coronel Rodrigues utilizou a reportagem para tecer críticas às empresas estrangeiras por dominarem os setores altamente rentáveis, como o de telefonia e o Telex⁶³. Diante de tal situação, o dirigente sugeriu a seguinte diretriz:

[...] centralização de todos os meios de comunicação. O que só pode ser conseguido com eficácia, através da encampação das emprêsas estrangeiras e do aparelhamento do serviço nacional, para que possa

⁶² Nas duas matérias elaboradas pelo intelectual Wanderley Guilherme dos Santos, na revista *Movimento*, seu nome aparece sem o sobrenome “Santos” e em uma delas o primeiro nome está transcrito com a inicial diferente. Nesse estudo utilizaremos o seu nome completo.

⁶³ O Telex foi um sistema de comunicação disseminado no Brasil durante a década de 1960 que consistia na transmissão de mensagens escritas via linha telefônica, por meio de uma máquina elétrica.

manter a eficiência indispensável ao mesmo serviço. Só assim teremos condições de obter renda através do Telex e de outros serviços, de fazer exploração industrial, para financiar o deficit decorrente de outros serviços prestados com intuito de utilidade pública pelos correios e telégrafos. (DCT..., 1963, p. 40).

Na mesma edição da revista em que apareceu a reportagem do DCT, outra matéria em defesa da nacionalização de determinados setores produtivos brasileiros buscou relatar a falta de investimento na infraestrutura comercial marítima, em especial as condições em que se encontrava a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Com o título “É preciso nacionalizar o comércio marítimo”, o artigo registrou que “[...] *o comércio marítimo de um país, quando dominado por capitais alienígenas, termina por estrangular o desenvolvimento de qualquer nação importadora e exportadora.*” (É PRECISO..., 1963, p. 41).

As matérias publicadas na revista *Movimento*, que abordaram a temática da nacionalização de determinados setores produtivos,⁶⁴ tinham o propósito de politizar o público estudantil sobre a estrutura da produção brasileira no processo de industrialização. Além disso, procuraram apontar que a alternativa progressista para o desenvolvimento econômico nacional era o combate ao domínio do capital estrangeiro por meio de maiores investimentos estatais nos setores considerados estratégicos e fundamentais para a ampliação do mercado interno.

Embora a ideologia liberal defenda o princípio de livre ação do mercado na economia e, conseqüentemente, a mínima intervenção estatal nas relações produtivas, em determinadas circunstâncias históricas caberia ao Estado:

[...] o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade. (SMITH, 1996b, p. 170).

As matérias do periódico *Movimento* da UNE endossavam a ideia de que o Estado na qualidade de investidor financeiro teria um papel fundamental no desenvolvimento econômico nacional. Essa concepção não significava a eliminação da propriedade privada e das classes sociais, era na verdade uma visão liberal baseada na evolução das forças produtivas de base capitalista com o objetivo de

⁶⁴ Os setores produtivos destacados na revista *Movimento* (edições de 1962 e 1963) foram: petróleo, barrilha, energia elétrica, comunicação e comércio marítimo.

libertar o Brasil de “[...] *uma situação de subserviência e de estrangulamento* [...]”. (É PRECISO..., 1963, p. 41).

A presença do Estado na economia se altera a partir das condições históricas do capitalismo, às vezes, mais e às vezes menos atuante, mas jamais indiferente a ele. A história brasileira tem mostrado que, geralmente, o Estado é requisitado pela classe burguesa para salvaguardar a propriedade em momentos de crise econômica, ou em tempos de ampliação das forças produtivas, bem como para proteger a economia nacional de inimigos externos⁶⁵.

As ideias liberais não visam mudar o estado atual das coisas, ou seja, o modo de produção capitalista, elas podem até atrair para si, em determinadas condições históricas, alguns elementos aparentemente populares ou nacionais a fim de alterar algumas atividades, mas não o faz para emancipar o ser humano de toda e qualquer forma de exploração. O pensamento progressista veiculado na revista *Movimento* foi fruto das contradições do próprio sistema capitalista e acabou reproduzindo a sua concepção de sociedade.

O anti-imperialismo enquanto um dos pilares do pensamento progressista brasileiro não representava a extinção do capital estrangeiro no processo de crescimento produtivo. Alguns artigos publicados no impresso da UNE buscaram aprofundar esse tema a fim de conscientizar o estudante universitário sobre necessidade de regulamentação do investimento externo sem prejuízos à indústria nacional.

O economista José Clemente de Oliveira (1962, p. 14), em seu artigo “Capital Estrangeiro”, procurou apresentar a atuação do investimento externo em território brasileiro com o propósito de responder a seguinte problemática: “[...] *seria o capital estrangeiro indispensável ao desenvolvimento nacional?*”. Segundo o autor, o capital estrangeiro, ao se infiltrar em setores estratégicos, subordinava a nação brasileira exigindo favores governamentais e ocasionando a ridícula posição do Brasil de eterno explorado.

Essa situação de total liberdade atribuída ao capitalista estrangeiro estava prejudicando a ampliação dos empreendimentos nacionais devido à desleal

⁶⁵ Exemplos desses períodos, respectivamente foram: a crise mundial de 1929 que levou à crise do café ao seu ponto mais elevado; o crescimento do mercado interno com as duas guerras mundiais favorecendo o dinamismo da produção nacional, em especial o setor industrial; e finalmente as campanhas progressistas das décadas de 1950 e 1960 em prol da emancipação econômica e da luta anti-imperialista.

concorrência, uma vez que as empresas estrangeiras desfrutavam de maior estrutura e de poder financeiro. Além disso, Oliveira procurou denunciar outras formas de exploração do capital externo como juros, lucros, dividendos, royalties, know-how e até mesmo a inflação foi destacada como um meio de enriquecimento desse tipo de capital.

Para conter a exploração do capital estrangeiro e gerar no Brasil um determinado grau de desenvolvimento enquanto economia capitalista, o economista propôs “[...] *um crescimento econômico sempre maior do que o incremento vegetativo da população, a fim de que a renda per-capita cresça.*” (OLIVEIRA, J., 1962, p. 14). O mais importante naquele momento, na perspectiva do economista era ter consciência de que não poderíamos “[...] *pensar em crescer mais do que aqueles que tem a liderança mundial, pelo menos em curto prazo.*” (OLIVEIRA, J., 1962, p. 14).

A revista *Movimento*, ao publicar matérias sobre as principais problemáticas brasileiras, segundo o ponto de vista da UNE, não só explanava a situação, mas também apontava as alternativas de superação. No caso do artigo de Oliveira o crescimento econômico nacional dependeria de projetos políticos que controlassem a remessa de lucros, poupanças em bancos estrangeiros, financiamentos e empréstimos e, por isso, defendeu o projeto Celso Brant, destacando o item que regulamentava a remessa financeira para o exterior e a proibição aos bancos estrangeiros de receber depósitos nacionais.

A questão do capital estrangeiro também foi abordada pelo empresário e político do PTB, José Ermírio de Moraes, no artigo “Regulamentação de Lucros”. Por ser uma liderança empresarial, defendeu que “[...] *os industriais brasileiros em geral reconhecem a necessidade de investimentos estrangeiros na atual fase de desenvolvimento econômico.*” (MORAIS, 1962, p. 4), priorizando uma regulamentação que não destruísse a indústria nacional e que não afugentasse o financiamento externo.

Os empresários brasileiros, entre eles Moraes, exigiam uma política governamental que limitasse o capital estrangeiro na produção brasileira. Uma das propostas era a “[...] *criação de uma Comissão de Seleção de Investimentos do Ministério da Indústria e Comércio, com representantes da indústria, para julgar e selecionar propostas de investimento.*” (MORAIS, 1962, p. 4). Em síntese, a ideia

anunciada era disciplinar o capital externo em nosso país, empregando o critério da justiça para torná-lo útil ao crescimento econômico nacional.

A questão exposta pelo empresário foi uma das contradições do pensamento progressista veiculado na revista *Movimento*, pois a internacionalização do capital é um processo intrínseco ao modo de produção capitalista, logo os “[...] capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros [...]” (LÊNIN, 2011, p. 198). Portanto, a crença em um ordenamento jurídico justo e capaz de contribuir para que o capital externo verdadeiramente interessado em ter remuneração compensadora apoiasse o desenvolvimento nacional, não passa de uma concepção ilusória alimentada pela sociedade capitalista.

A regulamentação do capital estrangeiro no Brasil era uma solicitação dos grupos empresariais nacionais que enfrentavam a concorrência das empresas estrangeiras, considerada desleal. Acreditavam que, sem essa concorrência, as indústrias brasileiras poderiam expandir e atender o mercado interno, o que significava a ampliação de empreendimentos capitalistas em território brasileiro, porém não mais dominados pelo investimento externo.

O desenvolvimento industrial de base capitalista, visado pelo empresariado brasileiro, é uma ação considerada fundamental para o progresso do capitalismo e legitimado pelo liberalismo econômico por meio da teoria do crescimento econômico assim sintetizada:

[...] a demanda de assalariados necessariamente cresce com o aumento da renda e do capital de um país, não sendo possível o aumento sem isso. O aumento da renda e de capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto, naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre. (SMITH, 1996, p. 121).

A teoria do crescimento econômico legitima o modo de produção capitalista, admitindo a necessidade de expandir o fundo destinado à manutenção de mão de obra e ao desenvolvimento das forças produtivas para manter o ritmo de progresso e de riqueza da nação. Portanto, a ideologia liberal dissemina a ideia de que a acumulação de capital é imprescindível para evitar a regressão do país, exteriorizada nas condições de falência, salários miseráveis, desemprego, fome e mendicância.

Enquanto um canal de disseminação das ideias progressistas comungadas pela UNE, o impresso *Movimento* procurou informar aos seus leitores as reivindicações dos setores políticos nacionalistas, bem como as ações governamentais sobre essas pautas. Em relação à regulamentação do capital estrangeiro, um mês após a promulgação da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, (BRASIL, 1962), a revista publicou o artigo intitulado “A lei de remessa de lucros”. A intenção do autor foi apresentada da seguinte maneira:

Procuramos apresentar o projeto, comparando-o com o substitutivo Celso Brant. Evitamos entrar em considerações a respeito das vantagens e desvantagens da aplicação do capital estrangeiro em nosso País. Este fato, bastante discutido nos últimos tempos, merece uma nova discussão, já agora, partindo da legislação em vigor. Para permitir esta discussão que se faz necessária e urgente, é preciso que o projeto (agora lei) seja amplamente conhecido. É esta a razão deste trabalho. (CALLOU, 1962, p. 12).

Uma das funções do impresso *Movimento* era tornar amplamente conhecida, pelo menos entre o público estudantil universitário, as pautas consideradas fundamentais ao desenvolvimento econômico do país. Essa postura de comunicação das ideias progressistas era imprescindível naquele momento de luta contra as forças políticas consideradas reacionárias, uma vez que a grande imprensa brasileira estava ligada a grupos econômicos poderosos.

É essa poderosa arma que, hoje, no Brasil, está caindo sob o domínio dos mais inconfessáveis interesses na luta contra a emancipação do povo brasileiro. Já agora, a liberdade de imprensa está sendo aniquilada e os reacionários tratam de se reagrupar primeiro em torno dos donos de jornais para, depois, liquidar o que de democrata resta no país. (BARRETO, 1963b, p. 6).

Conscientes da capacidade da imprensa escrita de formar uma opinião pública, a UNE fez uso da revista *Movimento* para propagar as ideias e as campanhas progressistas, consideradas a autêntica luta pela libertação do povo brasileiro que, como vimos, expressava concretamente a libertação econômica do Brasil, visto que acreditavam na possibilidade de um capitalismo nacional e independente capaz de promover o bem geral da população. Por meio de reportagens, matérias, reproduções de contos e peças teatrais, o periódico enfatizou o papel de exploração do imperialismo, em especial o estadunidense, no intuito de que os universitários tivessem uma postura diferente do personagem José da peça

“Não tem imperialismo no Brasil”⁶⁶ de Augusto Boal, reproduzida nas páginas do *Movimento*.

A crítica ao imperialismo, no sentido de defender o desenvolvimento do capitalismo nacional, é uma contradição do pensamento progressista da UNE, pois essa entidade acreditava na possibilidade de um capitalismo brasileiro sem vinculação direta com a dimensão mundial dessa forma de organização produtiva. Mas, o imperialismo é uma etapa superior do capitalismo, uma fase monopolista derivada do desenvolvimento do poder de troca das mercadorias, seja interno ou externo, praticado pelos países. (LÊNIN, 2011). Logo, imperialismo e capitalismo são originários da apropriação privada dos meios de produção e o primeiro é consequência inerente do segundo. Nesse sentido, o pensamento progressista de caráter liberal não consegue atacar o modo de produção capitalista que causa a concentração de capital.

Além da luta anti-imperialista, outra transformação a ser realizada no Brasil, para o seu desenvolvimento econômico nacional, era uma reforma fundiária, pois *“na sociedade brasileira a terra é apropriada em percentagem elevada por um grupo minoritário: a burguesia latifundiária que impõe através desta posse e de sua ideologia justificadora desta dominação sobre uma maioria de camponeses.”* (UNIÃO NACIONAL..., 1962a, p. 24).

A crítica à estrutura latifundiária nacional partiu de vários setores formados por industriais, intelectuais, partidos políticos e movimentos sociais organizados e, por isso, esteve presente nas páginas do *Movimento*, apesar de ter sido menos problematizada do que a questão do imperialismo. Para esses setores que vivenciavam o crescimento do parque industrial, a urbanização, o incremento da infraestrutura energética e de transporte, a inovação do setor agrário também era imprescindível para o desenvolvimento do país.

Mas o progresso nas relações do campo, visado pelos setores nacionalistas, esbarrava nas condições materiais existentes na zona rural do Brasil, decorrentes de duas formas de dominação advindas da posse monopolizada da terra:

⁶⁶ Na peça há três personagens: Tio Sam, João e José e a discussão gira em torno de se há imperialismo no Brasil. José afirma não existir imperialismo no Brasil e mantém essa postura até mesmo quando chega a ficar nu ao final da peça, pois Tio Sam ao cobrar tudo que consome lhe arranca até a sua última vestimenta que era feita de linho irlandês. (BOAL, 1962).

1) poder econômico: decidir sobre os salários, os preços, a utilização e distribuição dos bens agrícolas, os mecanismos e instituições de financiamentos, créditos e comercialização. 2) poder político: através de sua participação direta no Estado brasileiro, no executivo, no legislativo, no judiciário, etc. utilizando-o através da política de investimentos e créditos executada por seus órgãos, de legislação garantindo-lhes determinados direitos, de justiça que mantém, e faz cumprir os direitos assegurados pelo legislativo representativo de seus interesses mais 'sagrados'. (UNIÃO NACIONAL..., 1962a, p. 24).

Em relação ao poder econômico exercido pelo proprietário de terra, esse domínio acabava geralmente favorecendo seus interesses. Um dos exemplos disso diz respeito às relações de trabalho no campo, pois os trabalhadores dessa região, ao contrário dos trabalhadores urbanos da indústria e do comércio, não foram contemplados na Consolidação das Leis do Trabalho regulamentada em 1943. Desse modo, até o ano de 1963 quando foi decretado o Estatuto do Trabalhador Rural, os trabalhadores do campo enfrentavam dificuldades para se organizarem politicamente e não possuíam uma legislação que garantisse um mínimo de direitos trabalhistas.

A legislação social e previdenciária dos trabalhadores rurais esbarrava num congresso constituído, sobretudo, por uma forte bancada ruralista. Assim sendo, esses trabalhadores estavam subordinados aos interesses privados locais e setoriais dos grandes proprietários, embora essas condições não tenham impedido que, na década de 1950, crescesse a mobilização pela regulamentação dos direitos sociais e pela reforma agrária⁶⁷.

Mas é preciso salientar que, no sistema capitalista, independente dos direitos legalmente constituídos, na prática, os trabalhadores sempre estarão em desvantagem em relação aos donos dos meios de produção, conforme a exposição liberal de Smith (1996a, p. 119) acerca da remuneração do trabalho:

Os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si para levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los. Não é difícil prever qual das duas partes, normalmente, leva vantagem na disputa e no poder de forçar a outra a concordar com as suas próprias cláusulas. Os patrões, por serem menos numerosos, podem associar-se com maior facilidade; além disso, a lei autoriza ou pelo menos não os proíbe, ao passo que para os trabalhadores ela proíbe. Não há leis do Parlamento que proíbam os patrões de combinar uma redução dos salários; muitas são, porém, as leis do Parlamento que proíbem associações para

⁶⁷ Foi nesse período, por exemplo, que surgiram dois movimentos significativos na luta camponesa, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954) e as Ligas Camponesas (1955).

aumentar os salários. Em todas essas disputas, o empresário tem capacidade para agüentar por muito mais tempo.

Além das condições citadas, a classe trabalhadora rural brasileira também possuía uma alta defasagem de alfabetização e por isso “[...] *a zona rural é um celeiro não somente de produtos agrícolas, mas também, e principalmente, de analfabetos e semianalfabetos.*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 12). Essa realidade, segundo a UNE, estava primeiramente relacionada ao fator “[...] *social, oriundo da forma de produção utilizada no campo estritamente ligado a um determinado tipo de propriedade da terra – o latifúndio.*” (UNIÃO NACIONAL..., 1962e, p. 12).

Diante dessa conjuntura, favorável ao progresso econômico nacional de base capitalista, a UNE atacava diretamente o sistema latifundiário como responsável pelo subdesenvolvimento existente no campo e, conseqüentemente, de toda a nação e advogava uma série de reformas no setor rural a fim de concretizar a democratização econômica, social, política e cultural em nosso país. Entre essas reformas, a revista *Movimento* publicou uma proposta de reforma agrária⁶⁸ elaborada pela União Estadual dos Estudantes (UEE) de Goiás, representada naquele período pelo seu presidente, o estudante de engenharia, Uassy Gomes da Silva, que também integrava a AP.

O projeto apresentado consistia na organização da propriedade rural em forma de Cooperativa Agrícola (C.A.) localizada em áreas tecnicamente estudadas que contaria com uma infraestrutura técnica e assistencial mantida pelo governo. Entre os serviços assistenciais estava a oferta de escolarização respeitando as peculiaridades regionais e produtivas iniciando assim “[...] *os filhos dos lavradores para uma Escola de Iniciação Agrícola e, posteriormente, Escolas Agro-Técnicas, de Agronomia e Veterinária.*” (GOIÁS, 1962, p. 2).

Sobre a propriedade da terra, cada família teria direito a cinco alqueires, tendo inicialmente o “[...] *‘título provisório’ da terra, devendo obedecer aos quesitos estipulados pela C.A. Ao final de três anos, ser-lhe-á dado o título de posse*

⁶⁸ A pauta da reforma agrária não foi contemplada na revista *Movimento* como outras pautas progressistas, sendo uma questão pouco debatida no periódico. Segundo o comitê central do PCB, os camponeses constituíam a massa mais numerosa da nação, porém a sua organização política era pouco expressiva (PARTIDO..., 1958 Apêndice EM DEFESA..., 2000), e talvez isso tenha contribuído para que o tema da reforma agrária fosse pouco abordado na revista *Movimento*. Porém, essa constatação é um diagnóstico que merece maior aprofundamento teórico.

definitivo.” (GOIÁS, 1962, p. 2). O projeto ainda definia que a C.A. seria administrada por um colegiado formado por um lavrador eleito pelas famílias que constituíam a cooperativa, um representante da União e outro do governo estadual.

O projeto de reforma agrária da UEE de Goiás possuía elementos liberais, conforme exposto acima. Primeiramente, devido à proposta de educação aos filhos da classe trabalhadora, uma vez que a escolarização procurava atender as necessidades da produção capitalista e não tinha como objetivo a abolição das relações burguesas. Assim, alguns filhos de lavradores poderiam ser alfabetizados e até se tornariam técnicos na área agrônômica e veterinária, mas ainda continuariam sendo membros da classe trabalhadora e explorados pelos donos do capital.

Outro ponto do projeto, em que é possível identificar o princípio liberal que sustenta a racionalidade burguesa, é a questão da posse particular da terra, visto que o título definitivo da propriedade de cinco alqueires seria emitido ao lavrador após três anos de trabalho junto à cooperativa. Dessa forma, o governo estava garantindo o domínio privado da terra ao lavrador, pois a “[...] *área seria desapropriada pelo Estado sendo paga com a venda de apólices da dívida ativa do Estado, acrescido dos juros exigidos por lei.*” (GOIÁS, 1962, p. 2).

A apropriação privada da terra, na qualidade de alicerce do modo de produção capitalista, gera para os trabalhadores efeitos negativos, pois esses indivíduos deixam de desfrutar integralmente do fruto de seu trabalho, enquanto que, para os proprietários de terras, é positiva em razão de conseguirem por meio do trabalho alheio de seus empregados acumular capital (SMITH, 1996a). Desse modo, a propriedade privada divide os seres humanos em classes sociais antagônicas, a classe dos donos dos meios de produção e a classe dos que só possuem a sua força de trabalho para vender.

A ampliação da propriedade privada ocasiona, portanto, mais concentração de renda por uma minoria de indivíduos e mais exploração e miséria para a maioria populacional. Os dirigentes estudantis, em sua maioria, não pertencentes à classe camponesa e vinculados ideologicamente às concepções dominantes burguesas acabaram produzindo projetos de reformas ilusórias, ou seja, impossíveis de serem materializadas para os fins de justiça social na qual se inspiravam. Logo, a ideia de reforma agrária de cunho progressista, veiculada na revista *Movimento*, estava em harmonia com a ideologia liberal burguesa na preservação do sistema produtivo capitalista.

Embora, a revista *Movimento* tenha disseminado a ideia de que era preciso liquidar o latifúndio, por meio de reformas que ampliassem as pequenas propriedades para promover o desenvolvimento econômico nacional, o artigo do economista Ignácio Rangel expôs uma concepção mais realista sobre o destino da organização produtiva agrícola brasileira. Para o intelectual, de fortes influências isebianas e cepalinas⁶⁹, o Brasil estava vivenciando, em 1963, uma crise econômica e social, fruto de mudanças nas relações produtivas.

A crise presente suscitará, como tem acontecido, em condições semelhantes, o aparecimento de alguma pequena propriedade agrícola, mas é improvável que jamais essa forma de propriedade venha a ser característica do Brasil.

*A mudança em perspectiva na agricultura não consistirá nisso, mas na **institucionalização** das relações capitalistas que estão surgindo no campo, a saber: aplicação aos trabalhadores agrícolas **já em regime de salariado**, do direito trabalhista estabelecido, **mutatis mutandis**; destruição dos oligopólios comercializadores de bens agrícolas, que exercem verdadeira ditadura tanto sobre os produtos rurais, como sobre os consumidores urbanos. (RANGEL, 1963, p. 9, grifos do autor).*

Na concepção do economista, o capitalismo industrial em pleno desenvolvimento no Brasil não conseguiria destituir a hegemonia da estrutura fundiária baseada nas grandes propriedades rurais e as mudanças se concentrariam nas relações de trabalho e na comercialização dos produtos agrícolas. Essa interpretação estava condizente com a realidade material da organização produtiva rural, conforme os dados levantados no Anuário Estatístico do Brasil.

Ao analisarmos o recenseamento do número de estabelecimentos agropecuários no país, em 1950 e 1960, constatamos que, apesar da industrialização brasileira ter crescido consideravelmente ao longo da década de 1950 e a inovação tecnológica tenha sido implementada em alguns setores produtivos agrícolas, o sistema de latifúndio ainda prevalecia na zona rural. As informações sintetizadas no Quadro 7, demonstram que, nas maiores áreas territoriais, havia em 1950 um número pequeno de estabelecimentos agropecuários, algo comum quando analisamos o Quadro 8 que faz referência à década de 1960.

⁶⁹ O termo “cepalina” se refere à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em 1948 com sede em Santiago do Chile. A CEPAL foi um importante centro de ideias para pensar o desenvolvimento dos países de economia periférica e dependentes, colaborando para o projeto nacional-desenvolvimentista no Brasil.

Quadro 7 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 1950 no Brasil

Área Territorial (ha*)	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área (ha)
Menos de 10	711.249	34,46%	3.033.299	1,30%
De 10 a menos de 100	1.052.109	50,97%	35.601.623	15,23%
De 100 a menos de 1.000	268.150	12,99%	75.563.939	32,33%
De 1.000 a menos de 10.000	31.053	1,50%	73.261.522	31,35%
10.000 e mais	1.653	0,08%	46.245.091	19,79%
TOTAL	2.064.214	100%	233.705.474	100%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO... ,1955). Adaptado pela autora.

*Área territorial medida em hectares.

Quadro 8 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 1960 no Brasil

Área Territorial (ha*)	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área (ha)
Menos de 10	1.499.545	44,77%	5.923.077	2,23%
De 10 a menos de 100	1.494.548	44,62%	47.697.859	17,97%
De 100 a menos de 1.000	315.119	9,41%	86.291.939	32,51%
De 1.000 a menos de 10.000	31.175	0,93%	72.794.549	27,42%
10.000 e mais	1.710	0,05%	52.743.376	19,87%
TOTAL	3.342.097	100%	265.450.800	100%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO... ,1963). Adaptado pela autora.

*Área territorial medida em hectares.

Ao compararmos os dados do Quadro 7 e 8 percebemos um crescimento na quantidade de estabelecimentos agropecuários entre 1950 e 1960 em todas as áreas territoriais. Mas, quando contrastamos o número de estabelecimentos com a área total em porcentagem, identificamos que nas maiores extensões ocorreu uma queda do número de estabelecimentos. Essa constatação aponta que, apesar do aumento das áreas cultivadas - produtividade agrícola -, a concentração fundiária brasileira se manteve ao longo do processo de industrialização entre os anos de 1950 e 1960.

O monopólio da terra e de outros setores produtivos se apresenta aparentemente em divergência à livre concorrência do mercado, pois o liberalismo econômico propaga a ideia de que o domínio exclusivo impede a marcha natural da movimentação econômica, prejudicando o bem-estar geral da sociedade (SMITH, 1996a). Porém, a centralização dos capitais é imanente à produção capitalista e entre seus desdobramentos está o aumento da miséria e da exploração da classe trabalhadora. (MARX, 2013).

Portanto, a ideia progressista de eliminação do latifúndio, presente nas páginas do *Movimento*, não se concretizaria porque, ao mesmo tempo em que a UNE criticava o monopólio das áreas de produção agrícola, a entidade universitária defendia um desenvolvimento econômico nacional de base capitalista. Logo, aquilo que combatia era o desdobramento daquilo que buscava preservar.

O posicionamento ideológico das lideranças estudantis universitárias se fez presente em seu meio de comunicação impresso e foi fruto do seu comportamento material. Naquela época, essa elite cultural vivenciava o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil e confiava que o progresso econômico do Brasil atingisse de forma universal todas as classes sociais. Porém, no capitalismo, a apropriação privada dos meios de produção e o acúmulo de capital acarretam a ampliação da pobreza, uma vez que nesse sistema a riqueza tem origem na exploração do trabalho.

Desta forma, a industrialização de base capitalista não garante à totalidade da população uma ascensão de seu padrão de vida e o desenvolvimento do ser humano em todos seus sentidos. No máximo, se a classe operária trabalhar duro, pode viver momentaneamente de forma suportável e obter “[...] um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável.” (ENGELS, 2010, p. 116).

3.2 A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A FRENTE ÚNICA

A UNE procurou utilizar a revista *Movimento* como um canal de comunicação do pensamento progressista brasileiro e atuar revolucionariamente no processo de libertação nacional, “[...] a fim de informar o que a imprensa oficial escamoteia, dizer o que a imprensa oficial esconde [...]” (MOVIMENTO, 1962c, p. 2). Segundo seus editores, a função do periódico era dizer a verdade e a verdade era mostrar que o Brasil vivenciava, no início da década de 1960, uma fase pré-revolucionária.

Cabe, aqui, fazer referência ao atual estágio da luta estudantil e às perspectivas do movimento universitário. Vivemos, hoje e aqui, uma fase pré-revolucionária do processo brasileiro. As contradições brasileiras estão aí, complexas, a exigirem solução, superação, progresso. Cabe aos estudantes participarem do momento presente, lutar, alcançar vitórias. (BRANDT, 1962, p. 27).

Uma das formas de participação da UNE nesse período de intensas contradições sociais foi divulgar, por meio do impresso *Movimento*, ao público estudantil universitário a existência de um processo revolucionário brasileiro em curso no país. Além da própria entidade universitária e de seu presidente nacional, outras lideranças progressistas como intelectuais, dirigentes partidários e representantes políticos produziram artigos sobre a revolução brasileira e o papel da Frente Única nesse contexto.

Em março de 1962, durante a abertura da exposição Semana de Cuba⁷⁰, na sede da UNE, algumas lideranças de movimentos sociais brasileiros se posicionaram a favor do processo revolucionário cubano, pois ele expressava a soberania dos povos latino-americanos. O professor da Universidade do Maranhão, Padre Alipio Freitas⁷¹, ao dirigir as palavras aos participantes do evento declarou “[...] *Cuba fez a sua revolução. Nós faremos a nossa.*” (CUBA, 1962, p. 2).

Na visão progressista da UNE, a revolução brasileira caminhava para uma fase radical em que a agitação da luta de classes se tornava cada vez mais intensa, porém, naqueles primeiros anos de 1960 era preciso que as forças populares, independentes de seus interesses particulares, se unissem em torno da campanha anti-imperialista. Dessa forma:

*É possível inferir de nossa realidade que a contradição de classes torna-se mais e mais aguda, mas impossível não compreender que ela só poderá ser efetivamente superada, com a superação dos entraves espoliadores da dominação externa. É possível inferir que a revolução brasileira caminha para um termo radical, mas impossível não compreender que a primeira tarefa revolucionária é **converter em internas as contradições brasileiras**, suprimindo, inicialmente, a espoliação imperialista, sejam quais forem os métodos adotados para tanto. (UNIÃO NACIONAL..., 1962c, p. 29, grifo do autor).*

Para os dirigentes estudantis universitários, a superação das contradições de classe só poderia ser efetivada após a supressão da exploração imperialista. Esse pensamento estava diretamente relacionado ao “[...] *papel da burguesia nas condições atuais, quer dizer, quando a luta anti-imperialista está sendo conduzida sob sua hegemonia.*” (SANTOS, 1962b, p. 36, grifo do autor). Logo, ao

⁷⁰ A exposição Semana de Cuba foi inaugurada dia 21 de março de 1962 e contou com o patrocínio do CPC, da UNE e de lideranças políticas e partidárias, intelectuais e representantes da imprensa. O evento era sobre o Ano de Educação e as Artes Plásticas em Cuba. (CUBA, 1962).

⁷¹ Padre Alipio Freitas era militante das Ligas Camponesas na região do Maranhão e foi preso em 1962 por suas ações políticas em favor dos camponeses. Sobre sua prisão ver nota publicada na revista *Movimento* sob o título “Prisão do Padre Alipio”. (INFORME, 1962b).

liderar o processo revolucionário, enquanto classe dominante de um regime capitalista, a burguesia nacional não era capaz de priorizar a superação das contradições de classe, porque isso representaria sua autocondenação.

Diferentemente de Cuba em que o processo revolucionário teve como meta a implementação imediata do socialismo, no Brasil, alguns setores políticos como o PCB e a AP até chegaram a propor essa forma de organização social para a solução dos problemas nacionais, porém, como conquista posterior ao aniquilamento do imperialismo. A UNE, liderada por três presidentes da AP no período de 1961 a 1964, chegou a publicar na revista *Movimento* um texto do militante comunista Carlos Nelson Coutinho no qual destacou que a revolução brasileira:

[...] não visa de imediato a extinção da propriedade privada (e das formas de exploração do trabalho que a ela se ligam) [...] Entretanto, em seu aspecto dialético, projetando para um futuro já bem palpável, esta revolução deverá se resolver cada vez mais em soluções socialistas, e como tal eliminar, inteiramente, estas formas de exploração social e econômica que são as do capitalismo. Nesta perspectiva socialista, aliás, reside a integral resolução dos problemas do Homem brasileiro, e como tal deve estar inclusa na luta, que é também a do universitário, por uma sociedade mais justa e mais humana. (COUTINHO, 1962, p. 25).

Em outra edição do *Movimento*, uma das maiores lideranças do PCB também se pronunciou em relação ao processo revolucionário brasileiro e à atuação dos comunistas⁷² naquele contexto. Para Luiz Carlos Prestes:

Tendo como objetivo pragmático final o estabelecimento do socialismo, os comunistas brasileiros lutam por um governo que assegure a plena emancipação econômica do país, a eliminação da estrutura agrária atrasada, a ampliação das liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares, bem como uma política externa independente. Estão certos de que estas transformações constituem etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo. (SILVA; CASTRO; GUIMARÃES, 1962, p. 5).

Embora o socialismo tenha sido meta de determinados grupos políticos de esquerda durante as agitações sociais ocorridas no governo de João Goulart, a UNE procurou demonstrar que esse projeto não era aceito universalmente pelos estudantes universitários. Essa constatação ficou visível quando a entidade universitária, ao se pronunciar em relação ao bloqueio econômico dos EUA à Cuba

⁷² No que diz respeito aos princípios marxistas assimilados pelos comunistas, vale lembrar que no Brasil ocorreu uma assimilação entre os princípios do marxismo e do positivismo, causando uma confusão conceitual da teoria de revolução no interior do partido. (DEL ROIO, 2007).

na seção de informes da revista *Movimento*, disse o que era “[...] *preciso dizer, e o dizemos claramente, que a parcela do povo brasileiro que são os seus estudantes, mesmo no caso em que não aceitem o socialismo, não admitem o que ora se faz contra Cuba.*” (INFORME, 1962a, p. 1, grifo nosso).

No interior da UNE havia várias facções políticas de esquerda⁷³, em 1962, e, por isso, a existência de grupos partidários ao socialismo e outros contrários. Mas, a função do impresso *Movimento*, no contexto das reformas de base, era unir as forças populares numa Frente Única contra o imperialismo e o latifúndio, maiores inimigos do povo brasileiro, segundo os setores progressistas. Nesse sentido, a revista buscou homogeneizar seu discurso em torno de um projeto revolucionário anti-imperialista e antilatifundiário pela via democrática.

Esse posicionamento da UNE teve forte influência do PCB, até porque estudantes membros ou simpatizantes desse partido faziam parte da cúpula administrativa da entidade universitária. Para os comunistas, era “[...] na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país.” (PARTIDO..., 1958 Apêndice EM DEFESA..., 2000, p. 519).

A prioridade da luta pelo crescimento econômico nacional permitiu a difusão pelos comunistas da tese de uma aliança proletário-burguesa apesar dos interesses de classe contraditórios. Afirmavam que, embora “[...] explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista”. (PARTIDO..., 1958 Apêndice EM DEFESA..., 2000, p. 524-525).

A aliança entre burguesia nacional e proletariado deveria ser dirigida por esse último, por ser considerada a única classe capaz de manter a solidez política da Frente Única e radicalizar as reformas de base. No entanto, o que a história presenciou, ao longo das campanhas progressistas, foi a liderança da burguesia nacional, principalmente nas formulações das teses progressistas, fato que mereceu algumas reflexões publicadas na revista *Movimento* no sentido de identificar as contradições da revolução brasileira.

⁷³ Entre essas facções destacamos a JUC, a AP, a Juventude Comunista, a Política Operária, além de estudantes independentes. (SANFELICE, 2008).

Em 1963, Mário Alves que militava no PCB e posteriormente se transferiu para o Partido Comunista do Brasil (PC do B)⁷⁴ por contestar a tese de aliança entre burguesia e operariado, publicou dois textos no impresso *Movimento* sobre os limites da burguesia nacional na Frente Única. No artigo “Reforma e Revolução”, o autor procurou tranquilizar as forças revolucionárias do Brasil sobre a participação delas na campanha das reformas de base, pois, embora fossem consideradas por ele como soluções parciais:

[...] a luta pelas reformas, travada de modo acertado, pode acelerar o processo da revolução. Essa luta torna possível desferir golpes no imperialismo e nos setores retrógrados, aprofundar as contradições em curso, acumular forças revolucionárias no decorrer dos combates parciais, modificar o poderio relativo das forças em conflito e criar condições para as transformações radicais. (ALVES, 1963b, p. 6).

A campanha pelas reformas de base não expressaria a revolução brasileira do ponto de vista da classe trabalhadora, mas como elas eram ditadas por questões objetivas e estavam na ordem do dia não poderiam ser negadas pelas forças revolucionárias que precisariam utilizá-las para abrir caminho às transformações radicais. Uma das maiores preocupações apresentada pelo jornalista e militante comunista, Mário Alves, aos leitores da revista *Movimento*, era a hegemonia da classe burguesa na luta anti-imperialista e antilatifundiária em curso no país.

A burguesia nacional foi apresentada por Mário Alves (1963b) como a classe vacilante da Frente Única e, dessa forma, seus projetos não expressavam as reformas efetivas exigidas pelas forças mais consequentes da frente nacionalista e democrática – operários e camponeses. Além disso, por não terem como meta final as reformas de base, as forças revolucionárias deveriam participar desse movimento e se manifestar sobre as propostas, bem como formular seus próprios projetos de transformação a fim de demarcar território político.

Em outro artigo, “Frente Única e a Burguesia Nacional”, Mário Alves ampliou o conceito de forças revolucionárias, acrescentando ao lado dos operários e camponeses as camadas médias urbanas, passando a denominá-las de forças básicas da Frente Única. Nesse texto, o autor reafirmou o caráter conciliador da burguesia nacional e sua incapacidade “[...] de romper com o sistema imperialista,

⁷⁴ Militantes descontentes com o projeto revolucionário do PCB fundaram em 1962 o PC do B, pois avaliaram que esse projeto não correspondia aos verdadeiros interesses do proletariado e se guiava pela lógica burguesa capitalista. (EM DEFESA..., 2000).

porque a êle se vincula pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e teme o avanço do socialismo.” (ALVES, 1963a, p. 30).

Como o objetivo do periódico *Movimento* da UNE era disseminar as ideias progressistas e esclarecer aos universitários as principais contradições que envolviam a revolução brasileira, a revista publicou, além dos dois artigos de Mário Alves, outros dois artigos, que seguem a mesma temática, do intelectual isebiano Wanderley Guilherme dos Santos⁷⁵.

No artigo “A Direita no Brasil”, Santos procurou destacar que em 1962, ano das eleições para o Congresso Nacional, havia no campo político duas posições fundamentais em relação à estrutura econômica brasileira vigente, “[...] *de um lado, a esquerda – a qual propõe a transformação dêsses dados básicos – e, de outro, a direita – preocupada com sanar os desequilíbrios mais visíveis e inconvenientes do sistema sem, todavia, alterar-lhe os fundamentos.*” (SANTOS, 1962a, p. 27). A fim de manter inalterada a base econômica atrelada ao imperialismo e ao latifúndio, a direita teria como propósito esvaziar o conteúdo revolucionário das reformas de base e ao mesmo tempo levantar a bandeira do anticomunismo para fragmentar a formação da Frente Única.

Mas foi no texto “Fatos Sôbre Limitação Fundamental da Burguesia” que Santos apresentou os limites da atuação revolucionária da burguesia brasileira, uma vez que essa classe não poderia reconhecer o imperialismo como fenômeno objetivo. E a razão disso seria decorrente:

“[...] do fato de que uma crítica radical do imperialismo envolve simultânea discussão da validade contemporânea do capitalismo como sistema social. Criticar o imperialismo, como fenômeno objetivo, é questionar sôbre sua origem, na qual se encontra o próprio capitalismo, já que o imperialismo nada mais significa que o fruto do desenvolvimento do capitalismo, êle mesmo, quando se dá a fusão do capital industrial com o capital bancário.” (SANTOS, 1962b, p. 37-38).

Para o filósofo do ISEB, a burguesia nacional estava assumindo papel hegemônico no processo revolucionário e, por isso, era preciso que as forças

⁷⁵ O intelectual Wanderley Guilherme dos Santos, em seu livro “Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil”, 1964, teceu várias críticas à ideologia nacional-desenvolvimentista definindo-a como ideologia da classe dominante e por esse motivo seu pensamento não se enquadrava às concepções predominantes dos primeiros anos do ISEB. (TOLEDO, 1997). Além dessa obra, o filósofo publicou em 1962 o quinto volume da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, intitulado “Quem Dará o Golpe no Brasil”, refletindo sobre as contradições políticas do período.

básicas da Frente Única ficassem atentas, competindo a elas “[...] *empolgar a liderança do processo histórico brasileiro e, com fundamento nesta alteração substancial do poder político, determinar a estratégia para uma luta conseqüente e definitiva contra a espoliação estrangeira.*” (SANTOS, 1962b, p. 38).

Os artigos do comunista Mário Alves e do isebiano Wanderley Guilherme dos Santos, publicados no *Movimento*, tiveram a intencionalidade de politizar o público universitário sobre a importância do papel de vanguarda da classe trabalhadora no processo revolucionário brasileiro. Porém, conforme os próprios dados apresentados nas edições desse impresso, naquele momento histórico, os operários e os camponeses se encontravam limitados materialmente para assumir tal função.

Uma das condições materiais que impedia as camadas mais populares de assumirem a liderança política na Frente Única era o alto índice de analfabetismo que atingia essas camadas, no Brasil, nos anos iniciais da década de 1960. Desse modo, a maioria dos operários e camponeses não participavam das eleições e ficavam subordinados a um Parlamento majoritariamente burguês, além do mais, sem escolarização, eles não poderiam atingir um nível cultural que oportunizasse conhecer a realidade brasileira e as causas dos problemas sociais que os atingiam.

Outro fator restritivo é intrínseco à organização produtiva capitalista e as relações nela existente. Nesse sistema, as pessoas com poucos recursos financeiros e que só possuem a força de trabalho para vender precisam desde muito cedo trabalhar e dispõem de pouco tempo para dedicar à sua formação intelectual e, quando estão em suas atividades produtivas, essas são tão simples e cansativas que desestimulam o seu desenvolvimento mental e seus interesses por outras atividades sociais. (SMITH, 1996b).

Em síntese, a grande massa trabalhadora, analfabeta e explorada pela burguesia, não possuía o tempo e os recursos necessários à sua formação política e precisaria ser mobilizada pelos setores médios urbanos da Frente Única. Mas, para que essa mobilização promovesse a mudança de comando do processo revolucionário para as mãos do proletariado, era preciso que até mesmos esses setores médios não perdessem a consciência de que:

A classe operária, como a classe mais revolucionária da sociedade, é a força mais conseqüente da frente nacionalista e democrática. Ela está

interessada em profundas transformações de caráter anti-imperialista e anti-latifundiário, que abram caminho para o socialismo. (ALVES, 1963a, p. 30).

O pensamento progressista da UNE, veiculado na revista *Movimento*, transmitia uma ideia difícil de ser concretizada naquele momento histórico brasileiro, visto que as forças verdadeiramente revolucionárias, segundo a concepção dos comunistas, não conseguiriam assumir a vanguarda da revolução brasileira, dada as suas condições objetivas. Essa forma de consciência provinha de sujeitos socialmente elitizados, pelo grau de escolaridade e conhecimento cultural que possuíam, logo, suas teorias expressavam os limites do seu respectivo comportamento material.

Embora a UNE tenha sido classificada como uma entidade de perfil comunista pelos grupos políticos de direita⁷⁶, seu projeto de revolução disseminado na revista *Movimento* não possuía como objetivos imediatos “[...] a constituição do proletariado como classe, a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado.” (MARX; ENGELS, 2012, p. 59). A revolução comunista, defendida pelos filósofos Marx e Engels, tinha como princípio a supressão da propriedade burguesa, ou seja, da propriedade privada, questão essa que não apareceu vinculada à crítica ao imperialismo e ao latifúndio nas páginas do *Movimento*.

Além disso, a revolução comunista, diferente da revolução brasileira em curso no país, nos anos iniciais da década de 1960, é liderada pelo proletariado, pois,

se, na luta contra a burguesia, o proletariado, por necessidade, se une numa classe, torna-se a classe dominante por meio de uma revolução e, como classe dominante, se vale de seu poder para abolir as velhas relações de produção, com isso ele abole também as condições para a existência do antagonismo de classes, abole as próprias classes e, desse modo, sua própria dominação como classe. (MARX; ENGELS, 2012, p. 69).

A partir do conceito marxista de revolução comunista, observamos que o processo revolucionário brasileiro não possuía como meta a abolição do antagonismo de classes, uma vez que as forças revolucionárias que constituíam o povo reuniam grupos sociais distintos e esses grupos não foram apresentados como

⁷⁶ Entre os grupos políticos, destacamos a UDN e o IPES que utilizaram a imprensa para emitir a ideia de que a UNE era uma entidade comunista.

classe proletária, demonstrando que o objetivo principal naquele momento era a manutenção da organização produtiva capitalista. Na consciência progressista, comungada pela UNE, havia a crença de que a novidade revolucionária estava na substituição da minoria pela maioria expressa no povo:

O novo no processo político, está justamente em que a classe dominante minoritária, ou a associação de classes dominantes minoritárias – no caso, principalmente latifundiários e parte da alta burguesia – não será substituída por uma nova classe dominante minoritária, mas por todo o conjunto que compreende o **povo**. Isto é: não será possível à parte da burguesia que se integra no **povo** realizar a revolução com o apoio de todo o **povo** e, conquistado o poder, alijar o restante do povo da participação nele. (SODRÉ, 1962, p. 39, grifos do autor).

No impresso *Movimento*, algumas publicações, conforme analisamos, até trouxeram à tona os limites da burguesia nacional na luta contra o imperialismo e a importância de elevar a classe operária como a vanguarda revolucionária, porém o discurso concentrou seus esforços na convergência das forças populares para o enfrentamento de um inimigo em comum. Desse modo, a constituição da Frente Única era o fator mais importante a ser realizado pelos setores progressistas naquela etapa da revolução brasileira e, por isso, esse assunto foi extremamente difundido pela revista da UNE.

*Para realizar um programa econômico que liberte efetivamente a sociedade brasileira da dominação a que está submetida, torna-se clara e imperiosa a necessidade de união por parte de todas as forças interessadas em dar aos problemas as soluções que favoreçam ao povo. E é mais claro ainda que quem estiver verdadeiramente empenhado em concretizar tais soluções não haverá de discriminar, entre aquelas forças, quais as que podem ou devam participar da luta, pois esta é e será cada vez mais árdua exigindo a participação de todos, em todos os momentos. **Politicamente, o que se coloca na ordem do dia para os setores progressistas é a maior arregimentação de forças possível**, do que depende fundamentalmente a obtenção daquelas medidas realmente favoráveis ao povo.* (SANTOS, 1962a, p. 26, grifo nosso).

Era unânime, na consciência dos autores que publicaram textos na revista *Movimento*, a heterogeneidade dos setores que constituíam a Frente Única, mas essas particularidades não deveriam ser colocadas em pauta naquela etapa da revolução brasileira devido ao seu caráter anti-imperialista e antilatifundiário. Naquele momento, portanto, era necessário “[...] *mobilizar para esta luta tôdas as forças interessadas na emancipação e no progresso do país.*” (ALVES, 1963b, p. 29).

A Frente Única foi projetada, segundo os setores progressistas, a partir dos fatores objetivos decorrentes das contradições brasileiras que se aguçavam no início da década de 1960. No sentido de reunir o maior número de setores populares na luta pela libertação econômica do país, a UNE utilizou a revista *Movimento* para propagar essa ideia e estimular a participação da base estudantil universitária nos movimentos nacionalistas e democráticos e envolvê-la nas ações de conscientização política das massas.

Nas páginas do periódico *Movimento*, encontramos relatos em que estudantes presenciaram a aliança de forças contra o imperialismo, como, por exemplo, o debate ocorrido no estaleiro de Mocanguê entre os operários e o diretor da Lloyd “[...] tendo êsse afirmado que precisávamos estar unidos, pois êle havia <puxado o rabo do leão> (as companhias estrangeiras de navegação) e o bicho era bravo.” (É PRECISO..., 1963, p. 42). Nessa reportagem, a UNE procurou demonstrar que a união entre os operários e os dirigentes de uma companhia estatal era fundamental para enfrentar o imperialismo e defender a economia nacional.

A revista também procurou mostrar o amadurecimento político das diversas forças populares e sua aglutinação em torno de um projeto revolucionário. A intenção era mostrar ao leitor que o Brasil vivenciava novos tempos de mobilização social pelas reformas estruturais e que os estudantes também faziam parte desse processo, ao lado de outros setores da sociedade.

*A consciência das **lideranças sindicais** cresce...as **lideranças políticas** autênticas...descobrem a imprescindibilidade da ideologia comum...os **movimentos estudantis** começam a abandonar a fase romântica e improdutiva das agitações distantes do povo e se integram na vanguarda revolucionária...o **campesinato** dá os primeiros passos na senda organizativa...os **militares**...descobrem também que em nome de nenhum falso princípio poderão empregar as armas que do povo recebem contra o próprio povo [...] os **empregados**, os **funcionários**, os **intelectuais progressistas**, os **liberais** próximos do povo [...] também se engajam no grande exército da redenção nacional que se está a constituir inapelavelmente. (PEREIRA, 1963, p. 25, grifos nosso).*

Para Temperani Pereira, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e membro da FPN, a campanha das reformas de base teria reunido forças populares que vivenciavam em 1963 uma nova fase de organização política. Embora, em ritmo moderado a arregimentação revolucionária do povo levaria à guerra pela libertação nacional com a expulsão do imperialismo e, dessa forma, o “[...] *nosso povo*

propiciará ao mundo assistir ao canto do cisne do último sistema mundial de exploração de povo e nacionalidades.” (PEREIRA, 1963, p. 25).

Outro representante político que se colocou favorável à união de forças para combater a dominação exercida sobre o país pelo imperialismo norte-americano foi o deputado estadual da Guanabara, Paulo Alberto Monteiro de Barros. Durante uma palestra realizada a convite do Centro Acadêmico José do Patrocínio da Faculdade de Direito de Campos, o deputado do PTB destacou:

Daí a necessidade de uma união geral, condição de vitória, de todos os que se interessam por uma revolução autêntica, que entregue o Brasil aos brasileiros – união que se traduz, hoje, pela chamada <frente única>, aglutinação das forças sociais progressistas e interessadas na libertação do país. (MOVIMENTO, 1962b, p. 3).

Os políticos e progressistas participavam de eventos promovidos pela UNE e tiveram espaço na revista *Movimento* para a propagação de suas ideias nacionalistas e democráticas. Para os setores progressistas a Frente Única tinha uma importância histórica no curso da revolução brasileira, pois somente essa união de forças populares transformaria o sistema de governo e ascenderia o povo ao poder. Dessa maneira:

Um governo nacionalista e democrático deve ser a expressão da frente única no Poder. Do ponto de vista tático, o objetivo principal das forças que lutam pela emancipação e o progresso, é a realização de reformas de estrutura e a formação de um governo capaz de leva-las à prática. Consideramos que este governo pode ser constituído nos quadros do atual regime. Deverá ser um governo de coalizão, que represente as forças integrantes da frente única. (ALVES, 1963a, p. 31).

A partir das publicações veiculadas na revista *Movimento* percebemos que durante o governo de João Goulart e a campanha pelas reformas de base, havia por parte dos setores progressistas, entre eles a UNE, o entendimento da necessidade da formação de uma Frente Única para constituir um Estado nacionalista e democrático. Na concepção dos progressistas, era esse governo de coalização de forças que promoveria as reformas estruturais que emanciparia o Brasil e o colocaria no caminho do progresso.

A ideia da formação de um governo de expressão popular demonstra que a revolução brasileira, nos quadros daquele contexto histórico, deveria ocorrer por meios pacíficos e legais, formulação tática defendida pelo próprio PCB e comungada

por várias agremiações políticas progressistas no Brasil no início de 1960. Não há, por exemplo, no impresso *Movimento* referências de luta popular armada ou do uso da violência contra o governo brasileiro, revelando que, apesar da heterogeneidade do movimento estudantil em termos ideológicos, havia predominância da perspectiva revolucionária democrática.

Nesse sentido, a UNE procurou disseminar, por meio de sua revista que a luta revolucionária da qual os universitários tinham o compromisso de participar teria que ser uma luta pela via democrática. Nas páginas do *Movimento*, foram veiculadas diversas ações que expressavam essa posição política como: fomento à imprensa universitária com intuito de divulgar as teses progressistas; criação de campanhas de alfabetização e educação popular, formação de CPCs; apoio ao processo eleitoral; organização de eventos em solidariedade à Cuba; formulação de projetos de reforma agrária; realização de greve; promoção de eventos em prol de reformas na educação; apoio à edição de livros sobre os problemas nacionais.

Além de textos sobre a atuação da UNE enquanto setor da Frente Única e artigos sobre o papel dessa frente no processo revolucionário, a revista *Movimento* também produziu duas matérias sobre países latino-americanos com destaque para a atuação de uma frente popular anti-imperialista. Numa das matérias Jacobo Arbenz⁷⁷, ex-presidente da Guatemala, descreveu quem eram as forças que conduziram a revolução anti-imperialista em seu país.

Em meu país o processo revolucionário é obra de uma ampla frente democrática constituída pelos partidos legais e ilegalizados que representam o operariado, o campesinato, setores da pequena e da grande burguesia. Desta frente única participa todo o povo embora dentro dela as forças mais decisivas sejam representadas pelo movimento operário, estudantil e campones. (ESTEVAM, 1962, p. 23).

A constituição e o papel da frente popular democrática guatemalteca eram bem parecidos com a Frente Única brasileira, bem como o objetivo de ambas coalisões. Apesar de admitir que, em alguns países, havia a possibilidade de uma

⁷⁷ Jacobo Arbenz, presidente da Guatemala entre 1950 e 1954, propôs um projeto político econômico voltado ao crescimento do capitalismo na Guatemala a partir de reformas estruturais como a desapropriação de terras estrangeiras e a nacionalização de recursos naturais. Por sua postura progressista foi deposto por um golpe de estado com apoio dos EUA. A reportagem publicada na revista *Movimento* foi cedida por Arbenz em Cuba ao intelectual isebiano Carlos Estevam em janeiro de 1962. Sobre a aliança da burguesia com os comunistas na Guatemala no período do governo de Jacobo Arbenz ver o subcapítulo “Guatemala: a autocrítica dos comunistas” na obra “O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais”, organizada por Michael Löwy.

libertação nacional pela via pacífica, o entrevistado salientou que, na Guatemala, a revolução ocorreria pela luta armada, uma vez que as forças revolucionárias “[...] *já tentaram explorar tôdas as formas de democracia que se possa imaginar [...]*”. (ESTEVAM, 1962, p. 24).

Numa outra matéria, a reportagem também destacou a opção pela luta armada das FALN na Venezuela, porque o governo de Rómulo Betancourt teria fechado “[...] *o caminho e tôda e qualquer solução pacífica e o povo em vez de cruzar os braços, o que fêz foi tomar o fuzil e seguir na direção das montanhas.*” (OLIVA, 1963, p. 20). A FALN era formada por estudantes, camponeses, operários, profissionais liberais e militares, ou seja, representantes da população venezuelana descontentes com a exploração imperialista no país.

As duas matérias sobre o processo revolucionário anti-imperialista na América Latina, apontaram que a opção pela luta armada ocorreu devido ao posicionamento do próprio governo dos países que impossibilitaram as ações populares pelo caminho democrático. No caso do Brasil, em 1963, o regime presidencialista deu maiores esperanças de uma revolução anti-imperialista pacífica à UNE e, nas publicações da revista *Movimento*, desse mesmo período, a entidade universitária procurou disseminar a ideia de que, apesar da inclinação de João Goulart ao conservadorismo, o governo estava sendo pressionado cada vez mais pela aglutinação de forças progressistas.

Nas quatro edições do impresso *Movimento* do ano de 1963, encontramos três artigos⁷⁸ sobre o movimento sindical brasileiro, apontando a sua evolução política e sua atuação no contexto revolucionário dos anos iniciais de 1960. A intenção dos textos era mostrar o papel relevante dos trabalhadores sindicalizados na Frente Única.

Os trabalhadores depositam grande esperança na Frente de Mobilização Popular. Entendemos que no momento atual para que a luta do povo seja vitoriosa é fundamental que a Frente única, ou seja, a unidade de tôdas as forças comprometidas com esta luta, seja conseguida. Neste sentido, a

⁷⁸ O artigo “Um pouco de história do sindicalismo brasileiro” de Jorge Miglioli resgatou a história do movimento sindical no contexto do movimento operário nas primeiras décadas do século XX. (MIGLIOLI, 1963). O texto “A evolução das lutas sindicais” de Alberto Barreto destacou as lutas operárias no decorrer dos 110 anos de movimento operário no Brasil. (BARRETO, 1963a). A reportagem “O Movimento Sindical hoje” de Lucíola Silva Lima abordou o amadurecimento do movimento sindical e suas lutas no início de 1960 sob o olhar do dirigente sindical Luis Viegas da Mota Lima. (LIMA, 1963).

Frente de Mobilização Popular é a possibilidade de dar organicidade e unidade maiores à Frente Única. (LIMA, 1963, p. 12).

A revista *Movimento* procurava publicar matérias no sentido de incentivar a união das classes populares para a libertação econômica do país e utilizava para isso dados e fatos presentes na sociedade brasileira. Em relação à mobilização sindical, a UNE estava expressando um acontecimento real, porque o processo acelerado de industrialização⁷⁹ em nosso país, na segunda metade do século XX, provocou seu resultado mais imediato, ou seja, o aumento da classe proletária, a “[...] classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento.” (ENGELS, 1982, p. 2).

O movimento sindical brasileiro integra o movimento operário que por sua vez está diretamente relacionado com o crescimento industrial. Em contrapartida, o aumento do número de trabalhadores faz com que esses indivíduos, almejando melhorar as suas condições de trabalho e promover atividades de seus interesses, passem a se organizar em sindicatos. No Brasil, conforme o quadro a seguir, percebemos uma expansão dessa forma de organização política no período democrático entre 1945 e 1964.

Quadro 9 - Número de sindicatos por categoria no Brasil

	1945	1950	1960	1964
Empregados	872	1075	1608	1948
Profissionais Liberais	68	87	116	120

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO..., 1955 e 1962). Adaptado pela autora.

A existência da democracia no Brasil, a campanha do plebiscito em 1963, as agitações em torno das reformas de base e a bandeira da Frente Única fez do início da década de 1960 “[...] *um momento adequado à sindicalização* (UNIÃO NACIONAL..., 1962g, p. 15). Nesse contexto, a UNE procurou veicular a integração do movimento sindical no processo revolucionário anti-imperialista e antilatifundiário, pois os trabalhadores compreenderam “[...] *que a luta pela solução dos seus problemas específicos é a luta pela solução dos problemas de todo o povo; solução esta que, por sua vez, está diretamente vinculada às soluções apresentadas para a resolução dos problemas nacionais.*” (LIMA, 1963, p. 10).

⁷⁹ Em 1957, o setor industrial possuía o maior número de trabalhadores sindicalizados, por isso a região leste do Brasil era o local de maior concentração. (UNIÃO NACIONAL..., 1962g).

Outro setor social considerado estratégico para fortalecer a Frente Única era o militar e, por isso, a adesão dos sargentos foi concebida pela UNE como um fato novo no movimento de libertação da pátria brasileira. Na última edição da revista *Movimento*, em maio de 1963, foi publicado o “Documento dos Sargentos” em que a corporação expõe a sua participação ao lado do povo pelas reformas que transformaria o Brasil em uma grande potência.

[...] queremos nos congratular com a união dos trabalhadores, estudantes e parlamentares progressistas e dizer a êstes homens que nós, sargentos, acompanhamos de perto o trabalho de esclarecimento que vem sendo feito ao povo, fruto do destemor patriótico das forças que compõe esta união.
(INFORME, 1963, p. 4).

A revista *Movimento*, enquanto canal de divulgação do pensamento progressista da UNE, procurou fortalecer a ideia da existência de uma Frente Única, composta por diferentes setores sociais e comprometida com a luta anti-imperialista e antilatifundiária pela via democrática. Embora, alguns textos tenham abordado o papel hesitante de setores como a burguesia nacional e apresentado exemplos de países que optaram pela luta armada, de maneira geral, o periódico expressou a concepção dominante na entidade universitária fundamentada na revolução pacífica.

A revolução brasileira, naquele momento histórico brasileiro, anos de 1962 e 1963, foi concebida pela UNE como uma luta contra o maior inimigo da nação – o imperialismo e seus agentes internos – e sendo um problema nacional era também um problema popular, pois atingia negativamente todos os setores sociais que dependiam diretamente do desenvolvimento do mercado econômico interno. Portanto, não houve espaço na revista *Movimento* para análises das particularidades de classes ou das contradições do sistema capitalista e da democracia burguesa.

As ideias veiculadas no impresso *Movimento* ocultaram elementos que poderiam dificultar a unidade de setores populares cujas diferenças são determinadas pelo modo de produção capitalista. Além do mais, a revista universalizou a ideia de que a única luta apropriada naquelas condições históricas do Brasil era a luta anti-imperialista e antilatifundiária, fazendo prevalecer a preservação das forças produtivas capitalistas no território brasileiro e reproduzindo a racionalidade liberal.

As propostas de transformações estruturais defendidas pela UNE e disseminadas em seu periódico careciam de uma análise crítica mais radical da

sociedade burguesa o que levou a entidade universitária a fixar-se num projeto de nação, cujas relações de produção e de trabalho continuariam acarretando antagonismos de classes. O projeto revolucionário veiculado nas páginas do *Movimento* era contraditório porque os universitários, em sua posição social, não possuíam os elementos necessários para radicalizar o movimento revolucionário e compreenderem que é na emancipação política da classe trabalhadora que está “[...] encerrada a emancipação humana universal.” (MARX, 2008, p. 89).

Portanto, durante os anos iniciais de 1960, a UNE não colocou como bandeira principal de suas campanhas denominadas revolucionárias a eliminação do capitalismo para concretizar o desenvolvimento nacional. E, neste sentido, é preciso destacar que as limitações eram materiais, pois, majoritariamente os estudantes do ensino superior no Brasil, nessa época, representavam uma parcela minúscula comparada à população total e também em relação aos alfabetizados, devido suas origens sociais mais abastadas se comparadas aos filhos de trabalhadores rurais e urbanos.

Os pressupostos marxistas, ao caracterizar o processo revolucionário, apontam a existência de dois tipos de revolução. A revolução parcial ou política, em que uma parte da sociedade civil se emancipa e alcança o domínio universal e a revolução radical, cujo propósito seria a emancipação humana universal sem interesses particulares de classe. Marx apresentou essa distinção da seguinte forma:

O sonho utópico da Alemanha não é a revolução **radical**, a emancipação **humana universal**, mas a revolução parcial, **meramente política**, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução parcial, meramente política? No fato de que uma **parte da sociedade civil** se emancipa e alcança o domínio **universal**; que uma determinada classe, a partir da sua **situação particular**, realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe, portanto, por exemplo, de que ela possua ou possa facilmente adquirir dinheiro e cultura. (MARX, 2010, p. 154, grifos do autor).

A revolução parcial foi considerada utópica por Marx, porque não tinha como propósito a extinção das bases que originavam e estimulavam a divisão da sociedade em classes antagônicas, apesar das reformas provocadas. Ao contrário, a revolução radical, também denominada de emancipação humana universal, promoveria o aniquilamento dessas bases e, conseqüentemente, a supressão desse tipo de sociedade.

Com base nessa concepção, percebemos que as forças progressistas brasileiras, entre elas a UNE, ao valorizarem os interesses burgueses de fortalecimento do capitalismo nacional e se afastarem dos verdadeiros grillhões da sociedade brasileira, colaboraram para a manutenção do capitalismo e do liberalismo, impossibilitando, dessa maneira, a superação das contradições econômicas. Portanto, seu projeto revolucionário pode ser concebido como político, pois a situação particular que obstruía seus interesses eram o imperialismo e latifúndio e, desse modo, procuraram entusiasmar as massas e ser reconhecida como seu representante na luta democrática pelo desenvolvimento nacional.

Compreendendo que a revolução radical consiste na emancipação humana universal, inferimos que o projeto de revolução, presente nas páginas do impresso estudantil *Movimento*, possuía forte influência ideológica burguesa e restringiu-se ao campo político. A afirmativa procede da constatação de que, em vários artigos da revista, os autores centralizaram as causas das problemáticas brasileiras no imperialismo e na estrutura latifundiária e não em suas causas concretas, ou seja, a existência do modo de produção capitalista e suas contradições, o que colaborou para a manutenção dos pilares desse sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo intitulado “O pensamento progressista na revista *Movimento* da União Nacional dos Estudantes (1962-1963)” teve como objetivo geral analisar o pensamento progressista da UNE e sua disseminação pela imprensa estudantil nos anos iniciais da década de 1960, a partir das condições materiais da sociedade brasileira. A proposta procurou defender a tese de que o pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento* da UNE, possuía princípios liberais e foi fruto das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente no Brasil no início da década de 1960.

O estudo empregou a revista *Movimento* como fonte primária para a análise das ideias progressistas da UNE e, por isso, vincula-se a área da História da Educação pela Imprensa Universitária. Entendemos que esse periódico permitiu conhecer a forma de consciência política de uma entidade representativa dos estudantes do ensino superior brasileiro num determinado momento histórico do Brasil e, dessa forma, justificamos sua relevância como vestígio para os historiadores da educação.

Os seres humanos, ao produzirem seus meios de sobrevivência, constroem também sua forma de consciência, ou seja, valores, princípios e crenças acerca do mundo em que vivem. As ideias, portanto, são frutos da vida material humana e são indispensáveis aos indivíduos em suas ações sociais, elas não possuem existência própria e, por isso, precisam ser captadas na totalidade das relações sociais de uma determinada estrutura e conjuntura histórica.

Verificamos que a ideologia está diretamente vinculada com a realidade concreta dos indivíduos, uma vez que esses sujeitos, ao se relacionarem com a natureza, consigo mesmo e com outras pessoas vão produzindo representações acerca de suas ações e das diversas dimensões que compõe a sociedade. Com isso, as formas de consciência, sendo elas reais ou ilusórias, são elementos vitais à humanidade e, por esse motivo, colaboram para entender a história dos homens.

As ideias, na qualidade de “[...] formulações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Sendo a consciência o resultado da postura do sujeito numa dada

realidade, a contradição presente na forma de pensamento é a própria contradição contida na vida material do ser consciente.

O pensamento é uma síntese de múltiplas determinações, não sendo algo em si, isolado e constituído de abstrações e sim uma expressão das ações humanas no curso de um processo objetivo e contraditório em que há tensões de interesses sociais, mas, ao mesmo tempo, unidade entre os sujeitos coletivos com graus diferentes de consciência. Assim, quando Marx e Engels (2007) nos apontaram que, para examinar a história dos homens, é preciso levar em consideração que a ideologia é apenas uma das faces dessa história, estavam desvelando o caráter material da ideologia, isto é, sua natureza teórica e prática.

A ideologia como um *corpus* de representações tem a função de fixar o que e como devemos pensar; universalizar os interesses particulares de determinados grupos como forma de exercer a hegemonia; e, por fim, ocultar sua própria origem fundada no antagonismo das classes (CHAUI, 2016). A ideologia é típica de uma sociedade dividida em classes, porque aqueles que dominam o poder têm uma concepção diversa dos que anseiam chegar a essa posição e cada um procura legitimar seu discurso como verdade absoluta.

Na sociedade capitalista, as distintas formas de consciência advêm do fato de os sujeitos coletivos pensarem a realidade a partir de sua posição, enquanto classe, frente ao seu papel social em determinadas condições impostas e suas mediações com outras classes. Também precisamos considerar que, apesar da principal contradição de classe no capitalismo estar concentrada na burguesia e no proletariado, existem sujeitos que não são donos dos meios de produção, porém, possuem condições privilegiadas na sociedade capitalista quando comparados aos proletários e, por isso, são diretamente influenciados pela ideologia liberal dominante.

As contradições do modo de produção capitalista, no Brasil, a partir da década de 1930 até 1964, contribuíram diretamente para o desenvolvimento de uma forma de pensamento denominada progressista. A realidade material que fez florescer essa consciência esteve marcada pela dominação do capitalismo externo no setor industrial nacional, principalmente o norte-americano; o monopólio da terra por latifundiários ligados aos interesses capitalistas internacionais; um Estado sem representatividade popular, devido à alta taxa de analfabetos em idade eleitoral; uma política externa alinhada aos projetos do bloco capitalista liberal, liderado pelos EUA

durante a Guerra Fria; a referência do PCB como liderança de esquerda e a defesa da revolução pacífica e a da aliança com a burguesia nacional; a propagação da ideologia nacional-desenvolvimentista pelo ISEB e, finalmente, a mobilização política ainda incipiente no caso dos operários e estritamente reduzida em relação aos camponeses.

A partir das condições materiais elencadas, as forças progressistas passaram a defender a tese de libertação nacional que, naquela etapa histórica, significava o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro com maior autonomia em relação à política econômica externa. Enquanto integrantes da FPB, a UNE procurou utilizar vários mecanismos para difundir seu pensamento progressista na busca por fortalecer o processo revolucionário democrático, anti-imperialista e antilatifundiário. Considerando isso, o periódico *Movimento* foi reestruturado para ser um canal desse projeto emancipatório e atuar revolucionariamente no movimento estudantil, segundo suas lideranças.

Na época da reedição do *Movimento*, havia uma intensa mobilização na imprensa universitária no Brasil, eram jornais e revistas elaborados por estudantes para estudantes e para o público em geral. *Movimento* ressurgiu para ser uma revista de base cultural, para informar sobre os múltiplos assuntos relacionados às problemáticas nacionais, a partir da perspectiva progressista da UNE. Foram onze edições entre março de 1962 e maio de 1963 e nelas se discutiu economia, política, cultura e educação, tendo como pano de fundo a crítica ao imperialismo, ao latifúndio e a defesa da democracia.

A revista *Movimento*, enquanto expressão ideológica da UNE, procurou ser um canal de comunicação dos setores intelectuais progressistas e, por meio das reportagens e matérias, pudemos conhecer a concepção acerca da realidade brasileira da entidade universitária, responsável pela publicação. Nos anos de 1962 e 1963, estava em pauta entre as forças progressistas a ideia de desenvolvimento nacional que expressava naquele momento histórico o progresso econômico de base capitalista, com ênfase na autonomia do mercado.

As publicações produzidas por *Movimento* denunciavam os entraves externos e internos ao desenvolvimento da nação, sendo o primeiro a livre circulação do capital estrangeiro no país, que favorecia a exploração imperialista e o estrangulamento dos empreendimentos nacionais, e o segundo obstáculo representado pelo sistema agrário latifundiário. Esses dois elementos foram

concebidos como formas de monopólio que dificultavam a livre iniciativa daqueles que defendiam os interesses nacionais, ou seja, os interesses dos brasileiros.

A teoria do progresso econômico, idealizada pela UNE e veiculada na sua revista, estava diretamente relacionada à expansão industrial no país e suas consequências mais imediatas, como o aumento da população proletária urbana. A ascensão das classes populares, no processo de mobilização política, contribuiu para pensar um Brasil com maiores eleitores, com maior nível cultural e com uma maior distribuição produtiva e aquisitiva.

A crença no progresso sob bases capitalistas, difundida pelo impresso *Movimento*, revela a influência da ideologia liberal nesse pensamento, pois o liberalismo legitima o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas para o bem geral do país e de sua população. Assim, a UNE não foi capaz de produzir uma crítica radical do modo de produção vigente, porque, ao preservar o capitalismo, conserva-se o antagonismo de classes e a desigualdade social e cultural.

Segundo a mentalidade progressista da UNE, as reformas estruturais – agrária, tributária, eleitoral e educacional - deveriam ser realizadas por um Estado Democrático Popular, representante das necessidades das massas populares. As publicações revelaram que a planificação era considerada a única forma para superar a dominação de classe naquele período, logo caberia ao Estado direcionar as políticas nacionalistas e desenvolvimentistas.

Uma das contradições desse pensamento é o fato de a UNE acreditar na possibilidade de um Estado nacionalista e democrático responsável pela construção de reformas que beneficiariam as massas populares nas suas mais variadas necessidades, sem estabelecer críticas à organização produtiva capitalista que cria um Estado que garante os interesses da minoria burguesa. A contradição dessa ideia provém do próprio comportamento material dos dirigentes universitários dos anos iniciais da década de 1960, já que constituíam uma minúscula parte da sociedade culturalmente privilegiada por ter acesso ao ensino superior e aos conhecimentos científicos e, por isso, estavam distantes da realidade concreta das classes trabalhadoras.

A revista *Movimento* tinha como intuito alcançar o grande público, todavia, analisando o seu número de tiragens e os espaços de circulação do periódico, acreditamos que os leitores eram, na sua maioria, dirigentes e lideranças estudantis, além de intelectuais e artistas que colaboravam nas campanhas políticas da UNE.

Nas edições com maior número de exemplares, o impresso chegou a produzir uma quantidade que representava 10% do total de estudantes matriculados nos cursos de graduação, em 1962.

O periódico *Movimento* teve um papel importante na politização da base estudantil que geralmente não tinha acesso direto às discussões e deliberações dos seminários promovidos pela UNE, bem como suas teorias e ações no campo progressista. No sentido de levar ao estudante a proposta de reforma educacional definida nas assembleias universitárias, o impresso se tornou um mecanismo ideológico com o intuito de sustentar as reivindicações do movimento estudantil.

Como a UNE era a entidade representativa dos estudantes do ensino superior brasileiro, o tema da educação foi abordado nas páginas do *Movimento*. Porém, a questão se concentrou em dois assuntos considerados os mais relevantes na época, sendo eles o analfabetismo e a reforma universitária. As duas problemáticas educacionais se tornaram as principais bandeiras das atividades promovidas pela entidade universitária no âmbito educacional, durante os anos de 1962 e 1963, e, por isso, precisavam ser politizadas entre os estudantes.

A alfabetização foi concebida pela UNE como sendo de extrema importância para a elevação do nível cultural da sociedade brasileira e, sobretudo, para a ampliação da democracia, uma vez que os analfabetos, naquele momento, não tinham o direito ao voto. A revista *Movimento* publicou matérias que evidenciavam a defasagem educacional entre as classes trabalhadoras, principalmente entre os trabalhadores do campo que, por estarem subordinados ao sistema latifundiário, sofriam com a carência escolar.

A UNE não acreditava que o congresso político brasileiro, na época, fosse mudar a constituição possibilitando que os analfabetos votassem. Por isso, a entidade universitária defendeu uma campanha de alfabetização em massa sob a vanguarda do movimento estudantil, por vir demonstrando, ao longo de sua existência, um compromisso com as lutas nacionais e democráticas. Como as reformas deveriam ser realizadas pela via pacífica e o Estado seria o promotor de tais transformações, o impresso *Movimento* difundiu a ideia de que, somente com a participação das massas populares nas eleições, era possível a construção de um Estado Democrático Popular que, como vimos, foi uma visão contraditória da função estatal no modo de produção capitalista.

No que diz respeito à reforma universitária, as publicações do *Movimento* buscaram apresentar a estrutura da universidade, indicando a relação de dominação nela existente por parte dos professores catedráticos e de grupos econômicos estrangeiros, bem como apontar a elitização do ensino superior e sua indiferença quanto às demandas populares. O pensamento progressista da UNE era marcado fortemente pelo princípio liberal da harmonia de poderes e, por esse motivo, a ideia de cogoverno, mais conhecida como a luta por 1/3, seria o primeiro passo para a democratização da universidade.

O debate da democratização da universidade foi acompanhado pelo debate do papel da universidade e da cultura num país subdesenvolvido, explorado pelas potências econômicas estrangeiras. Dessa forma, segundo as ideias veiculadas na revista *Movimento*, bastaria o Brasil se emancipar dessa dominação imperialista e derrotar seus inimigos externos e internos para que a reforma universitária fosse concretizada, possibilitando o acesso às massas populares e uma maior aproximação da academia com as exigências produtivas em expansão.

As reformas educacionais, disseminadas pela UNE em sua revista, situaram-se no limite do contexto histórico brasileiro naqueles primeiros anos de 1960. Sendo os estudantes do ensino superior um pequeno grupo de jovens que alcançavam um nível elevado de escolarização e de conhecimento cultural, acabaram lutando por mudanças que, na prática, não afetaria a totalidade populacional do país, ainda tão distante dos requisitos básicos da escolaridade. Apesar disso, é preciso salientar que as lideranças universitárias se preocuparam com os problemas educacionais brasileiros e se envolveram em campanhas de educação e cultura popular, causa pela qual foram concebidos pelos grupos políticos conservadores como comunistas e nocivos à segurança nacional.

O periódico *Movimento*, por ser uma revista de caráter cultural, procurou politizar os estudantes universitários sobre os diversos assuntos relacionados aos problemas nacionais, segundo o ponto de vista progressista da UNE. Além disso, atuando como um canal de propagação de ideias que colaborariam para a realização do projeto econômico e político, articulado pelos setores sociais progressistas, a revista também passou a reiterar as condições necessárias para o êxito de tal projeto denominado revolucionário.

Nas páginas do *Movimento*, a revolução brasileira foi definida como anti-imperialista e antilatifundiária a ser realizada pela via democrática, logo, a libertação

do povo era, acima de tudo, a emancipação econômica do país, ou seja, seu desenvolvimento autônomo sob bases capitalistas industriais. Por este viés, quando se falava em reforma educacional, agrária, tributária e eleitoral, era do ponto de vista do progresso das forças produtivas nacionais para que o Brasil alcançasse o nível social das nações capitalistas hegemônicas e não a superação de um sistema baseado na divisão social em classes antagônicas.

Para enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento nacional era preciso reunir todas as forças sociais interessadas na emancipação do Brasil, independentemente de suas particularidades enquanto classe. Essa unidade de forças foi intitulada como Frente Única, ou seja, a única força capacitada em promover a revolução pacífica por representar várias frentes sociais preocupadas com o progresso. Embora, a revista *Movimento* tenha publicado algumas matérias sobre o papel vacilante da classe burguesa e a relevância da liderança do proletariado, o impresso buscou uniformizar a Frente Única no processo de transformação da realidade brasileira.

As reformas reivindicadas pela Frente Única demonstram a contradição do pensamento progressista da UNE, influenciado pelas ideias liberais, pois reformas como a autonomia política e econômica, o desenvolvimento de uma cultura popular autêntica e a criação de um Estado Democrático Popular não se concretizam quando se preserva o capitalismo. Esse sistema, para expandir, age na contramão dessa realidade. Desse modo, devido à vinculação com a ideologia liberal, a UNE produziu um pensamento de princípios liberais segundo a lógica do capital, criticando a superfície dos problemas nacionais e não a sua raiz.

Uma das funções da ideologia liberal é criar um discurso único acerca de determinados assuntos e fatos para legitimar seu projeto privado. Dessa maneira, o pensamento progressista da UNE, presente no impresso *Movimento*, colaborou para a propagação de ideias que atendiam prioritariamente os interesses daqueles que estavam na vanguarda do movimento nacionalista e democrático, nos anos de 1962 e 1963, isto é, sujeitos oriundos de camadas sociais privilegiadas. Os operários urbanos e camponeses não possuíam as condições materiais para tomar a dianteira de um projeto revolucionário.

As ideias progressistas difundidas por *Movimento*, formuladas no contexto de crescimento industrial brasileiro, foi a expressão dos interesses de determinados grupos sociais que necessitavam transformar um projeto privado em um projeto coletivo, popular e nacional. No entanto, é importante destacar que esses indivíduos

não agiram de forma mancomunada numa trama pré-concebida, uma vez que seus posicionamentos se vinculavam com sua própria existência no modo de produção capitalista e, também, por não serem provenientes da massa trabalhadora explorada, o que permitiu a reprodução da ideologia liberal.

A UNE se movimentou a partir de sua materialidade, portanto, sua produção impressa é a expressão de seu pensamento e, se a ideologia está invertida, é porque o próprio homem está invertido no seu processo histórico de vida. (MARX; ENGELS, 2007). Sendo indivíduos privilegiados, economicamente e culturalmente, e influenciados pela ideologia liberal, os dirigentes universitários priorizaram em seus discursos o desenvolvimento econômico capitalista sob bases nacionais e, uma vez mantida essa estrutura social, conserva-se o subdesenvolvimento, o Estado Liberal e a defasagem escolar.

Embora as publicações da revista *Movimento* tenham tecido críticas sobre a burguesia, a sociedade de classes, o imperialismo e o latifúndio, estas não se aprofundaram radicalmente. Para isso acontecer, a UNE teria que fazer uma crítica profunda ao seu próprio posicionamento social elitista, condenando sua liderança revolucionária naquele momento histórico. Dessa maneira,

as esquerdas, a UNE e o movimento estudantil por ela liderado oscilaram então entre as lembranças do marxismo e as exigências da democracia populista conduzida pelos setores mais modernos da política de industrialização, sem que conseguissem elaborar uma interpretação alternativa que correspondesse às possibilidades históricos-estruturais da sociedade brasileira. Fizeram, em verdade, uma síntese da política populista com a política da esquerda numa combinação de modelo de substituição de importações com as reformas de base, em nome do desenvolvimento nacional. (SANFELICE, 2008, p. 74).

O pensamento progressista da UNE não avançou na crítica radical da sociedade capitalista e nem o poderia fazer, devido a sua origem social. O estudo revelou que um dos maiores impasses do pensamento da UNE foi a incapacidade de entender que o elemento ativo da libertação de um povo encontra-se no proletariado. (MARX, 1844). Essa constatação nos possibilita uma reflexão sobre as contradições e direcionamentos do movimento estudantil na atualidade em nosso país.

Conforme vimos no decorrer desse estudo, a forma de consciência da UNE, veiculada na revista *Movimento*, possuía princípios da ideologia liberal como a defesa do crescimento econômico de base capitalista e a atuação do Estado nessa

expansão, a ampliação da democracia e dos direitos civis e a crítica ao sistema de monopólio. Além do mais, as ideias foram frutos das condições materiais existentes na época e do comportamento material dos dirigentes universitários, pois acreditavam em um modelo de governo popular tutelado pela maioria populacional sob o modo de produção capitalista, concentraram seus esforços na luta anti-imperialista sem compreender que o imperialismo é um desdobramento típico da concentração de capitais, e, finalmente, não questionaram sua própria atuação de vanguarda no processo de transformação da realidade.

Dessa forma, a pesquisa afirma a tese que o pensamento progressista, veiculado na revista *Movimento* da UNE, apresenta princípios liberais e se desdobrou das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente no Brasil, no início da década de 1960. O estudo revelou, portanto, que as ideias estão conectadas diretamente à realidade material e a forma de consciência presente no impresso reproduziu a racionalidade dominante na época e se limitou a questionar a aparência dos problemas brasileiros que são os problemas do ser humano numa sociedade de classes.

Essa pesquisa doutoral é uma investigação histórica de um passado recente da República Brasileira, mas ele ainda pode suscitar análises da atual conjuntura política nacional. Porém, independente dos contextos históricos, comungamos da afirmativa de que somente o materialismo filosófico de Marx “[...] explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista” (LENINE, 1982, p. 39) e, por isso, pode varrer a velha estrutura e criar uma nova forma de organização social.

REFERÊNCIAS

ABEND, Aron. O grande país dos analfabetos. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 5-7, maio 1962.

AÇÃO POPULAR. **Documento base**. 29 dez. 1963. p. 1-15.

AGUIAR, Thais Florêncio de; LIMA, Pedro Luiz; ABREU, Rafael. Um professor em busca da criação. Um intelectual em defesa da dignidade: entrevista com César Guimarães. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 14, p. 234- 276, jan./abr. 2012.

ALIANÇA para o progresso ou ameaça para o progresso? **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, Encarte 2, p. 1-8, jun. 1962.

ALCALIS abre caminho para o progresso. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 30-31, mar. 1962.

ALVES, Mario. Frente única e a burguesia nacional. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 29-31, mar. 1963a.

ALVES, Mario. Reforma e Revolução. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 6-9, maio 1963b.

ARANTES, Aldo. O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango. **Movimento**. Porto Alegre, RS, edição extraordinária, p. 26, set. 1961.

AZEVEDO, Fernando de. O manifesto dos pioneiros da educação nova. 1932. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p. 188-204, ago. 2006.

BARRETO, Alberto. A evolução das lutas sindicais. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 35-38, abr. 1963a.

BARRETO, Alberto. A liberdade de imprensa. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 8, p. 6-8, fev. 1963b.

BOAL, Augusto. Não tem imperialismo no Brasil. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 19-20, mar. 1962.

BRANDT, Vinícius Caldeira. Depoimento. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 26-27, set. 1962.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto->

19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942. Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 fev. 1942, Página 2253 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4105-11-fevereiro-1942-414724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, 27/12/1961, Página 11429 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, 27/9/1962, Página 10073 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4131-3-setembro-1962-353921-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRUM, Alessandra Souza Malett. A nouvelle vague sob o ponto de vista do jornal O Metropolitano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 51, p. 193-212, jan./jun. 2013.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CABRERA, Luiz Rolando. A situação escolar em Cuba. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 41-42, mar. 1963.

CALLOU, Carlos. A lei da remessa de lucros. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, p. 11-12, out. 1962.

CARUSO, Andrea. **Traço de união como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina**. 2006, 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Educação em revista**. A imprensa pedagógica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.

CENTRO POPULAR de cultura da União Nacional dos Estudantes. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, contracapa, mar. 1962.

CERQUEIRA, Marcello. Encampação: ato necessário. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 18, mar. 1962.

COMISSÃO A. Atuação dos movimentos de cultura popular e alfabetização nas diferentes Zonas, Regiões e Grupos Sociais. Recife, 1963. In: **Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 283-286.

COSTA, Márcia Cordeiro. **Em cena, o movimento estudantil acadêmico no Maranhão: 1930-1950**. 2009, 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Inflação e contra-inflação. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 24-25, set. 1962.

CUBA. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 2, maio 1962.

CUNHA, Homero da. A nova imprensa universitária. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n.1, p. 25-27, mar. 1962a.

CUNHA, Homero da. O XXV Congresso dos Estudantes. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 2-4, set. 1962b.

CUNHA, Homero da. Conselho da UNE: novas diretrizes. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 8, p. 4-5, fev. 1963.

CUNHA, Homero da et al. Romper com a UNE. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, p. 18, out. 1962.

DCT faz política nacionalista. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 39-40, abr. 1963.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. Vol. 4, p. 73-134.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Coleção O Brasil Republicano, v. 3, p.127-154.

EDITORIAL. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 3, mar. 1962.

EDITORIAL. A hora crucial do povo. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 1-2, maio 1963a.

EDITORIAL. Democracia sim, mas em favor do povo. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 3-4, abr. 1963b.

EDITORIAL. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, capa, mar. 1963c.

EDITORIAL. Une contra o Brasil. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 1- 2, mar. 1963d.

EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Princípios básicos do comunismo. 1847. In: **Obras escolhidas de Marx e Engels em três tomos**. Lisboa: Avante, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ESTEVAM, Carlos. Entrevista com Jacobo Arbens. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 23-24, maio 1962.

ESTUDANTES nos estados. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 2, nov. 1962.

FEIJÃO e açúcar são agora as preocupações da COFAP. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=29950&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

FRAGA, Andréa Silva. **Imprensa estudantil e práticas de escrita e de Leitura**: a Revista o Estudo (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931). 2012, 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRANCO, Isaura Melo. **Estudantes tijucanos em cena**: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952-1968). 2014, 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

GOIÁS. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 2-3, maio 1962.

GUIMARÃES, César. A greve da UNE. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 18-19, set. 1962a.

GUIMARÃES, César. Suspensão da greve. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 19, set. 1962b.

GUIMARÃES, César. Universidade a luz da crítica. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 20-22, maio 1962c.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

INFORME. Cuba, a que deve morrer. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 1, nov. 1962a.

INFORME. Documento dos Sargentos **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 3-4, maio 1963.

INFORME. Prisão do Padre Alípio. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 1-2, nov. 1962b.

INFORME NACIONAL. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 3-4, mar. 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil – 1953**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1953.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil - 1955**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Diretoria de Comunicação e Divulgação, 1955. Disponível em: <https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1955.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil - 1962**. Rio de Janeiro: Diretoria de Comunicação e Divulgação, 1962. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1962.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. [200?] Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 01 maio 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LENINE, Vladimir Ilitch. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: LENINE. **Obras escolhidas**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. V. 1. p. 35-39.

LIMA, Lucíola Silva. O movimento sindical de hoje. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 10-12, maio 1963.

LIMA, Lucíola; CASTRO, Paulo Furtado de; GUIMARÃES, César. Hora e vez da boa escolha. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, p. 3-7, out. 1962.

LIMA, Michelle Fernandes. **Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira**. 2013, 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LOCKE, John. **Segundo tratado do governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. [Petrópolis]: Vozes, Clube do Livro Liberal, [20--]. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/if/locke-segundo_tratado_sobre_o_governo.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e nacional-desenvolvimentismo: articulações e confrontos entre concepções e pedagogias antagônicas (1946-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 67, p. 23-38, mar. 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010, 377 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LÖWI, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2. ed. ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abreu, 2006.

MAGALHÃES, Sérgio et al. **A questão da remessa de lucros**. Rio de Janeiro: Universitária, 1962. Coleção Cadernos Políticos 1.

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. **A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II**: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937). 2011, 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle; Leonardo de Deus. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano**. 1844. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e Notas de Roger Dangeville. Lisboa – Portugal: Moraes Editores, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MILLARCH, Aramis. Ponta Grossa continuará em greve: líderes vão ao Rio conferenciar com Goulart. **Última Hora**, Curitiba. 08 jun. 1962.

MIGLIOLI, Jorge. Um pouco de história do sindicalismo brasileiro. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 32-37, mar. 1963.

MORAIS, José Ermírio de. Regulamentação de lucros. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 4, maio 1962.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Coleção O Brasil Republicano, v. 3, p. 155-194.

MOVIMENTO. Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, maio 1962.

MOVIMENTO é uma revista. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, p. 31, set. 1962.

MOVIMENTO. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 2, mar. 1962a.

MOVIMENTO. Paulo Alberto. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, p. 3, jun. 1962b.

MOVIMENTO. 1º Seminário de imprensa. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, p. 2, jun. 1962c.

MOVIMENTO. Une uniu. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, p. 2, jun. 1962d.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Comissão de estudos sobre alfabetização. Recife, 1963. In: **Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 311-316.

NEVES, Lucília de Almeida. Utopia e cidadania: FPN (1956-1964). **Novos Rumos**, Marília-SP, ano 8. n. 2, p. 47-51, 1993.

OLIVA, Enrique Lopes. Venezuela: segundo território livre da América? **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, p. 18-20, mar. 1963.

OLIVEIRA, Franklin de. **Revolução e Contra-Revolução no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

OLIVEIRA, José Clemente de. Capital estrangeiro. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 13-15, maio 1962.

OLIVEIRA, Laura de. **Guerra fria e política editorial**: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá: Eduem, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 125-142, set./dez. 2011.

OZELIN, Jaqueline Rampeloti. **Periódicos educacionais da Escola Normal de São Carlos**: educação moral, civismo e higiene (1911-1923). 2010, 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)**. 2011, 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

PARA ONDE vai João Goulart? **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 20-29, abr. 1963.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Resolução de 1958 do PCB. 1958. In: **EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. Apêndice, p. 515-532.

PEIXOTO, Fernando. **O melhor do teatro do CPC da UNE**. São Paulo: Global. 1989.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60**: utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: UEL, 1997.

PEREIRA, Temperani. Análise da revolução brasileira. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, p. 24-25, maio 1963.

PIÑEDA, Silvana Schuler. **Hyloea**: o feminino na revista dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre (1922-1938). 2003, 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PORTILHO, Aline dos Santos. O projeto Memória do Movimento Estudantil e a institucionalização da memória como capital político da União Nacional dos Estudantes. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2011, São Paulo, **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-12. Disponível em:< http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300844205_ARQUIVO_Artigo_completo_ASP.pdf>. Acesso em: 07 maio 2018.

POVO. **Última Hora**, Curitiba. 20 jun. 1962.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

É PRECISO nacionalizar o comércio marítimo. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 41-42, abr. 1963.

RANGEL, Ignácio. Plano Trienal e desenvolvimento. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, p. 8-12, abr. 1963.

REFORMA é formulação: seminário de Salvador. **Movimento**. Órgão oficial da União Nacional dos Estudantes, p. 24-25, jul. 1961.

RELATÓRIO do Centro Popular de Cultura. [1963?]. In: BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. Anexo. p. 441-456.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

SANTANA, Luiz Carlos. **Liberalismo, ensino e privatização: um estudo a partir dos clássicos da economia política**. 1996, 242 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A direita no Brasil. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 25-27, maio 1962a.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Fatos Sobre Limitação Fundamental da Burguesia. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, p. 35-38, nov. 1962b.

SAVIANI, Dermeval. A educação fora da escola. **Revista de Ciências da Educação**, UNISAL - Americana/SP, ano XI, n. 20, p. 17-27, 1º sem. 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Coleção memória da educação.

II SEMINÁRIO Nacional de Reforma Universitária. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 20, jul. 1962.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Emerson Correia da. **A Configuração do habitus professoral para o aluno-mestre:**a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923). 2009a, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009a.

SILVA, Geenes Alves. **A união dos estudantes secundaristas de Patos de Minas (UEP/MG):** militância e formação cidadã e político-partidária (1958 a 1971). 2009b, 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009b.

SILVA, Lucíola Lima; CASTRO, Paulo Furtado de; GUIMARÃES, César. Hora e vez da boa escolha. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, p. 3-7, out. 1962.

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Adam-Smith-A-Riqueza-das-Nacoes.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018. Vol. I.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Adam-Smith-A-Riqueza-das-Nacoes.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018. Vol. II.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2.

SOUZA, Carla Zottolo Villanova. **No mundo das normalistas:** as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista (1941-1953). 2007, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB:** fábrica de ideologias. Campinas: UNICAMP, 1997.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a História da Educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 48, p. 255-268, dez. 2012.

TORRES, Carla Michele Ramos; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Os impressos estudantis e a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n. 2 [76], p. AOP, abr./jun. 2018.

UNE ouve bons conselhos. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 5-9, jul. 1962, p. 19.

UNIÃO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES. Os estudantes e o presidente Jânio. **O Metropolitano**, Rio de Janeiro, p. 1, 29 jan. 1961.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Co-governo e participação universitária. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 5-9, jul. 1962b.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Declaração da Bahia. 1961. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. **A UNE em Tempos de Autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Anexo I. p. III-XXXVII.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. A estrutura do poder no país. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 24-27, jul. 1962a.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Luta pela emancipação nacional. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 29-31, jul. 1962c.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Planificação e descentralização do ensino. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 3-4, jul. 1962d.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Realidade do analfabetismo no Brasil. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 12-13, jul. 1962e.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **II seminário nacional de reforma universitária**. Curitiba. p. 1-14, 17 a 24 mar. 1962f.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Sindicalização urbana. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, p. 14-15, jul. 1962g.

UNIVERSITÁRIOS do Brasil: Prestigiem e Divulguem dois Livros Honestos, Objetivos e Atuais. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, p. 34, mar. 1962.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O Diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. 1997, 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

VIEIRA, Patrícia Machado. **Psiu! Fermento! Pastoral da juventude & imprensa estudantil nos anos 1980 a 1990**. 2014, 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. Coleção Textos Brasileiros de Filosofia, V. I.

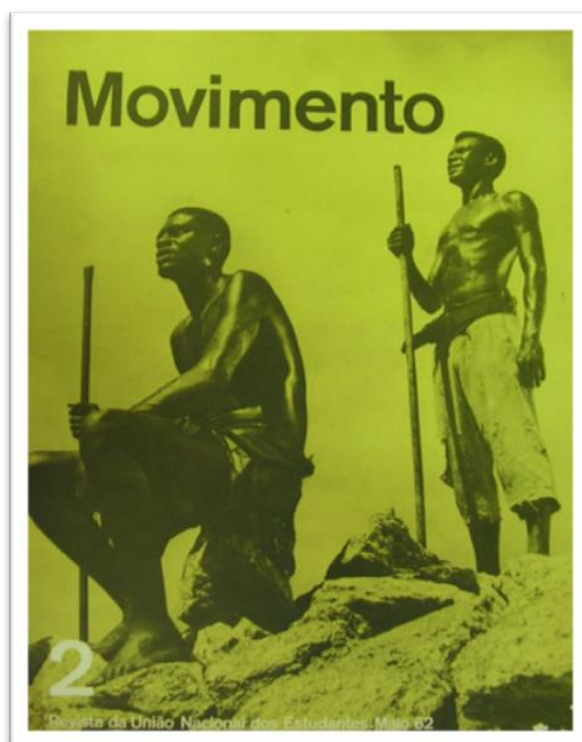
VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

O 25º Ano. **Movimento**, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, p. 1, maio 1962.

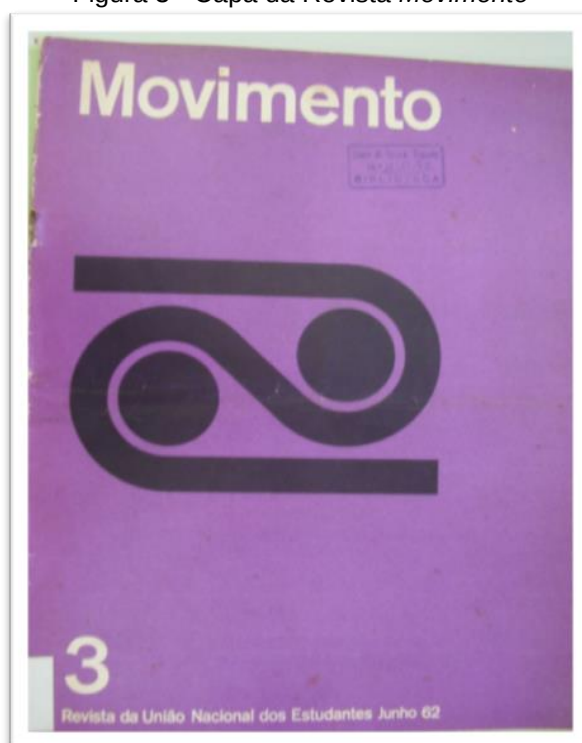
ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **A expressão do liberalismo na Revista A Escola (1906-1910) no Paraná.** 2014, 144f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ANEXO A: CAPAS DA REVISTA *MOVIMENTO* (1962-1963)Figura 1 - Capa da Revista *Movimento*

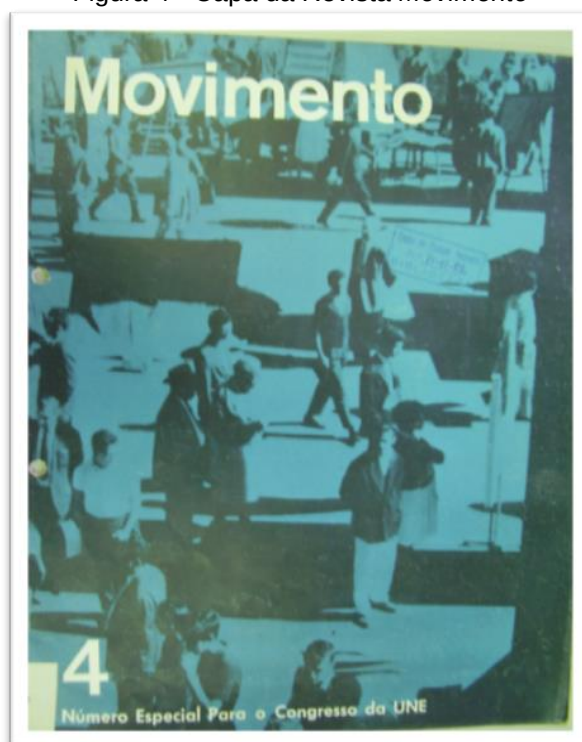
Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 1, mar. 1962.

Figura 2 - Capa da Revista *Movimento*

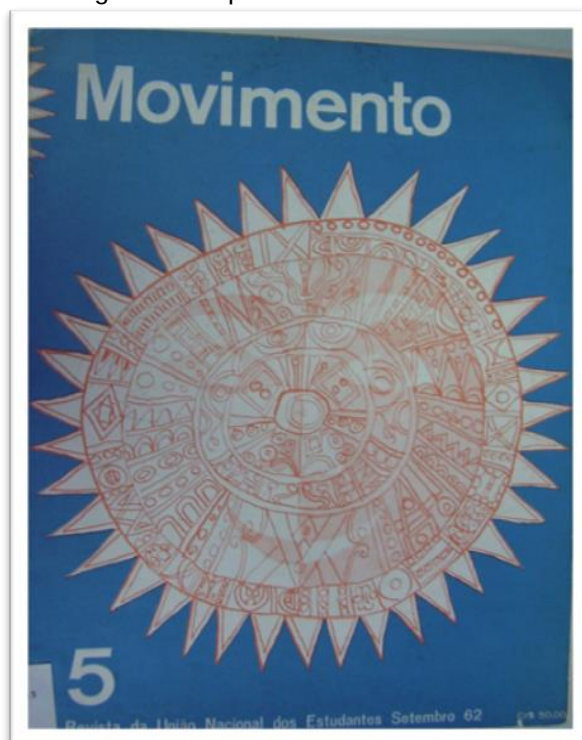
Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 2, maio 1962.

Figura 3 - Capa da Revista *Movimento*

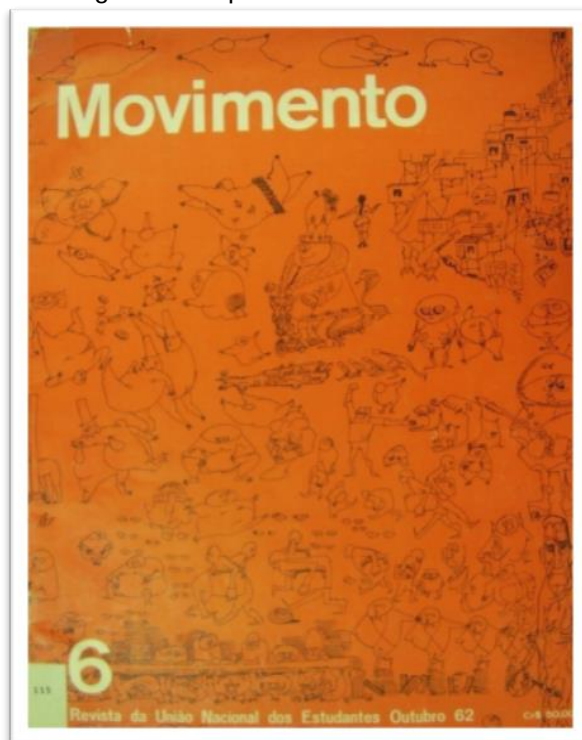
Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 3, jun. 1962.

Figura 4 - Capa da Revista *Movimento*

Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 4, jul. 1962.

Figura 5 - Capa da Revista *Movimento*

Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 5, set. 1962.

Figura 6 - Capa da Revista *Movimento*

Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 6, out. 1962.

Figura 7 - Capa da Revista *Movimento*

Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 7, nov. 1962.

Figura 8 - Capa da Revista *Movimento*

Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 8, fev. 1963.

Figura 9 - Capa da Revista Movimento



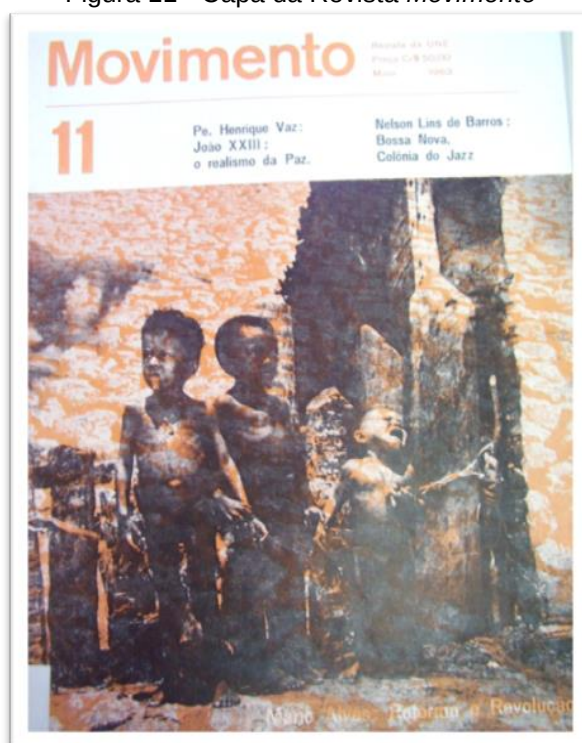
Fonte: Movimento, Rio de Janeiro: Universitária, n. 9, mar. 1963.

Figura 10 - Capa da Revista Movimento



Fonte: Movimento, Rio de Janeiro: Universitária, n. 10, abr. 1963.

Figura 11 - Capa da Revista *Movimento*



Fonte: *Movimento*, Rio de Janeiro: Universitária, n. 11, maio 1963.